APDL - ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO DE 2018

Índice

RELATÓRIO DE GESTÃO 3

Principais Indicadores 4
1. A APDL no ano de 2018 5
2. O Negócio da APDL 8
3. Recursos Humanos 30
4. Abordagem à Sustentabilidade Ambiental 37
5. Investimento 42
6. Desempenho económico e financeiro 46
7. Perspetivas futuras 58
8. Outras informações legais 61
9. Proposta de Aplicação de Resultados 62

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 65

GRELHA DE VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 145

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS 153

ANEXOS 173

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 175
Certificação Legal de Contas 183
Abreviaturas 188
Índice de tabelas – Relatório de Gestão 190

RELATÓRIO DE GESTÃO

Principais Indicadores

	Unidade	2018	2017	2016
Tráfego Portuário				
Porto de Leixões				
Escalas de Navios	n.º	2 551	2 652	2 697
Total de Carga Movimentada	1000 ton	19 156	19 516	18 315
Movimento de Contentores	TEU	667 503	633 572	658 362
Porto de Viana do Castelo				
Escalas de Navios	n.º	184	227	210
Total de Carga Movimentada	1000 ton	326	415	391
Via Navegável do Douro				
Escalas de Navios	n.º	19	36	22
Total de Carga Movimentada	1000 ton	34	53	32
Passageiros				
Porto de Leixões	n.º	117 096	95 562	71 799
Via Navegável do Douro	n.º	1 296 031	1 282 241	946 728
Negócios				
Volume de Negócios	€ 1000	54 071	50 391	50 359
Porto de Leixões	€ 1000	50 370	47 067	47 254
Porto de Viana do Castelo	€ 1000	2 117	2 188	2 100
Via Navegável do Douro	€ 1000	1 584	1 136	1 005
Pessoal				
Trabalhadores (1)	n.º	257	253	258
Trabalhadores do Serviço de Reboque no Porto de Leixões	n.º	33	31	35
Taxa de Absentismo	%	3,69	3,76	5,30
Investimento				
Capital Investido	€ 1000	13 347	24 611	17 461
Fundos Próprios + Banco Europeu de Investimento	€ 1000	8 705	19 834	12 739
Outros Fundos	€ 1000	4 641	4 777	4 722
Resultados				
EBITDA	€ 1000	35 856	33 611	30 352
Resultados Operacionais	€ 1000	10 666	10 214	6 670
Resultados Líquidos	€ 1000	7 062	7 225	8 924
Margem EBITDA (2)	%	66,0	67,0	60,0
Estrutura Financeira				
Autonomia Financeira (3)	-	0,79	0,78	0,76
Rentabilidade dos Capitais Próprios (4)	%	1,9	2,0	2,0

(1) Inclui os trabalhadores afetos ao serviço de reboque no Porto de Leixões
(2) EBITDA / Volume de Negócios
(3) Capital Próprio / Ativo Total
(4) Resultado Líquido/ Capitais Próprios

1. A APDL no ano de 2018

Durante o ano de 2018 o movimento de mercadorias no sistema portuário gerido pela APDL alcançou um total de 19,5 milhões de toneladas, dos quais 19,2 milhões de toneladas correspondem ao Porto de Leixões. Em termos globais, registou-se uma quebra na atividade de 2,3% relativamente ao ano anterior, determinada essencialmente pela diminuição ocorrida nos granéis líquidos, associada à manutenção da Refinaria de Matosinhos e do Terminal Oceânico de Leixões (monobóia).

Porto de Leixões

O Porto de Leixões atingiu em 2018 um novo máximo de movimentação de carga contentorizada com um registo superior a 6,7 milhões de toneladas. Os números evidenciam a necessidade da realização do investimento privado na reconversão do Terminal de Contentores Sul do Porto de Leixões, entretanto já iniciado, que permitirá aumentar a capacidade instalada no lado terra para este tipo de carga.

A dimensão média dos navios que demandam o Porto de Leixões, medida pelo respetivo GT médio, continua a crescer batendo recordes sucessivos e atingindo em 2018 valores próximos de 13 500 GT (em 2017: 12 500 GT).

Para responder a esta evolução da procura, que se manifesta em todos os segmentos de mercado, a APDL está a investir na melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Leixões através do Prolongamento do Quebramar Exterior e do Aprofundamento do Anteporto e da Bacia de Rotação.

A atividade gerada pelo serviço de transporte marítimo de curta distância entre Leixões e Roterdão, operado pela CLdN, continuou em trajetória ascendente, alcançando um movimento superior a 1 150 mil toneladas com a frequência de três escalas semanais.

Neste segmento de mercado também esteve em destaque a movimentação de veículos automóveis, com um movimento superior a 3 300 unidades o que compara favoravelmente com o movimento de 410 unidades em 2017.

No contexto dos portos nacionais o Porto de Leixões é o segundo maior porto no movimento global de carga e continua a ocupar o lugar cimeiro na carga roll-on/roll-off.

É ainda de realçar o Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões, reconhecido internacionalmente pela sua icónica e premiada arquitetura, que concretizou em 2018 a sua primeira operação de *turnaround*. O segmento de passageiros voltou a bater recordes em 2018 ao receber 101 navios, cerca de 117 mil turistas e 57 mil tripulantes.

Porto de Viana do Castelo

Em 2018 o movimento global de mercadorias do Porto de Viana do Castelo atingiu as 326 mil toneladas que se traduz numa redução de 21,3% face ao ano anterior em resultado do comportamento negativo registado pela Carga Geral Fracionada e pelos Granéis Sólidos.

De destacar o protocolo celebrado com o Grupo Nogar perspetivando-se uma maior dinamização do Porto de Viana do Castelo e uma inversão da tendência decrescente verificada nos últimos anos.

Relativamente ao Porto de Viana do Castelo, salienta-se ainda o seguinte:

- A conclusão da revisão do projeto de execução relativo ao "Aprofundamento do Canal de Acesso aos Estaleiros Navais" necessário à melhoria da acessibilidade marítima ao porto industrial e ao Cais do Bugio;
- A assinatura do contrato da empreitada de construção do "Acesso Rodoviário ao Porto Comercial" na sequência de procedimento concursal lançado pela Câmara Municipal de Viana do Castelo conforme estabelecido no protocolo celebrado entre esta entidade e a APDL;
- A continuação do processo expropriativo dos terrenos necessários à execução da obra do acesso rodoviário;
- A aprovação do Projeto de Execução relativo à empreitada "Reparação e Reforço do Molhe Norte".

Via Navegável do Douro

Na Via Navegável do Douro (VND) o turismo fluvial dos últimos anos registou um crescimento exponencial alcançando um movimento próximo de 1,3 milhões de passageiros em 2018 (+14 mil). Este crescimento tem impactos evidentes no desgaste das infraestruturas que exigem manutenção recorrente. A APDL tem vindo a efetuar investimentos relevantes nas condições de navegabilidade da VND, nomeadamente no que respeita à melhoria dos sistemas de comunicação, de informação e de segurança. Estes investimentos têm contribuído para a criação de uma alternativa de transporte sustentável com a qualidade e segurança exigidas a nível europeu.

A nova política tarifária entrou em vigor no dia 1 de agosto de 2018, assente no princípio do utilizador-pagador, e terá uma aplicação gradual ao longo dos próximos quatro anos.

Na VND foi realizado um significativo esforço de investimento no desenvolvimento do projeto Douro´s Inland Waterway 2020, o qual tem sido promovido com o apoio do programa comunitário Connecting Europe Facility (CEF), destacando-se:

- No âmbito do projeto River Information Service (RIS), a implementação física do Centro de Controlo de Navegação na Régua, estando a decorrer a implementação dos respetivos sistemas de informação, que permitirão ter um sistema de gestão de tráfego e de apoio à navegação na VND;
- No âmbito do projeto Safer and Sustainable Accessibility (SSA), a implementação do Balcão Virtual do Douro, o projeto-piloto a implementar nos cais do Leverinho e do Freixo, a produção de cartografia oficial bem como a conclusão dos trabalhos preparatórios com vista à retificação do canal de navegação do rio Douro, para posterior implementação física do novo assinalamento no estuário com vista à melhoria das condições de segurança da navegação.

No âmbito dos projetos transversais destacam-se os investimentos nos sistemas de informação e comunicações, nomeadamente o arranque da JUP III/ Janela Única Logística, em desenvolvimento pela Associação dos Portos de Portugal, com comparticipação do Compete 2020, prevendo-se o arranque do projeto-piloto no porto de Leixões durante o ano 2019.

O investimento total em 2018 cifrou-se em 13,4 milhões de euros, do qual cerca de 55% corresponde ao Porto de Leixões, 12% ao Porto de Viana do Castelo e 33 % à Via Navegável do Douro.

O desempenho económico e financeiro da APDL continua a manter uma boa performance, com um EBITDA de 35,9 milhões de euros e um Resultado Líquido acima de 7 milhões de euros. O aumento das Vendas e Serviços Prestados mais do que superou o acréscimo registado ao nível dos gastos operacionais, nomeadamente, dos Fornecimentos e Serviços Externos e dos Gastos com o Pessoal.

2. O Negócio da APDL

2.1. Enquadramento Macroeconómico

Apesar de um crescimento mais moderado da atividade económica no segundo semestre de 2018, a economia portuguesa registou um crescimento ainda assim acima da média europeia.

De acordo com as projeções económicas do Boletim Económico de dezembro de 2018 do Banco de Portugal, o Produto Interno Bruto cresceu 2,1%. A explicar o abrandamento do ritmo de crescimento económico em termos homólogos está o menor dinamismo das exportações que cresceram apenas 3,6%, o contributo da procura interna que desacelerou para 2,4% e o abrandamento da formação bruta de capital fixo que se situou em 3,9%. Relativamente ao crescimento do consumo público em 2018, de acordo com a estimativa do Banco de Portugal, situou-se em 0,7%. Já o consumo privado registou um crescimento idêntico ao verificado em 2017 fixando-se em 2,3%.

A desaceleração das exportações em 2018 foi comum à zona euro. No entanto, o setor automóvel e o de bens energéticos estiveram na origem de alguns efeitos temporários com impacto negativo nas exportações em termos homólogos, especialmente no segundo semestre de 2018. Destaca-se ainda a desaceleração das exportações de serviços, sendo que o turismo foi a componente que mais contribuiu para o abrandamento das exportações em 2018.

Em 2018, a inflação situou-se em 1,0%, refletindo uma reduzida subida dos preços ao longo do ano, tendo para tal contribuído o comportamento da evolução negativa dos preços dos produtos alimentares não transformados considerando que o crescimento registado dos preços no segmento dos bens energéticos não foi suficiente para evitar a diminuição da taxa de variação média do IPC.

Para os próximos anos, a projeção do Banco de Portugal considera que a economia portuguesa deverá caracterizar-se por uma progressiva convergência do crescimento para o seu nível potencial. O PIB deverá crescer 1,8% em 2019, 1,7% em 2020 e 1,6% em 2021. Para tal desiderato contribuirá a procura externa que deverá registar um crescimento anual 3,7% em 2019, bem como o crescimento da formação bruta de capital fixo, que se estima em 6,6% em 2019 e ainda a continuação da recuperação do consumo privado (2,0% em 2019).

2.2. Tráfego Marítimo

2.2.1. Movimento de navios

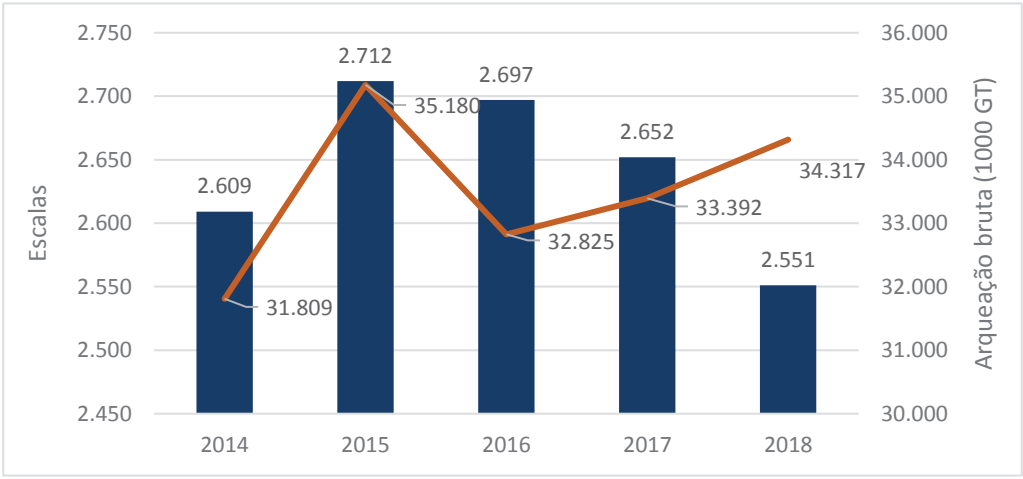
O Porto de Leixões manteve-se em 2018 como o primeiro porto nacional em número de escalas de navios. O movimento registado em 2018 no Porto de Leixões e Porto de Viana do Castelo foi de 2 735 navios e 35 milhões de GT, que correspondem a evoluções de -5,0% e +2,0%, respetivamente, relativamente a 2017.

NAVIOS ENTRADOS E ARQUEAÇÃO BRUTA

	2018		2017		VARIAÇÃO	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
Porto de Leixões	2 551	34 317	2 652	33 392	-3,8%	2,8%
Porto de Viana do Castelo	184	728	227	960	-18,9%	-24,2%
TOTAL	2 735	35 045	2 879	34 352	-5,0%	2,0%

A evolução do número de escalas e arqueação bruta no Porto de Leixões nos últimos cinco anos é a seguinte:

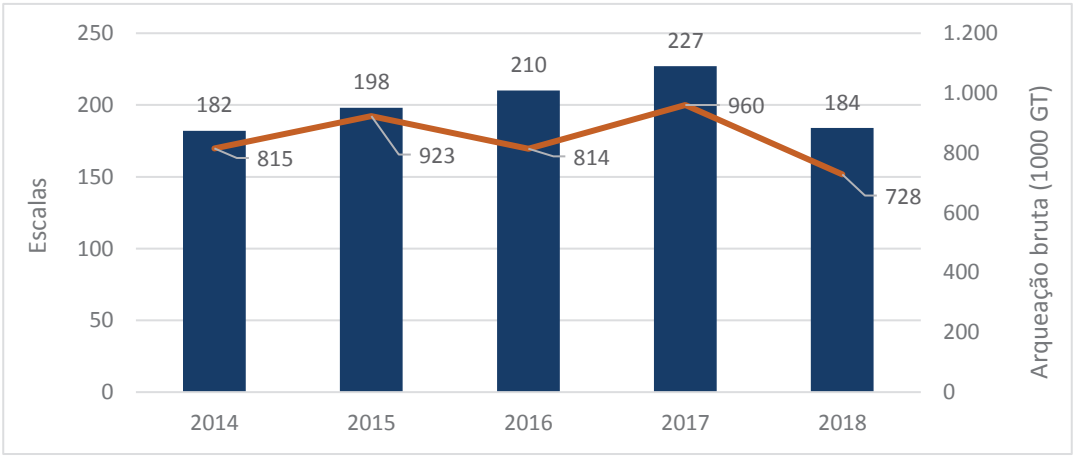
PORTO DE LEIXÕES: EVOLUÇÃO DOS NAVIOS ENTRADOS E ARQUEAÇÃO BRUTA



À evolução positiva da arqueação bruta contrapõe-se uma redução do número de escalas.

No Porto de Viana do Castelo regista-se uma redução do número de escalas em 2018, após quatro anos consecutivos de crescimento, e uma evolução alternada na arqueação bruta dos navios. A evolução nos últimos cinco anos é a seguinte:

PORTO DE VIANA DO CASTELO: EVOLUÇÃO DOS NAVIOS ENTRADOS E ARQUEAÇÃO BRUTA



2.2.2. Movimento geral e mercado portuário

O movimento total dos portos de Leixões e Viana do Castelo atingiu 19,5 milhões de toneladas, menos 448 mil toneladas que no ano anterior (-2,2%).

MOVIMENTO TOTAL

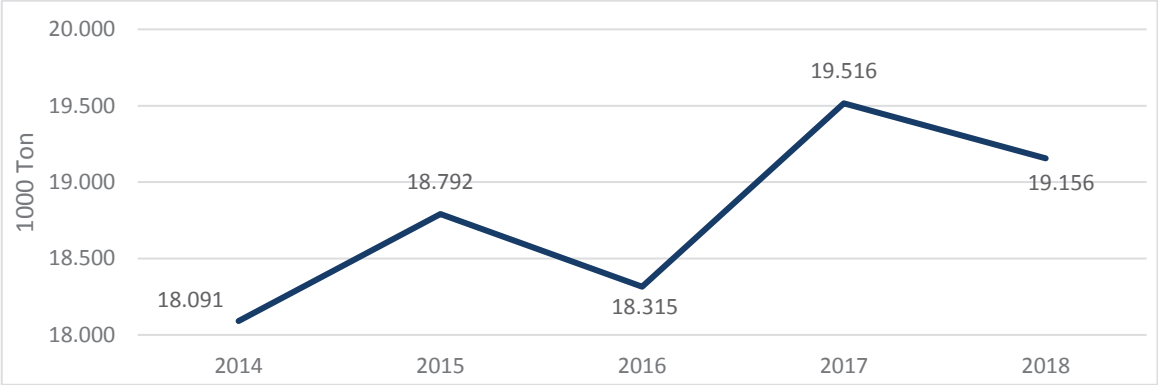
Un: 1000 Ton

	2018	2017	VARIAÇÃO	
Porto de Leixões	19 156	19 516	-360	-1,8%
Porto de Viana do Castelo	326	415	-89	-21,3%
Total	19 482	19 930	-449	-2,2%

Movimento geral no Porto de Leixões

O movimento total no Porto de Leixões atingiu 19,2 milhões de toneladas em 2018, o que traduz um decréscimo de 360 mil toneladas face ao máximo histórico alcançado em 2017. Este resultado foi essencialmente condicionado pelo movimento de granéis líquidos que registaram uma quebra de aproximadamente 1 milhão de toneladas no movimento de petróleo bruto e produtos petrolíferos, em consequência da manutenção da Refinaria de Matosinhos e do Terminal Oceânico de Leixões (monobóia). A evolução dos últimos cinco anos apresenta uma evolução positiva no volume de carga movimentada.

PORTO DE LEIXÕES: EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DE CARGA



O comércio externo no Porto de Leixões atingiu os 15,5 milhões de toneladas em 2018, significando um decréscimo de 1,3%, por comparação a 2017. O movimento nacional teve um

decréscimo de 4,2%, face ao ano anterior. A quota do comércio externo fixou-se em 81,0%, aumentando em 0,5% relativamente ao ano anterior.

PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO GERAL

Un: 1000 Ton

	2018		2017		VARIAÇÃO	
Importação	10 332	53,9%	10 343	53,0%	-11	-0,1%
Exportação	5 177	27,0%	5 364	27,5%	-187	-3,5%
Comércio Externo	15 509	81,0%	15 707	80,5%	-198	-1,3%
Movimento Nacional	3 647	19,0%	3 809	19,5%	-162	-4,2%
Total	19 156	100,0%	19 516	100,0%	-360	-1,8%

Relativamente aos principais países de origem ou destino da carga movimentada em Leixões, os Países Baixos mantiveram o primeiro lugar, enquanto Angola subiu do sétimo ao segundo lugar do *ranking* e o Brasil caiu para sexto.

PORTO DE LEIXÕES: ORIGEM E DESTINO DA CARGA

Un: 1000 Ton

	2018		2017		VARIAÇÃO	
Países Baixos	3 081	16,1%	3 194	16,4%	-113	-3,5%
Angola	1 983	10,4%	796	4,1%	1 187	148,9%
Espanha	1 746	9,1%	1 511	7,7%	235	15,5%
Reino Unido	1 163	6,1%	1 069	5,5%	94	8,7%
Egito	1 080	5,6%	1 305	6,7%	-225	-17,2%
Brasil	1 014	5,3%	1 391	7,1%	-377	-27,1%
Guiné Equatorial	693	3,6%	954	4,9%	-261	-27,4%
Uruguai	618	3,2%	513	2,6%	105	20,4%
França	525	2,7%	450	2,3%	75	16,7%
Bélgica	501	2,6%	456	2,3%	45	9,9%
Marrocos	433	2,3%	435	2,2%	-2	-0,6%
Estados Unidos da América	238	1,2%	298	1,5%	-60	-19,9%
Irlanda	214	1,1%	223	1,1%	-9	-3,9%
Cabo Verde	177	0,9%	165	0,8%	12	7,3%
China	173	0,9%	199	1,0%	-26	-12,9%
Outros países	1 870	9,8%	2 748	14,1%	-878	-31,9%
Comércio Externo	15 509	81,0%	15 707	80,5%	-198	-1,3%
Continente e Regiões Autónomas	3 647	19,0%	3 809	19,5%	-162	-4,2%
Total	19 156	100,0%	19 516	100,0%	-360	-1,8%

As oscilações de Angola, Brasil e Egipto no *ranking* estão relacionadas com as alterações significativas das origens do petróleo descarregado em Leixões. Angola foi o maior fornecedor, com um crescimento de 1,2 milhões de toneladas, enquanto os restantes fornecedores sofreram quebras, com maior significado no caso do Brasil.

O restante tráfego de mercadorias com Angola, que já foi o principal destino das exportações portuguesas, registou em 2018 nova quebra.

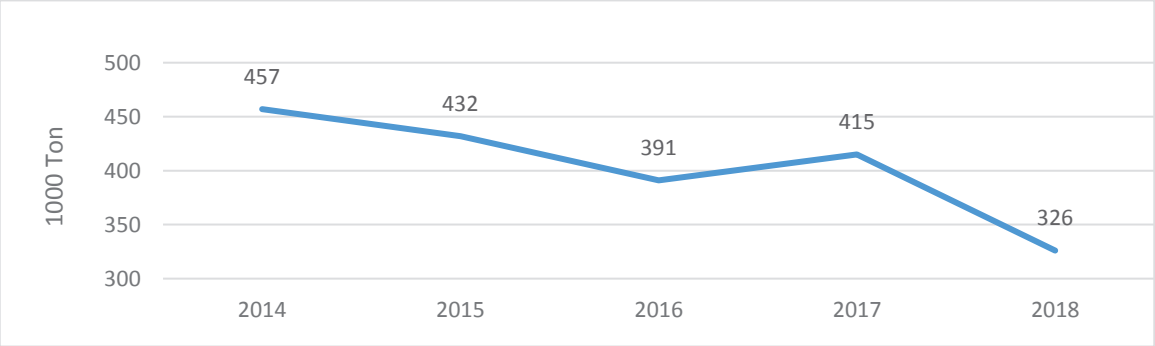
O movimento de mercadorias com origem ou destino nos Países Baixos totalizou 3,1 milhões de toneladas decrescendo 3,5% face ao ano anterior. Apesar do movimento de carga ter registado evolução positiva, tal não foi suficiente para compensar a quebra do movimento de descarga.

O tráfego portuário entre Leixões e os restantes portos nacionais registou em 2018 um decréscimo de 4,2% face ao ano anterior, ascendendo a 3,6 milhões de toneladas, dos quais 2,1 milhões de toneladas respeitam a movimento de carga para portos nacionais e pouco mais de 1,5 milhões de toneladas respeitam a movimento de descarga de portos nacionais.

Movimento geral no Porto de Viana do Castelo

No Porto de Viana do Castelo o movimento de mercadorias totalizou 326 mil toneladas, menos 89 mil toneladas que em 2017.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DE CARGA



O Porto de Viana do Castelo manteve o perfil de porto exportador. Do total do movimento, 94,8% corresponde a tráfego internacional, do qual 78,2% foi carga exportada, maioritariamente para países da União Europeia. O movimento com portos nacionais continua praticamente restringido à descarga de cimento que em 2018 ultrapassou ligeiramente as 17 mil toneladas.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: MOVIMENTO GERAL

Un: 1000 Ton

	2018		2017		VARIAÇÃO	
Importação	54	16,6%	55	13,3%	-1	-1,8%
Exportação	255	78,2%	339	81,7%	-83	-24,8%
Comércio Externo	309	94,8%	394	95,0%	-85	-21,6%
Movimento Nacional	17	5,2%	21	5,0%	-4	-19,0%
Total	326	100,0%	415	100,0%	-89	-21,3%

No Porto de Viana do Castelo, os principais países de origem ou destino das mercadorias movimentadas foram os Países Baixos, a Alemanha e a Itália.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: ORIGEM E DESTINO DA CARGA

Un: 1000 Ton

	2018		2017		VARIAÇÃO	
Países Baixos	73	22,4%	72	17,3%	1	1,5%
Alemanha	61	18,7%	168	40,5%	-107	-63,8%
Itália	42	12,9%	39	9,4%	3	5,9%
França	36	11,0%	11	2,7%	25	240,2%
Espanha	28	8,6%	12	2,9%	16	138,3%
Outros países	69	21,2%	92	22,2%	-23	-25,0%
Comércio Externo	309	94,8%	394	94,9%	-85	-21,6%
Continente e Regiões Autónomas	17	5,2%	21	5,1%	-4	-15,9%
Total	326	100,0%	415	100,0%	-89	-21,3%

2.2.3. Análise do movimento de mercadorias

O movimento por tipo de carga nos anos de 2018 e 2017 no Porto de Leixões e no Porto de Viana do Castelo foi o seguinte:

MOVIMENTO POR TIPO DE CARGA

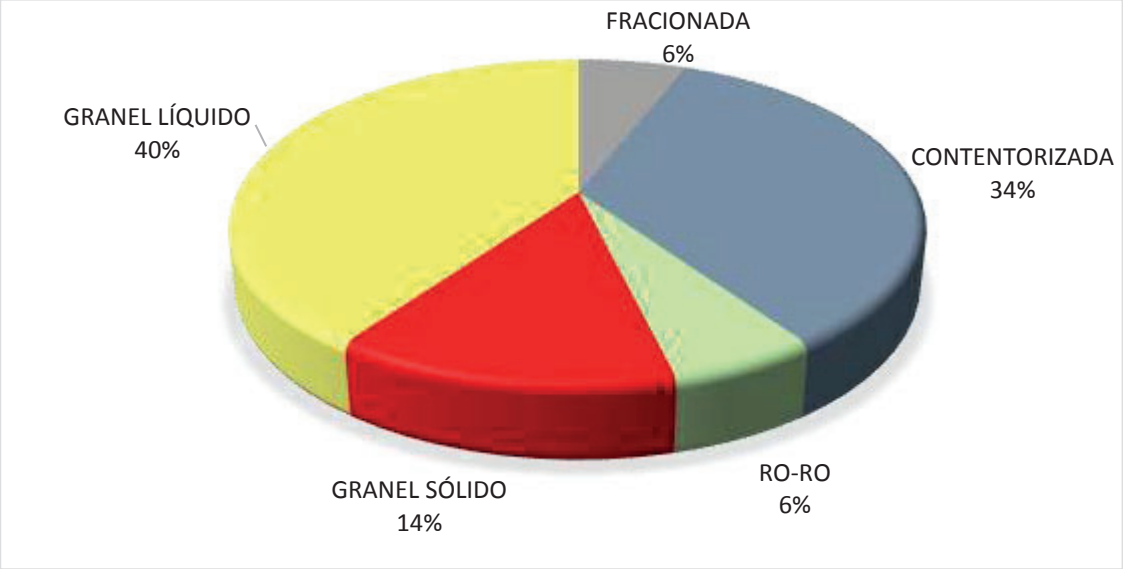
Un: Ton

	2018	2017	VARIAÇÃO	
Fracionada	1 175 790	1 394 935	-219 145	-15,7%
Contentorizada	6 671 068	6 184 766	486 302	7,9%
Ro-ro	1 151 447	1 061 728	89 719	8,5%
Granéis sólidos	2 667 372	2 450 605	216 767	8,8%
Granéis líquidos	7 816 783	8 838 797	-1 022 015	-11,6%
Total	19 482 459	19 930 831	-448 372	-2,2%

No ano de 2018 regista-se um aumento em quase todos os tipos de carga com exceção da carga fracionada e dos granéis líquidos. O detalhe das variações é apresentado abaixo, nas secções dedicadas a cada unidade portuária.

O gráfico seguinte apresenta a distribuição do movimento de mercadorias por tipo de carga no Porto de Leixões e Porto de Viana do Castelo em 2018:

REPARTIÇÃO POR TIPO DE CARGA EM 2018



Porto de Leixões

No movimento por setores operacionais, verificou-se um crescimento do tráfego nos Cais Comerciais de 6,2% e um decréscimo nos Terminais Petroleiro e Oceânico de 11,8%. Nos Cais Comerciais movimentaram-se mais 668 mil toneladas do que em 2017, enquanto que nos Terminais Petroleiro e Oceânico se verificou uma quebra ligeiramente superior a 1 milhão de toneladas.

PORTO DE LEIXÕES: MOVIMENTO DE MERCADORIAS POR SETORES OPERACIONAIS

Un: 1000 Ton

	2018		2017		VARIAÇÃO	
Cais Comerciais	**11 450**	**59,8%**	**10 782**	**55,2%**	**668**	**6,2%**
Carga Geral Fracionada	982	5,1%	1 122	5,7%	-140	-12,5%
Carga Contentorizada	6 670	34,8%	6 184	31,7%	486	7,9%
Carga Ro-Ro	1 151	6,0%	1 062	5,4%	89	8,4%
Granéis Sólidos	2 578	13,5%	2 353	12,1%	225	9,6%
Granéis Líquidos	69	0,4%	61	0,3%	8	13,1%
Terminais Petroleiro e Oceânico	**7 706**	**40,2%**	**8 734**	**44,8%**	**-1 028**	**-11,8%**
TOTAL	19 156	100,0%	19 516	100,0%	-360	-1,8%

Na análise por tipo de carga constata-se que apenas a Carga Geral Fracionada acompanhou os Granéis Líquidos, movimentados nos terminais Petroleiro e Oceânico, na evolução negativa, decrescendo 12,5%. Os restantes segmentos registaram movimentos superiores aos do ano precedente. As variações da carga contentorizada, carga roll-on/roll-off e granéis sólidos, face a 2017, foram de +7,9%, +8,4% e +9,6%, respetivamente.

Na análise da quota-parte de cada tipo de carga no movimento total de mercadorias verifica-se que, comparativamente com o ano anterior, a carga contentorizada aumentou o seu peso relativo (+3,1 p.p.), passando a representar 34,8% do movimento total. A carga fracionada posicionou-se nos 5,1% (-0,6 p.p.) e a carga roll-on/roll-off continuou a ganhar importância, atingindo 6,0% (+0,6 p.p.), ultrapassando a carga geral fracionada. Os granéis líquidos (total movimentado nos cais comerciais e terminais) continuaram a ser a carga com maior expressão e posicionaram-se em 40,6% (-4,5 p.p.). O peso dos granéis sólidos subiu para 13,5% (+1,4 p.p.).

Tipo de Movimento Carga/Descarga

O movimento de carga representou 38,1% do total de mercadorias movimentadas em 2018, perdendo 0,2 p.p. para o movimento de descarga, relativamente ao ano anterior.

PORTO DE LEIXÕES: TIPOS DE MOVIMENTO

Un: 1000 Ton

Movimento	2018		2017		VARIAÇÃO	
Carga	7 298	38,1%	7 484	38,3%	-186	-2,5%
Descarga	11 858	61,9%	12 032	61,7%	-174	-1,4%
Total	19 156	100,0%	19 516	100,0%	-360	-1,8%

O movimento total foi de 19,2 milhões de toneladas em 2018 representa um decréscimo de 1,8%, face a 2017. Os movimentos de carga e de descarga registaram variações de -2,5% e -1,4%, respetivamente, em comparação com 2017.

Carga Geral Fracionada

Em 2018, o movimento de carga fracionada atingiu as 982 mil toneladas no Porto de Leixões, traduzindo um decréscimo de 12,4% face ao ano anterior. Este tipo de carga mantém uma elevada dependência do *ferro/ aço n. d.* e *ferro/aço (chapa, arco)* que representam 76% do movimento total. Ambas as mercadorias registaram evolução negativa. O ferro/ aço n.d. voltou a ser a

mercadoria mais movimentada do segmento, tendo registado um decréscimo de 15,9%, enquanto o ferro/aço (chapa, arco) decresceu 33,7%.

CARGA GERAL FRACIONADA NO PORTO DE LEIXÕES

Unid.: 1000 Ton

MERCADORIAS	2018	2017	VARIAÇÃO	
Ferro/aço não discriminado	601	714	-113	-15,9%
Ferro/aço (chapa, arco)	150	226	-76	-33,7%
Máquinas, aparelhos e suas partes	81	29	52	178,4%
Paralelepípedos	48	52	-4	-8,0%
Pedras e suas obras	46	35	11	30,4%
Obras de ferro e aço	33	37	-4	-13,1%
Mercadorias diversas	23	27	-3	-11,2%
Total	982	1 121	-137	-12,4%

Carga Contentorizada

A carga contentorizada movimentada no Porto de Leixões registou um crescimento de 7,9% relativamente a 2017, correspondente a um aumento de 486 mil toneladas. Nas mercadorias mais movimentadas destaque para a evolução do papel e cartão (+21,1%), das matérias plásticas - bruto e obra (+5,5%) e das pedras em bruto (+568,4%). Em sentido contrário regista-se o decréscimo de movimento nas bebidas (-20,1%) e nas mercadorias da rubrica azulejos e mosaicos cerâmicos (-5,1%).

CARGA CONTENTORIZADA NO PORTO DE LEIXÕES

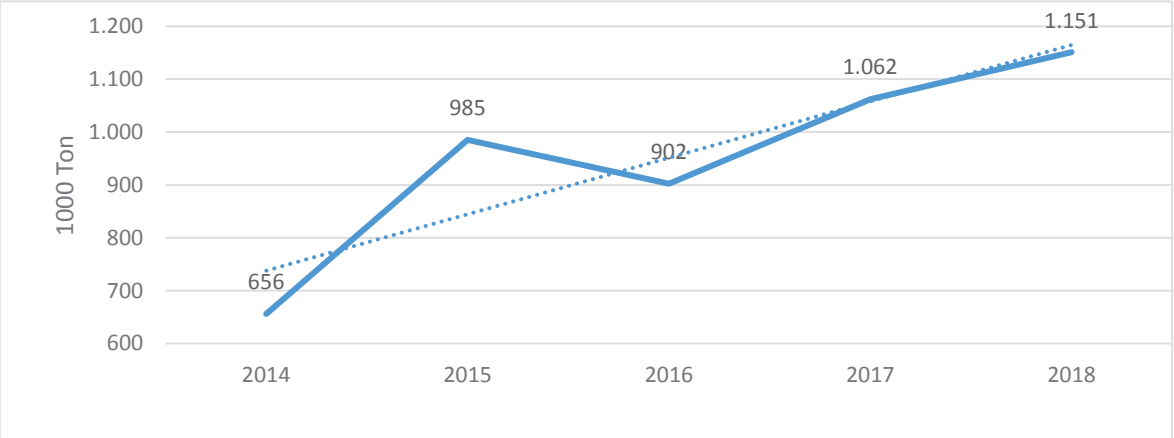
Un: 1000 Ton

MERCADORIAS	2018	2017	VARIAÇÃO	
Matérias plásticas (bruto e obra)	534	506	28	5,5%
Papel e cartão	523	432	91	21,1%
Mercadoria de grupagem ou classificação Indefinida	406	391	15	3,8%
Fios, tecidos e artigos têxteis	336	330	6	1,8%
Peixes, crustáceos e moluscos	228	214	14	6,5%
Máquinas, aparelhos e suas partes	206	195	11	5,6%
Obras de ferro e aço	170	163	7	4,3%
Bebidas	163	204	-41	-20,1%
Azulejos e mosaicos cerâmicos	148	156	-8	-5,1%
Pedras em bruto	127	19	108	568,4%
Produtos químicos	122	104	18	17,3%
Madeira em bruto e serrada	121	107	14	13,1%
Borracha (bruto e obra)	120	110	10	9,1%
Outros produtos das indústrias químicas e conexas	118	110	8	7,3%
Leite e laticínios	100	95	5	5,3%
Mercadorias diversas	1 960	1 828	132	7,2%
Taras	1 288	1 220	68	5,6%
Total	6 670	6 184	486	7,9%

Tráfego Roll-on/Roll-off

O tráfego Roll-on/Roll-off, que ganhou relevância nos últimos anos, manteve a tendência de crescimento, estabilizando claramente acima do 1 milhão de toneladas.

EVOLUÇÃO DO TRÁFEGO ROLL-ON/ROLL-OFF



Em 2018 movimentou mais 90 mil toneladas do que no ano anterior, registando um crescimento de 8,4%. Algumas das principais mercadorias deste segmento registaram elevadas taxas de crescimento.

TRÁFEGO ROLL-ON/ ROLL-OFF NO PORTO DE LEIXÕES

Un: 1000 Ton

MERCADORIAS	2018	2017	VARIAÇÃO	
Mercadoria de grupagem ou classificação indefinida	179	133	46	34,6%
Matérias plásticas (bruto e obra)	142	169	-27	-16,6%
Obras de ferro e aço	110	101	9	8,9%
Produtos químicos	102	69	33	47,8%
Automóveis e veículos terrestres e suas partes	86	63	23	36,5%
Máquinas, aparelhos e suas partes	52	56	-4	-7,1%
Mercadorias diversas	363	354	9	2,5%
Taras	118	117	1	0,9%
Total	1 152	1 062	90	8,4%

Granéis Sólidos

O movimento de granéis sólidos no Porto de Leixões em 2018 aumentou 225 mil toneladas resultando num crescimento de 9,6% face a 2017.

Entre as mercadorias mais movimentadas apenas a sucata de ferro teve evolução negativa (- 15,7%). O movimento de estilha e *pellets* cresceu 39,7% e foi o maior valor de sempre registado

num ano. Destaque ainda para as evoluções do movimento de trigo (+14,6%), paralelepípedos (+6,1%) e milho (+14,8%).

GRANÉIS SÓLIDOS NO PORTO DE LEIXÕES

Un: 1000 Ton

MERCADORIAS	2018	2017	VARIAÇÃO	
Estilha e *pellets*	869	622	247	39,7%
Sucata de ferro	538	638	-100	-15,7%
Trigo	472	412	60	14,6%
Paralelepípedos	173	163	10	6,1%
Milho	163	142	21	14,8%
Sucata de vidro	124	119	5	4,2%
Mercadorias diversas	239	257	-18	-7,0%
Total	2 578	2 353	225	9,6%

Granéis Líquidos

Em 2018 o movimento de granéis líquidos no Porto de Leixões totalizou 7,8 milhões de toneladas, o que significou um recuo de 1 milhão de toneladas por comparação ao máximo histórico atingido no ano anterior (-11,6%).

GRANÉIS LÍQUIDOS NO PORTO DE LEIXÕES

Un: 1000 Ton

	2018	2017	VARIAÇÃO	
Terminais Petroleiro e Oceânico	7 706	8 734	-1 028	-11,8%
Cais Comerciais	69	62	7	11,3%
TOTAL	7 775	8 796	-1 021	-11,6%

A paragem para manutenção da refinaria de Matosinhos, da Refinaria de Sines e do Terminal Oceânico de Leixões (monobóia) em 2018 motivou quebras significativas na movimentação de granéis líquidos. Os movimentos de petróleo em bruto, produtos refinados e produtos aromáticos sofreram uma redução.

Movimento de contentores

Em 2018, movimentaram-se no Porto de Leixões 668 mil TEU, mais 34 mil TEU que no ano anterior (+5,4%). Em TEU o movimento de 2018 foi o mais elevado de sempre. Em número de contentores

o crescimento foi de 19 mil unidades relativamente a 2017 (+5,0%), atingindo um total superior a 401 mil contentores.

MOVIMENTO DE CONTENTORES NO PORTO DE LEIXÕES

CONTENTORES	2018			2017			VARIAÇÃO	
	N.º		TEU	N.º		TEU	N.º	TEU
Cheios	314 542	78,4%	526 928	295 860	77,4%	498 214	6,3%	5,8%
Vazios	86 728	21,6%	140 575	86 430	22,6%	135 358	0,3%	3,9%
Total	401 270	100,0%	667 503	382 290	100,0%	633 572	5,0%	5,4%
Rácio (Cheios/Vazios)	3,6		3,7	3,4		3,7		

O rácio de contentores cheios/vazios registou uma evolução positiva, tendo subido em 2018, de 3,4 para 3,6 em número de contentores e manteve em 3,7 em TEU.

Movimento de contentores por dimensão

Na análise do movimento por dimensão dos contentores constata-se que todas as categorias registaram um movimento superior ao do ano anterior tendo os contentores de 40 pés obtido um crescimento bastante superior aos restantes. É de notar a tendência de aumento de representatividade dos contentores de maiores dimensões.

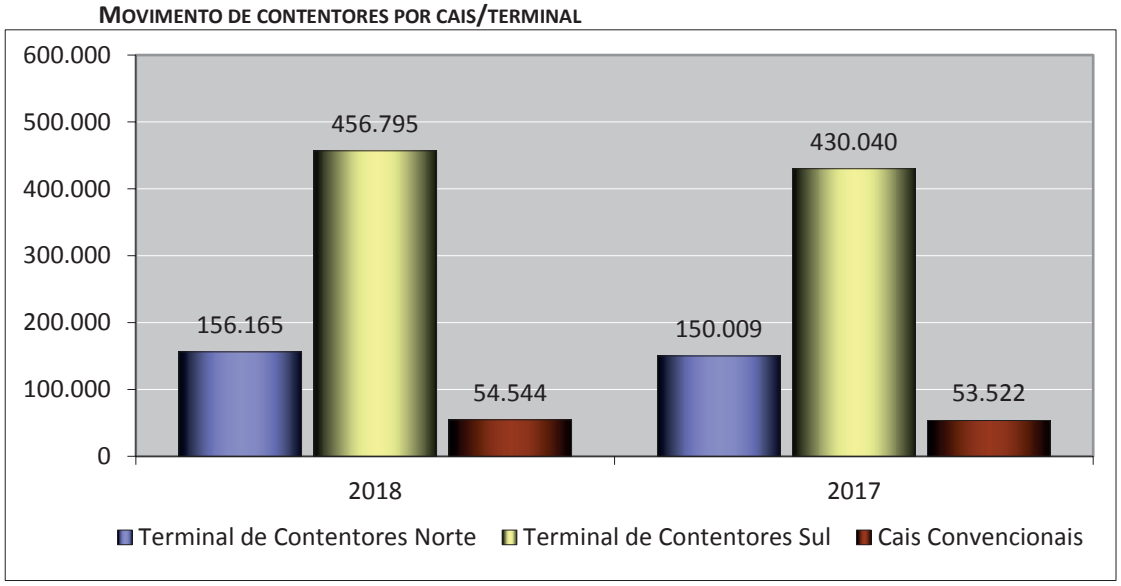
MOVIMENTO DE CONTENTORES NO PORTO DE LEIXÕES POR DIMENSÃO

DIMENSÃO DOS CONTENTORES	2018		2017		Δ
	N.º	%	N.º	%	
CONTENTORES DE 20'	139 298	34,7%	134 552	35,2%	3,5%
CONTENTORES DE 40'	219 441	54,7%	206 287	54,0%	6,4%
CONTENTORES COM OUTRAS DIMENSÕES	42 531	10,6%	41 451	10,8%	2,6%
TOTAL	401 270	100,0%	382 290	100,0%	5,0%

Movimento de contentores por cais ou terminal

O gráfico seguinte permite observar a repartição do movimento de contentores em TEU pelos diferentes terminais.

MOVIMENTO DE CONTENTORES POR CAIS/TERMINAL



O Terminal de Contentores Norte e o Terminal de Contentores Sul movimentaram em 2018 mais 18 186 contentores e mais 31 910 TEU do que no ano anterior, ou seja, +5,2% e +5,7%, respetivamente. A soma do movimento do TCS e TCN representou 92,2% do tráfego total de contentores.

No conjunto dos cais convencionais foram movimentados 54 544 TEU, dos quais 53 993 correspondem ao movimento no Terminal Multiusos em 2018.

Porto de Viana do Castelo

No Porto de Viana do Castelo o total de mercadorias movimentadas em 2018 atingiu as 326 mil toneladas, significando uma quebra de 21,3%, face ao ano anterior.

PORTO DE VIANA DO CASTELO: MOVIMENTO DE MERCADORIAS

Un: Ton

	2018		2017		VARIAÇÂO	
Carga Geral Fracionada	194 043	59,5%	273 725	66,0%	-79 682	-29,1%
Granéis Sólidos	89 136	27,3%	97 424	23,5%	-8 288	-8,5%
Granéis Líquidos	41 784	12,8%	42 954	10,3%	-1 170	-2,7%
Carga Contentorizada	1 362	0,4%	711	0,2%	651	91,6%
Total	326 325	100,0%	414 814	100,0%	-88 489	-21,3%

Na análise por tipo de carga constata-se a grande importância da carga fracionada e dos granéis sólidos no Porto de Viana do Castelo, representando em conjunto 86,8% do movimento total.

Na Carga Geral Fracionada foram movimentadas 194 mil toneladas resultando num decréscimo de 29,1% face a 2017 (274 mil toneladas). As principais mercadorias movimentadas foram papel e cartão, máquinas, aparelhos e suas partes e madeira em bruto.

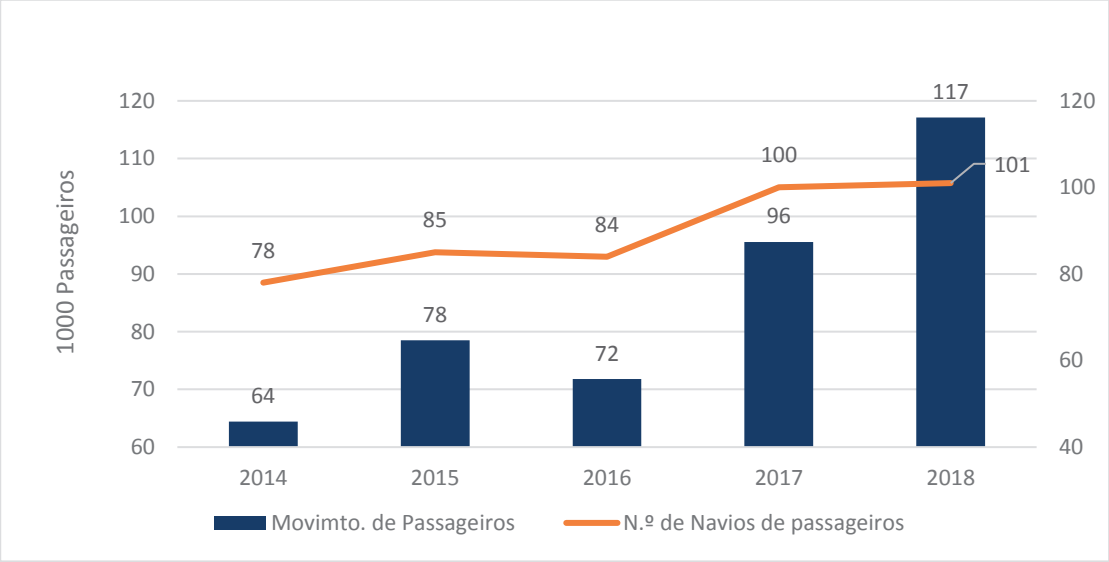
O movimento de granéis sólidos atingiu 89 mil toneladas, sofrendo uma quebra superior a 8 mil toneladas (-8,5%), por comparação ao ano anterior. Os movimentos de outros minerais, cimento, gesso e cal e de adubos decresceram 6,3%, 17,1% e 24,2%, respetivamente. Pela positiva destaca-se a descarga de quase 10 mil toneladas de forragens e desperdícios alimentares.

O movimento registado em 2018 foi inferior em 2,7% ao movimento registado em 2017, nos granéis líquidos, continuando o alcatrão e o betume de petróleo a ser a única mercadoria movimentada.

2.2.4. Movimento de Passageiros

Em 2018 o Porto de Leixões volta a superar-se ao atingir o registo mais alto de sempre, tanto no movimento de passageiros como no número de navios de passageiros. O gráfico apresenta a evolução dos últimos 5 anos:

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE LEIXÕES



O movimento de 117 mil passageiros em 2018 representa um crescimento de 22,5% face a 2017, ano do recorde superado. Em 2018 escalaram Leixões 101 navios de cruzeiro, mais 1 navio do que no ano anterior.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE LEIXÕES

Un: Número de passageiros

	2018	2017	VARIAÇÃO	
Desembarque	941	549	392	71,4%
Embarque	910	746	164	22,0%
Trânsito	115 245	94 267	20.978	22,3%
Total	117 096	95 562	21.534	22,5%
Número de navios	101	100	1	1,0%

O Porto de Viana do Castelo recebeu a visita de um navio de turismo particular em 2018 registando um total de 25 passageiros.

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE VIANA DO CASTELO

Un: Número de passageiros

	2018	2017	VARIAÇÃO	
Desembarque	2	35	-33	-94,3%
Embarque	7	22	-15	-68,2%
Trânsito	16	159	-143	-89,9%
Total	25	216	-191	-88,4%
Número de navios	1	1	0	-

2.2.5. Movimento de Pescado

Em 2018, a descarga de pescado no porto de pesca de Leixões totalizou 19 447 toneladas, mais 3 377 toneladas do que no ano anterior (+21,0%). Nos portos de pesca da Afurada e de Viana do Castelo a variação do movimento de pescado relativamente a 2017 foi de -30% e -1%, respetivamente.

MOVIMENTO DE PESCADO

Un: Ton

PORTOS DE PESCA	2018	2017	VARIAÇÃO	
Leixões	19 447,4	16 069,9	3 377,5	21,0%
Afurada	3,3	4,7	-1,4	-30,2%
Viana do Castelo	1 441,8	1 454,7	-12,9	-0,9%
TOTAL	20 892,5	17 529,3	3 363,2	19,2%

2.3. Tráfego Fluvial - Via Navegável do Douro

MOVIMENTO DE MERCADORIAS E NAVIOS COMERCIAIS

Em 2018, escalaram os portos do Douro 19 navios comerciais, menos 17 navios do que no ano anterior. Escalaram os portos da Sardoura e da Várzea 11 e 5 navios, respetivamente, tendo os restantes atracado no Cais de Gaia e outros locais.

NAVIOS COMERCIAIS

	2018		2017		VARIAÇÃO	
	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT	N.º	1000 GT
Portos do Douro	19	25	36	45	-47,2%	-44,4%

Em 2018, o movimento de mercadorias nos portos da Várzea e da Sardoura totalizou 33 829 toneladas, menos 19 mil toneladas que no ano anterior (-35,6%). No porto da Sardoura movimentaram-se 21 330 toneladas e no porto da Várzea 12 498 toneladas.

MOVIMENTO DE MERCADORIAS NOS PORTOS DO DOURO

Un: Ton

PORTOS	2018	2017	VARIAÇÃO	
Várzea do Douro	12 498	13 829	-1 331	-9,6%
Sardoura	21 331	38 709	-17 378	-44,9%
Total	33 829	52 538	-18 709	-35,6%

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS

O número de passageiros na VND registou um crescimento de 1,1% relativamente ao ano anterior, atingindo quase 1,3 milhões de passageiros, sendo que cerca de 10 mil não respeitam a passageiros em cruzeiros fluviais. Os passageiros de Cruzeiro em Navio-hotel foram os que registaram maior crescimento (+28,1%).

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS NO TRÁFEGO FLUVIAL

Un: Número de passageiros

TIPO DE NAVEGAÇÂO	2018	2017	VARIAÇÃO	
Cruzeiros na mesma albufeira	994 031	973 302	20 729	2,1%
Cruzeiros de 1 dia	206 019	232 502	-26 483	-11,4%
Cruzeiros em Navio-Hotel	85 402	66 681	18 721	28,1%
Embarcações de Recreio	10 579	9 756	823	8,4%
Total	1 296 031	1 282 241	13 790	1,1%

2.4. Terminal de Cruzeiros

A atividade de cruzeiros em Leixões registou em 2018 o melhor ano de sempre (ver 2.2.4). Com 101 escalas, 18 das quais inaugurais, dois *turnarounds* e 117 096 passageiros, o que significa um crescimento de 23% no número de passageiros e de 22% no número de embarques, relativamente ao registado no ano anterior.

Para a obtenção destes indicadores muito tem contribuído a participação de Leixões nos principais eventos mundiais de cruzeiros. Em parceria com os restantes portos portugueses, Leixões participou na *Seatrade Cruise Global* que se realiza todos os anos em Miami e na *SeaTrade Cruise Med*, que se realiza bienalmente e que, em 2018 teve lugar em Lisboa. Leixões é membro da Direção da *Cruise Europe* e co-responsável pelo grupo de trabalho da *Cruise Europe Atlantic Region.*

O Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões tem assumido uma importância crescente quer ao nível da sua atividade principal, como Terminal de Cruzeiros, quer da forte ligação à comunidade local. Para além da presença diária do Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental (CIIMAR), albergando cerca de 300 investigadores, o Terminal de Cruzeiros é já um ícone da cidade de Matosinhos e continua a suscitar a curiosidade a muitos dos que moram ou visitam a região. Nessa medida, o terminal foi o local escolhido para a realização de eventos corporativos por parte de várias empresas, contando com 116 eventos no edifício, tendo recebido ainda 41 395 visitantes, dos quais 10 682, em 356 visitas guiadas.

2.5. Plataforma Logística

A Plataforma Logística do Porto Leixões (PLPL) com um investimento acumulado de cerca de 111 milhões de euros apresenta um índice de ocupação de 35%, o que contribuiu para um aumento das receitas superior a 1 milhão de euros face a 2017, registando um valor de 1,8 milhões de euros, para o qual teve influência o término do período de carência que alguns operadores ainda usufruíram em 2017.

A PLPL é um dos principais investimentos em curso no porto de Leixões e contribuirá para desenvolver o Porto de Leixões e transformar a Área Metropolitana do Porto numa plataforma de valor acrescentado com condições para a atração e fixação de agentes da logística e de distribuição que permitam ancorar novo tráfego para o porto de Leixões e para as comunidades e cadeias logísticas envolventes. Adicionalmente permitirá minimizar a reduzida disponibilidade de terrenos de apoio às atividades operacionais do porto, permitindo aumentar a sua capacidade de crescimento e aumentar a performance do serviço prestado na cadeia logística de alguns dos principais grupos de mercadorias que passam pelo Porto de Leixões.

A PLPL, localizada junto ao Porto de Leixões, com acesso através da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões, obedece a um modelo polinucleado, compreendendo:

- O Pólo 1, com uma área total de 31 hectares, uma área de construção de 9,1 hectares que inclui serviços de apoio às empresas e aos veículos, encontra a uma distância de 2 km do porto de Leixões.
- O Pólo 2, com uma área total de 30 hectares, uma área de construção de 8,6 hectares, encontra a uma distância de 3 km do porto de Leixões.

Nos próximos anos, a APDL irá promover a conclusão do investimento em infraestruturas, deixando para os privados o investimento em superestruturas, nomeadamente armazéns.

Para promover a Plataforma Logística do Porto de Leixões a APDL desenvolveu diversas ações em 2018 e merece realce as iniciativas da APLOG:

- Em junho a APDL participou na iniciativa “5 Dias, 5 Empresas”;
- Em outubro marcou presença no 21.º Congresso de Logística.

Destaque ainda para a participação da APDL nos eventos com impacto internacional ocorridos em 2018:

- *Supply Chain Magazine Conference* 2018, com o tema “Aproximar e ligar o Mundo 4.0 à *Supply Chain*”, que decorreu em Santarém;
- Em outubro a APDL participou no evento *Most Iberia* 2018;
- XXI Feira Internacional de Produtos do Mar Congelados, realizada em Vigo.

Como reforço da diferenciação competitiva e fortalecimento da imagem no mercado, salienta-se que está em curso a integração/alinhamento com o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), das Certificações em Ambiente (ISSO 14001) e Segurança e Saúde no Trabalho (OHSAS 18001) no âmbito da Plataforma Logística do Porto de Leixões.

2.6. Atividade Promocional, Comercial e Comunicação da APDL

A atividade desenvolvida pela APDL pautou-se pela dinamização da atividade promocional e comercial do Porto de Leixões, nos vários segmentos do negócio portuário, colaborando de forma ativa com os diversos parceiros da Comunidade Portuária. Neste âmbito, o Grupo de Promoção do Porto de Leixões, constituído pela APDL e pelos principais concessionários, TCL – Terminal de Contentores de Leixões (YILPORT Leixões), TCGL – Terminal de Carga Geral e Granéis de Leixões, Petrogal - Terminal Petroleiro e Oceânico de Leixões e SdL - Silos de Leixões, constitui um grupo aglutinador na definição da estratégia de promoção comercial de Leixões no panorama nacional e internacional.

Enquadrado na sua estratégia comercial, destaca-se a presença da APDL nos seguintes eventos:

- Intermodal de S. Paulo - Intermodal South America - um dos maiores eventos de transporte e logística que se organiza a nível mundial. O porto de Leixões esteve presente em parceria com os Portos de Portugal em março de 2018;
- Break-Bulk Europe, maio de 2018 em Bremen: considerado o principal evento de carga geral e granéis a decorrer na Europa, esta feira constitui uma excelente oportunidade para potenciar novos negócios e fortalecer o relacionamento com potenciais e atuais clientes. Todos os profissionais e agentes económicos do setor marítimo portuário europeu marcam presença na Break-Bulk Europe, pelo que esta iniciativa permite consolidar a marca APDL junto dos principais *stakeholders*. A Break-Bulk Europe realiza-se há mais de uma década e reúne as maiores empresas do setor da logística, transporte de cargas e comércio internacional, num total de 500 expositores e 10 mil participantes. A APDL participou em parceria com o concessionário TCGL, a SdL e a Nogarport;
- Portugal Shipping Week, de 17 a 21 de setembro em Lisboa: a APDL participou conjuntamente com outros portos nacionais, num dos maiores eventos do setor marítimo nacional;
- 8.ª edição do Business2Sea - Fórum do Mar: iniciativa totalmente dedicada à economia do mar, que decorreu em novembro, no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, tendo a APDL ainda participado no Workshop 'Port Tech Clusters: do conceito à aplicação – estado da arte e *benchmarking* internacional', no qual foi exposto o exemplo de Leixões, enquanto porto na vanguarda da aceleração tecnológica.
- Bolsa Turismo de Lisboa (BTL), em fevereiro: a APDL marcou presença na maior feira de turismo nacional, em parceria com a Entidade Regional do Turismo do Porto e Norte de Portugal, pretendendo assim demonstrar o desenvolvimento turístico da região, com a Via Navegável do Douro, e também o Terminal de Cruzeiros do Porto de Leixões.

No que respeita a apresentações comerciais destaca-se a visita de uma delegação da APDL ao porto de Antuérpia, que contou com o apoio da Embaixada de Portugal na Bélgica e da Delegação do AICEP em Bruxelas, e que teve como objetivo o estabelecimento de parcerias e acordos de cooperação entre os dois portos. Foram ainda realizadas apresentações comerciais em Leixões para o Grupo Superbock, para a Câmara de Comércio Luso-Alemã, para a ICC – Curso de Comércio Internacional e para o Grupo Bosch. O Porto de Leixões acolheu a conferência "II International Business Conference Portugal-China", iniciativa que pretendeu retratar o comércio internacional chinês e debater o papel estratégico de Portugal na nova Rota da Seda.

O Porto de Leixões juntamente com o Município de Salamanca, a associação Cylog e o Porto de Aveiro e da Figueira da Foz são parceiros no projeto CENCYL que pretende promover o Corredor Atlântico e defender os interesses dos portos e cidades num contexto europeu muito competitivo

para financiar as principais redes de transporte. O Corredor Atlântico que, entre outros, incorpora as secções Leixões/ Porto-Aveiro-Salamanca-Valladolid, articula fluxos de transporte entre os portos da costa atlântica portugueses e a Europa Central, através das regiões fronteiriças ibéricas e Castela e Leão. Neste projeto está a ser desenvolvido um Plano Estratégico do Corredor, que consiste numa série de estudos de viabilidade sobre as várias plataformas logísticas de modo a dispor de serviços de logística integrada, que inclui estudos técnicos das plataformas logísticas de Leixões e Salamanca.

Sobre o mote "Alto Minho 2030: Balanço 2014-2020 & Novos Desafios", o Porto de Viana do Castelo participou, a convite da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, no seminário que teve lugar no dia 5 de outubro, na Fundação Bienal de Vila Nova de Cerveira, com o objetivo de promover o debate e a reflexão coletiva sobre a "Competitividade Portuária e Logística do Porto de Mar de Viana do Castelo: Balanço 2014-2020, Principais Prioridades & Projetos Âncora 2030", tendo por finalidade o desenvolvimento de um Alto Minho mais conectado, fomentando a mobilidade e a conectividade regional no horizonte 2030.

Igualmente várias iniciativas e eventos foram levadas a cabo na Via Navegável do Douro, destacando-se:

- A Conferência "DOURO: Um Canal para o Território", em maio de 2018, tendo sido apresentado o projeto Douro's Inland Waterway 2020 e discutidas as potencialidades da região. Na sessão de abertura esteve presente a Sra. Ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, e entre os conferencistas, destacam-se os estrangeiros Jack Soifer, especialista em turismo sustentável, e Peter Higgs, especialista em marketing. Foram debatidas as oportunidades para a criação de valor face aos milhares de turistas que procuram esta região, promovendo a alavancagem do fluxo turístico, e de que forma influenciam e se gere com segurança e sustentabilidade a navegação.
- Meia Maratona Douro Vinhateiro, em maio de 2018, que, sob a chancela "Douro: Um canal para o Território", um evento desportivo local, teve como objetivo reforçar a difusão e a notoriedade que o projeto DIW2020 representa para a região, cujo percurso passa por 4 Municípios Ribeirinhos, nomeadamente Armamar, Tabuaço, Lamego e Peso da Régua, com expressão nacional e internacional, que tem uma participação de cerca de 21.000 atletas, em interligação direta com o território.
- Em junho de 2018 no Cais de Sardoura, a receção de Delegação da European Federation of Inland Ports (EFIP), organização que reúne cerca de 200 portos e autoridades portuárias de 17 países da União Europeia e Suíça, com o intuito de dar a conhecer a realidade do transporte de carga na via fluvial do Douro, nomeadamente os métodos operacionais, potenciando o *networking* e o intercâmbio de estratégias entre equipas e, simultaneamente, defender os interesses dos portos do interior da União Europeia.
- Em julho de 2018 a receção da comitiva do "River Cruise Committee", e em setembro de 2018 um *meeting* com a plataforma europeia INE (Inland Navigation Europe), com o intuito de promover o transporte fluvial, tendo em conta as vantagens económicas e ecológicas, assim como identificar formas de potenciar o *networking* e o intercâmbio de estratégias entre equipas e, simultaneamente, defender os interesses dos portos do interior da União Europeia.

Numa perspetiva de cooperação, Leixões recebeu a visita de representantes de entidades públicas dos PALOP, dos portos da Guiné Bissau, de São Tomé e Príncipe e do porto de Cabinda.

Destacam-se ainda as visitas de caráter institucional do Embaixador do Bangladesh, do Cônsul da Austrália e de delegações representantes dos portos fluviais do Reno e da Namíbia.

A 15 de setembro de 2018 foi celebrada a 10.ª edição do Dia do Porto de Leixões que contou com cerca de 27 000 participantes. Entre as diferentes atividades destacam-se as visitas ao Terminal de Cruzeiros e ao Navio Escola Sagres e um concerto da Orquestra Jazz de Matosinhos.

Integrado ainda nas celebrações do Dia do Porto, no domingo anterior, realizou-se a 5.ª Corrida do Porto de Leixões, que contou com cerca de 2 900 pessoas inscritas nos 10 Km de Corrida ou 5 Km da Caminhada. Estas iniciativas têm como objetivo dar a conhecer à população um espaço portuário habitualmente de acesso restrito, sendo também um ponto de confraternização diferente entre os colaboradores da Comunidade Portuária e a comunidade envolvente.

Valorizando a vertente pedagógica é ainda de realçar as visitas de estudo que o Porto de Leixões acolheu durante o último ano, totalizando 6 926 alunos dos mais variados graus de ensino. Estas ações inserem-se numa política de abertura do porto ao exterior, apostando em ações pedagógicas junto das camadas mais jovens, para valorizar a importância de uma infraestrutura portuária dinâmica e economicamente sustentável.

No dia 12 de outubro de 2018 foi celebrada o 'Dia do Porto de Viana do Castelo'. Durante todo o dia, realizaram-se visitas guiadas às infraestruturas portuárias com alunos das escolas secundárias de Viana do Castelo, as quais incluíram passeios de barco pela foz do rio Lima. Ao final da tarde com a presença das entidades oficiais e da comunidade portuária, a bordo do navio Gil Eannes, inaugurou-se a exposição "O Porto de Viana nos séculos XIX e XX: um percurso histórico através da cartografia hidrográfica". A cerimónia contou, ainda, com a entrega dos prémios aos "Melhores alunos do secundário" das escolas do concelho, relativos ao ano letivo 2017/2018. Ainda a bordo do navio Gil Eannes todos os participantes puderam assistir à animação teatral "Memórias do nosso porto (impróprio para diabéticos) " pela Companhia de Teatro Noroeste - Centro Dramático de Viana. O Dia do Porto de Viana do Castelo terminou com um Verde de Honra, o qual contou com a presença do Conselho de Administração da APDL e com todas as entidades públicas e privadas que constituem a comunidade portuária de Viana do Castelo.

O Dia do Douro 2018 festejou-se no Cais do Pinhão/Sabrosa no dia 20 de outubro de 2018, no qual se desenvolveu um conjunto de atividades lúdicas, culturais e de promoção do que melhor existe no Douro, com o intuito de promover a interação com clientes, colegas de trabalho e comunidade, tendo como palco principal o Cais do Pinhão/Sabrosa, uma das principais portas de entrada da Via Navegável do Douro.

Foi realizado um programa com atividades de animação, desde atividades radicais a animação de rua, envolvendo entidades e associações recreativas e culturais da região. Esta iniciativa proporcionou uma dinâmica diferente do Cais do Pinhão/Sabrosa e o envolvimento com turistas e comunidade local. O Dia do Douro movimentou cerca de 2 000 pessoas.

No que toca à comunicação com o exterior, a maior parte das notícias foram publicadas em meios on-line, o que se justifica pelo crescente peso da internet face aos media tradicionais. A página de internet da APDL continua a ser o principal meio de comunicação digital com a comunidade a par do *Facebook* que tem tido um crescimento exponencial de seguidores (de 18 000 para 21 000) e uma média de 45 mil interações mensais.

2.7. Certificação da Qualidade e Gestão de Riscos

CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE

No ano de 2018 deu-se por concluído, com elevado nível de sucesso, o triénio 2016 - 2018, traduzido no ciclo normal de Certificação em Sistemas de Gestão da Qualidade. Este triénio foi marcado por significativas mudanças no âmbito da Certificação da Qualidade, de todos o mais impactante na estrutura interna, desde o início da auditoria de concessão em 2010, com a atribuição do primeiro Certificado de Aprovação à APDL, segundo o referencial internacional NP EN ISO 9001.

Entre os exercícios de 2010 a 2015, o Sistema de Gestão da Qualidade e a consequente Certificação incidiu no segmento de negócio designado por "Serviços Prestados ao Navio - Leixões" com vários serviços, porém, longe de abranger todo o *core business* da APDL.

Foi no ano de 2016 que se verificou um significativo progresso no projeto de extensão do âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) a toda a organização, incluindo já todos os demais serviços prestados pela APDL na unidade de negócio – Porto de Leixões, bem como, todo o *core business* das duas outras recentes unidades – Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro.

No exercício posterior, 2017, o desafio foi objetivado no projeto de transição de todo o sistema de gestão para a nova Norma da Certificação de Qualidade NP EN ISO 9001:2015, cientes da estratégia prosseguida pela empresa, numa permanente conquista e posicionamento de vanguarda.

O último dos três anos (2018), veio consolidar as significativas alterações anteriormente prosseguidas, dado que os processos nas diversas unidades de negócio apresentavam-se com diferentes níveis de maturidade, procurando-se sempre nivelar, pelo que se apresenta de maior exigência.

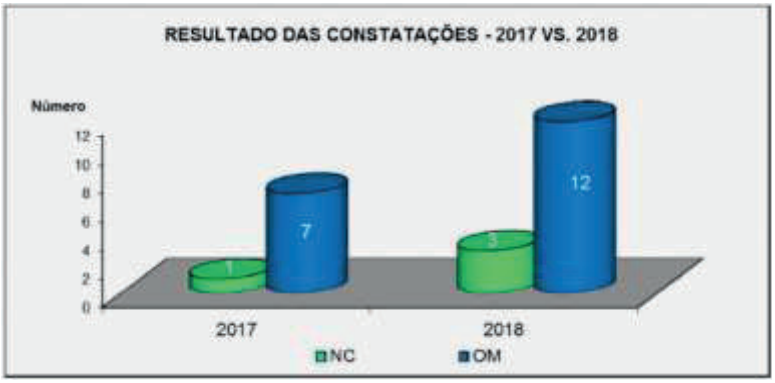
O Sistema de Gestão implementado na empresa visa contribuir assim para o êxito do desempenho das suas funções, responsabilidades e também para satisfação das partes interessadas (Acionista, Clientes, Colaboradores, Fornecedores, etc.) e também em áreas que permitem à gestão, usando o planeamento, a implementação, o seguimento das áreas de suporte, a melhoria contínua, corrigindo eventuais desvios à linha de rumo traçada pelos objetivos estratégicos estabelecidos.

O Sistema é deste modo estruturado tendo em conta a Política da Qualidade da empresa, alinhada ao seu planeamento e objetivos estratégicos.

A prossecução do sucesso no SGQ da empresa resulta de um permanente trabalho de equipa, de auditorias (internas e externas), revisão, monitorização e adequação a novas realidades, refletindo a melhoria contínua dos serviços – ações de melhoria; gestão dos fluxos de reclamações; monitorização dos requisitos das partes interessadas relevantes, avaliação da satisfação dos clientes, entre outros aspetos aplicados às três unidades de negócio - Porto de Leixões, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, em todas as atividades *core* da empresa.

No que concerne às Auditorias Internas da Qualidade, que desde 2016 são realizadas a todos os processos que integram o SGQ em todas as Unidades de Negócio, foram identificadas em 2018: 3 Não Conformidades (NC) e 12 Oportunidades de melhoria (OM) e Observações.

Os resultados comparativos das constatações no biénio 2017/2018 apresentam-se resumidamente no seguinte gráfico:



Ainda no ano de 2018, submeteu-se a candidatura de novo projeto, aprovada recentemente com sucesso, que se traduzirá na futura implementação e integração no atual SGQ – que representa o tronco comum em sistemas de gestão, de duas novas normas: ISO 28000 – Sistema de Gestão de Segurança para a Cadeia Logística e ISO 20858 – Avaliação e Plano de Segurança das Instalações Portuárias.

Por último se refere, que a APDL persegue a aplicabilidade das melhores e mais recentes práticas internacionais para o seu sistema de gestão, promovendo deste modo uma Política da Qualidade de aposta global, visando a plena satisfação de todas as partes interessadas relevantes, em alinhamento com a evolução do mercado.

PLANO DE GESTÃO DE RISCOS - PROJETO MAR

A Gestão do Risco empresarial, incluindo os Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (conhecido na APDL por projeto MAR – Modelo de Avaliação de Riscos) segue as melhores práticas, modelos e *frameworks* de gestão de risco internacionalmente aceites, entre os quais se encontram as metodologias da norma ISSO 31000, o "COSO II - *Integrated framework for Enterprise Risk Management*" e o "*Risk Management Standard* AS/NZS 4360 : 2004".

O ano de 2018 foi um ano de consolidação do modelo de avaliação de risco na APDL, dos seus instrumentos e de adaptação aos novos riscos empresariais decorrentes da entrada do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais.

No que concerne ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e respetiva documentação técnica, na última revisão aprovada pelo Conselho de Administração, este cumpre com as Recomendações do Conselho de Prevenção da Corrupção, tais como:

- Recomendação de 1 de julho de 2015;
- Recomendação n.º 1/2010, publicada no DR n.º 71, 2.ª série, de 13 de abril de 2010; e,
- Recomendação n.º1/2009 publicada no DR n.º 140, 2.ª série, de 22 de julho de 2009.

Neste âmbito, em 2018, a APDL iniciou um processo de avaliação e melhoria do seu canal de comunicação de irregularidades.

3. Recursos Humanos

O Plano Estratégico da empresa consagrou, para o curto e médio prazo, um conjunto de objetivos que, numa perspetiva interna e externa, pressupõe a manifesta necessidade de reforço de competências e o aumento do número de colaboradores.

A um tempo de racionalização e otimização tem que dar lugar um período de expansão e de reforço de competências, na justa medida do crescimento das respetivas áreas de negócio e de aumento da eficiência dos serviços prestados.

De facto, não é só o aumento de toda a capacidade produtiva como também o elevado grau de exigência e responsabilidade face a desafios de diversa natureza, designadamente nos domínios da Segurança, Ambiente, Sistemas de Informação, Obras e Controlo de Gestão.

Assim, não estamos só perante o aumento da capacidade produtiva em termos de movimentação de carga, navios e passageiros, mas na preparação de duas estruturas portuárias e vias de navegação capazes de responder a novos desafios, essenciais não só para garantir a manutenção dos resultados já obtidos mas também poder acompanhar o desenvolvimento económico do País em todos os setores da economia nacional.

Uma outra consideração, não menos importante, é a absoluta necessidade de assegurar a manutenção de elevados níveis de competência interna adquiridos em domínios muito específicos do *core* da empresa, designadamente, na área das operações portuárias, infraestruturas marítimas e segurança da navegação, por forma a promover uma transição geracional sem quebra de competências e da eficiência de toda a operação portuária.

Estas são as razões que fundamentam a aposta que se fez para o período 2018/2019 no sentido de preparar a empresa com meios humanos capazes, adequados e preparados para fazer face aos desafios imediatos que se colocam e sempre na justa medida do crescimento das várias áreas e unidades de negócio da empresa.

3.1. Quadro de Pessoal

Na sequência das políticas atrás referidas e das iniciativas de mobilidade interna e atribuição de novas responsabilidades e tarefas, foi possível promover a estabilidade do quadro de pessoal apesar dos crescentes desafios colocados.

QUADRO DE PESSOAL POR UNIDADE DE NEGÓCIO – 31 DE DEZEMBRO

	2018	2017	Δ
Ativos	**257**	**253**	**1,58%**
Leixões	208	203	2,46%
Viana do Castelo	35	36	-2,78%
Via Navegável Douro	14	14	-

Note-se que, o incremento de 4 trabalhadores em 2018 face a 2017 é explicado por 9 entradas (nomeadamente 3 vogais do Conselho de Administração, 2 comissões de serviço, 1 contrato de

cedência de interesse público, 1 transferência de outra Autoridade Portuária e 2 regressos à APDL - fim de mandato noutra Autoridade Portuária e fim de licença sem vencimento) e por 5 saídas (4 aposentações e 1 cessação de mandato de vogal do Conselho de Administração).

Nos quadros seguintes apresentam-se os dados agregados para as três unidades de negócio.

QUADRO DE PESSOAL – 31 DE DEZEMBRO

	2018	2017	Δ
Efetivos	**251**	**251**	**0,00%**
H	168	167	
M	83	84	
Ativos	**257**	**253**	**1,58%**
H	171	169	
M	86	84	

Efetivo – Trabalhador com vínculo permanente à Empresa

Ativos – Totalidade dos recursos humanos disponíveis

NÍVEIS DE HABILITAÇÕES

	2018	2017	%
Ensino básico	**68**	**71**	**-4,23%**
H	59	62	
M	9	9	
Ensino secundário	**57**	**60**	**-5,00%**
H	28	29	
M	29	31	
Ensino superior politécnico	**10**	**10**	**0,00%**
H	7	7	
M	3	3	
Ensino superior universitário	**122**	**112**	**8,93%**
H	78	71	
M	44	41	

As alterações verificadas ao longo de 2018 resultam essencialmente de medidas de reorganização dos serviços e mobilidade interna, daí resultando ganhos de eficiência operacional ao nível das três unidades de negócio.

ATIVOS POR ÁREAS OPERACIONAIS

	2018	2017	Δ
Operações portuárias, segurança e ambiente	106	111	-4,50%
H	92	97	
M	14	14	
Obras e infraestruturas	41	36	13,89%
H	32	28	
M	9	8	
Logística e informática	22	22	0,00%
H	14	13	
M	8	9	
Comercial e gestão domínio público	24	22	9,09%
H	14	11	
M	10	11	
Gestão e serviços de apoio	64	62	3,23%
H	20	20	
M	44	42	

Os serviços operacionais da APDL garantem a plena operacionalidade dos portos de Leixões e Viana do Castelo, por forma a assegurar todo o movimento de navios e da carga em função das necessidades operacionais de todos os agentes económicos envolvidos.

Assume especial relevância pela sua natureza operacional especifica o setor das Operações Marítimo – Portuárias e de Segurança da Navegação, que inclui o serviço de Pilotagem e do *Vessel Traffic Services* (VTS).

A plena operacionalidade dos serviços implica, face ao reduzido número de pessoal afeto àquelas funções, que todos os trabalhadores dos serviços marítimos e apoio à segurança e controlo da navegação estejam integrados em regimes de trabalho de turno e/ou IHT.

A consagração destes regimes de trabalho permite uma prestação de serviço contínua, minimizando o número de trabalhadores, ajustando-se os seus horários de trabalho às efetivas necessidades operacionais.

Acresce que por força das exigências operacionais de deslocação de técnicos entre as três unidades de negócio, há uma crescente necessidade de os quadros da empresa trabalharem no regime de isenção de horário de trabalho, daí resultando o aumento verificado em 2018.

Com este regime de trabalho atinge-se uma maior racionalização e eficiência dos meios humanos e, até, uma diminuição de trabalho extraordinário, pois a deslocação implica a perda entre 2 a 3 horas de trabalho por cada deslocação.

REGIME DE TRABALHO

	2018	2017	Δ
Horário normal fixo	52	74	-29,73%
Horário de turno	15	15	0,00%
Isenção de horário de trabalho	190	164	15,85%

A taxa de absentismo manteve-se baixa e ao nível do verificado no ano anterior.

TAXA DE ABSENTISMO

	2018	2017	Δ (pp)
Taxa de absentismo	3,69%	3,76%	0,07

(*Total horas ausência/potencial máximo trabalho*100)*

3.2. Estrutura dos Gastos com o pessoal

Un: Euros

	2018	2017	Δ
APDL	**14 608 521**	**13 883 051**	**5,23%**
Porto de Leixões	12 298 186	11 701 560	5,10%
Porto de Viana do Castelo	1 749 048	1 709 228	2,33%
Via Navegável do Douro	561 287	472 263	18,85%

O agravamento dos gastos com pessoal em 2018 resulta essencialmente da renegociação do Acordo Coletivo de Trabalho, conforme publicação constante no BTE n.º 28, de 29/07/2018, bem como da progressão nas carreiras de integração, conforme o previsto no Anexo IV à Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, decorridos dois anos sobre a celebração dos contratos de interesse público com os trabalhadores afetos à Via Navegável do Douro.

Os gastos com o pessoal decompõem-se em dois segmentos: remunerações certas e permanentes e prestações sociais.

Unid: Euros

		2018	2017	Δ
Remunerações e Encargos	(1)	14 052 992	13 433 519	4,61%
Remunerações dos corpos sociais		368 907	299 475	23,18%
Remunerações certas e permanentes		7 862 609	7 685 204	2,31%
Trabalho extraordinário		167 473	179 119	-6,50%
Subsídio de turno		533 384	516 138	3,34%
Subsídio i.h.t.		1 424 236	1 296 911	9,82%
Outras remunerações		789 020	636 538	23,95%
Pensões		10 402	22 862	-54,50%
Outros gastos com o pessoal		362 755	382 656	-5,20%
Encargos sobre remunerações		2 534 205	2 414 616	4,95%
Apoio na Doença	(2)	342 639	336 071	1,95%
Despesa no exercício (ativos)		200 368	200 953	-0,29%
Responsabilidades futuras		142 271	135 118	5,29%
Prestações Sociais	(3)	212 890	113 461	87,63%
Despesa no exercício (ativos)		212 624	113 178	87,87%
Responsabilidades futuras		266	283	-6,01%
TOTAL=(1)+(2)+(3)		**14 608 521**	**13 883 051**	**5,23%**

No que concerne à remuneração dos órgãos sociais, importa referir que no ano 2018 o Conselho de Administração apenas teve 4 elementos a partir de 1 de março e em 2017 o cargo de Presidente do Conselho de Administração não foi remunerado desde janeiro até 4 de setembro, o que origina o agravamento de custos no ano de 2018.

O conjunto de rubricas que compõe o item *Outras remunerações* integra, entre outros de menor relevância, os custos referentes ao subsídio de alimentação que, por força da sua atualização para €9, com efeitos a 01/01/2018, e €10 a partir de 01/04/2018, importou um aumento de custos em 2018 de 136 945 euros.

A Politica de Responsabilidade Social da empresa no que concerne à proteção na doença e apoio à educação dos trabalhadores e aposentados, e seus filhos em idade escolar, sempre pautada pelo rigor e contenção dos gastos associados, tem-se demonstrado essencial para a captação e fidelização de quadros técnicos de reconhecida competência e a implementação de modelos de gestão de pessoal plenamente adequados às necessidades operacionais da APDL e elevados padrões de motivação e envolvimento nos desafios de sustentabilidade económica, social e ambiental que se colocam.

A massa salarial agrega a totalidade das rubricas remuneratórias dos trabalhadores e dos membros dos órgãos sociais e o seu aumento reflete, no essencial, as valorizações remuneratórias operadas por aplicação do novo Acordo Coletivo.

MASSA SALARIAL

Unid: Euros

	2018	2017	Δ
Massa salarial	11.221.765	10.683.978	5,03%

3.3. Saúde Ocupacional

EXAMES MÉDICOS

	2018	2017	Δ
Exames periódicos obrigatórios	210	248	-15,3%
Exames de admissão e ocasionais	14	16	-12,5%

SINISTRALIDADE

	2018	2017	Δ
Com incapacidade temporária	0	8	-100,0%
Sem incapacidade	5	1	400,0%
TOTAL	5	9	-44,4%

Apesar da atividade operacional, designadamente serviços marítimos, significar pela sua natureza e regime de trabalho (24h/dia e 365/ano), um grau de perigosidade de significativa relevância, foi possível diminuir o número de acidentes de trabalho, sendo relevante anotar que em 2018 não houve acidentes de que resultasse incapacidade temporária ou definitiva para o trabalho.

ÍNDICE DE FREQUÊNCIA

	2018	2017	Δ
Índice de Frequência	0,00	18,41	-100,0%

Nota: Quantifica o número de acidentes com baixa por cada milhão de horas de trabalho de exposição ao risco

A inexistência de acidentes com baixa em 2018 teve reflexo direto no valor do índice de frequência em 2018.

ÍNDICE DE GRAVIDADE

	2018	2017	Δ
Índice de Gravidade	0,00	0,76	-100,0%

Nota: Quantifica o número de dias perdidos por cada mil horas de trabalho de exposição ao risco

Em 2018 não ocorreram acidentes que originassem dias perdidos de trabalho, o que se traduziu um índice de gravidade nulo.

3.4. Formação

O Centro de Formação da APDL é uma estrutura vocacionada para a prestação de serviços de Formação e Consultadoria na área marítimo-portuária, abrangendo vários domínios do conhecimento, designadamente:

- Gestão e Liderança;
- Segurança da Navegação e das Operações Portuárias;
- Logística e Transportes;
- Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social;
- Inovação e Novas Tecnologias.

A atividade tem sido desenvolvida com especial enfoque na comunidade portuária e empresarial da região do grande Porto mas também noutros portos nacionais e dos PALOP.

O reflexo da marca do Centro de Formação está intimamente ligado à imagem do Porto de Leixões, sendo uma mais-valia para a afirmação desta estrutura portuária a nível nacional e internacional.

Em 2018 foi lançado o concurso para aquisição de um "*Full Mission Bridge Simulator*", estando a sua montagem e entrada em funcionamento prevista para o 1.º semestre de 2019, com que será dado um passo determinante para a consolidação do Centro de Formação como uma unidade de referência no panorama nacional e internacional.

A partir do 2.º semestre de 2019 será promovida a realização das ações de formação constantes do Plano de Formação e especificas para o setor marítimo portuário que impliquem a formação com recurso ao "*Full Mission Bridge Simulator*", o que projetará o Centro de Formação da APDL para contextos mais diversificados.

FORMAÇÃO

	Ações externas			Ações internas			Total		
	2018	2017	Δ	2018	2017	Δ	2018	2017	Δ
Formandos (nº)	50	90	-44,44%	320	367	-12,81%	370	457	-19,04%
Horas formação	2 815	2 609,5	7,88%	238	333	-28,53%	3 053	2 942,5	3,76%
Volume de Formação*	3 596	3 061	17,48%	2 657	2 727	-2,57%	6 253	5 788	8,03%
Custos (€)	17.766	35.566	-50,05%	34.581	14 004	146,94%	52.347	49 570	5,60%

*Volume de Formação: Horas de formação X Número de alunos

Do ponto de vista interno o Centro de Formação assegura uma política ativa de gestão de recursos humanos, efetuando todo o processo de levantamento das necessidades de formação dos trabalhadores da empresa e promovendo a sua realização em espaços próprios por forma a melhor otimizar os investimentos realizados e a ter ganhos de rentabilidade com perfeita adequação das ações às necessidades dos colaboradores e da Empresa.

Em 2018, dadas as exigências legais e de contexto, fez-se um enfoque formativo das chefias e quadros superiores da empresa nos domínios da Proteção de Dados Pessoais, Código da Contratação Pública, Gestão Sustentável e Responsabilidade Social e Liderança.

Dada a especificidade destas ações, o que implicou a necessidade de contratação de formadores externos seniores e a sua mais prolongada duração, houve um aumento dos custos da formação interna, o que foi compensado pela restrição ao recurso a formação externa, sendo que parte dessa formação foi compensada pelas receitas obtidas pelo Centro de Formação.

FORMAÇÃO A TERCEIROS

	2018	2017	Δ
Formandos (n.º)	175	253	-30,83%
Horas formação	248,5	471,5	-47,3%
Volume Formação *	2 399	3 262,5	-26,47%
Custos (euros)	12.095	17.311	-30,13%
Receitas (euros)	27.833	42.495	-34,5%

*Volume de Formação: Horas de formação X Número de alunos

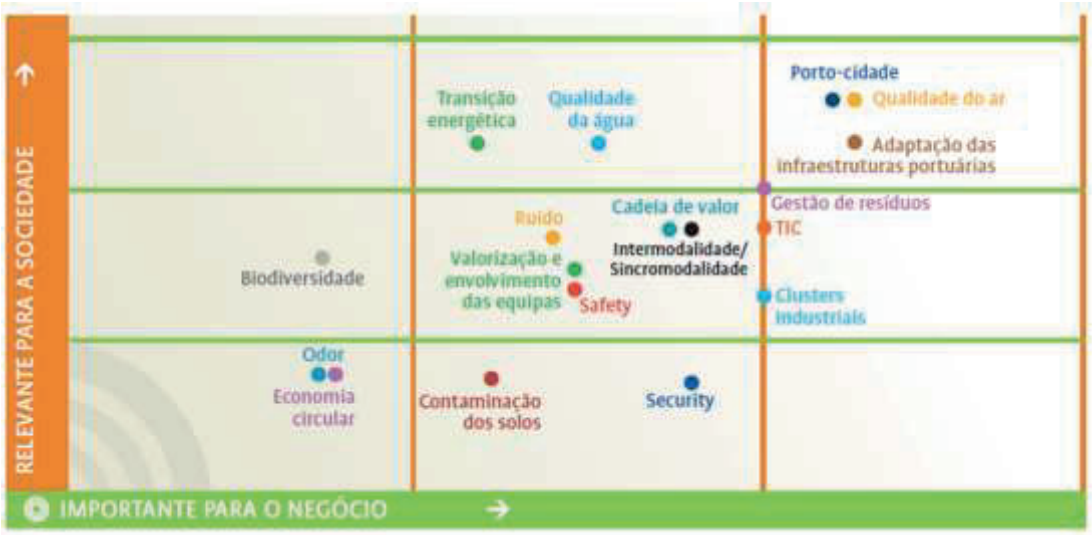
Relativamente aos serviços de formação prestados a terceiros houve uma redução do número de ações realizadas e, consequentemente, de formandos e volume de formação, sendo de referir, no entanto, o bom rácio entre receitas e custos dessa mesma atividade.

4. Abordagem à Sustentabilidade Ambiental

Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

A estratégia de sustentabilidade da APDL tem como base a matriz de materialidade da empresa, que considera os temas relevantes para a sustentabilidade numa perspetiva externa - expetativas das partes interessadas, *benchmark*, enquadramento setorial – com uma análise dos mesmos temas numa perspetiva interna – impactos, planos de melhoria, posição pública e integração na estratégia da empresa, da qual resultou a nossa matriz de materialidade.

MATRIZ DE MATERIALIDADE



Esta matriz orienta a elaboração do Plano Operacional de Sustentabilidade da empresa, o *reporting* de sustentabilidade e, fundamentalmente, o posicionamento da empresa face aos desafios ambientais e sociais do negócio, com vista à minimização dos impactos negativos da atividade, implementação de boas práticas na gestão dos recursos e otimização do contributo da empresa para o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas que nela trabalham e das comunidades envolventes.

O Relatório de Sustentabilidade faz a análise detalhada do desempenho social e ambiental, fazendo-se aqui apenas um breve resumo das iniciativas realizadas.

Políticas prosseguidas com vista a gerir de forma sustentável os impactes ambientais

A APDL tem uma **Política de Sustentabilidade** formalizada, que define o posicionamento da empresa face aos desafios ambientais e sociais do negócio, com vista a:

- Minimizar os impactos negativos da atividade e implementação de boas práticas na gestão dos recursos;
- Garantir a segurança das pessoas e das operações;
- Criar valor e envolver os parceiros de negócio nos compromissos com a sustentabilidade;
- Otimizar o contributo da empresa para o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas que nela trabalham;
- Promover a responsabilidade social corporativa e a interação com as comunidades locais.

A **nível ambiental** os nossos compromissos visam a monitorização e implementação de medidas de mitigação dos impactes ambientais, designadamente ao nível do ruído, qualidade do ar e da água.

Estes são os compromissos expressos na Política de Sustentabilidade nesta área:

- Trabalhar em cooperação com as empresas concessionárias em matéria de Gestão Ambiental.
- Exigir e fiscalizar o cumprimento da legislação e dos procedimentos internos estabelecidos em matéria ambiental.
- Estabelecer uma política integrada de gestão de resíduos, comprometida com o aumento das taxas de separação de resíduos e encaminhamento para destinos adequados.
- Realizar ações de sensibilização e formação sobre as boas práticas ambientais a implementar no âmbito das operações portuárias.
- Implementar a redução do consumo dos recursos naturais, através da promoção de medidas de poupança de água e energia e pela adoção de soluções ambientalmente mais sustentáveis.
- Apostar na transição energética através de soluções alternativas à utilização de combustíveis fósseis, contribuindo para a redução das emissões.

4.1. Responsabilidade Ambiental

A APDL tem assumido um papel motor e dinamizador junto de todos os agentes económicos que atuam na atividade portuária por forma a assegurar a sustentabilidade das suas unidades de negócio também em termos ambientais.

Os impactes ambientais decorrentes da atividade verificam-se, essencialmente, na qualidade do ar, produção de ruído e gestão de resíduos, pelo que, sobre toda a atividade e processos de trabalho têm-se atuado de forma articulada com os *stakeholders* estratégicos e implementado diversas ações de monitorização e mitigação.

Sistema de monitorização de ruído na área portuária do Porto de Leixões

O Porto de Leixões está equipado com uma rede de medição de ruído em contínuo, 24h/365 dias ano, que permite analisar as fontes emissoras mais ruidosas, de forma a serem implementadas medidas eficazes de minimização ou de correção dos impactes na movimentação das mercadorias, em tempo real.

Sistema de monitorização em contínuo de partículas na área portuária do Porto de Leixões

A APDL tem instalado um sistema que mede as partículas (PM10 e PTS) através de uma monitorização permanente (365 dias/ano, 24H/dia) da emissão de partículas resultante das várias atividades portuárias. Este sistema permite a visualização de dados em tempo real, a definição de limites e a possibilidade de enviar alarmes via *e-mail* e/ou SMS caso os limites fixados sejam ultrapassados.

Sistemas de mitigação

Medidas que permitem minimizar a propagação de poeiras e ruído na operação de movimentação de cargas:

- Utilização de passadeira rolante para o transporte de algumas mercadorias;
- Aspersão regular com água doce de todas as cargas suscetíveis de emitir poeiras;
- Manutenção da limpeza e lavagem de todas as áreas de operação de movimento de cargas;
- Reforço e manutenção da cortina arbórea com arbustos intercalares na zona de interface com a cidade;
- Controlo da altura da pá das gruas durante o levante de mercadorias;
- Barreira de contenção das aparas de madeira, com uma barreira de contentores reforçada que permite delimitar a área de depósito;
- "Para-vento": estrutura de metal e tela destinados a impedir a propagação de poeiras;
- Manto geotêxtil para a cobertura da estilha, que permite impedir a propagação de poeiras;
- Circunscrição da movimentação de carga aos limites da barreira de contentores.

4.2. Apostar na Transição Energética

A construção de alternativas ao combustível fóssil para o transporte marítimo é um dos grandes desafios da transição energética. A este nível, a APDL apostou no fornecimento de energia elétrica a navios da Marinha e aos rebocadores contratados pela Petrogal. Este fornecimento está disponível em alguns cais de atracação onde foram instalados ramais de alimentação de energia elétrica a partir de terra (até 250A, 380V).

4.3. Racionalização da Utilização dos Recursos

Medidas para poupança de água

A APDL desenvolveu nos últimos anos medidas que visaram uma melhoria no consumo e abastecimento de água, nomeadamente:

- Elaboração de relatórios trimestrais de consumo para monitorizar o balanço hídrico da rede de Leixões e Viana do Castelo;
- Melhoria das instalações físicas da rede de abastecimento nas três unidades, com a otimização da rede, colocação de novos contadores e elaboração de relatórios periódicos de controlo;
- Instalação de torneiras com temporizadores nas instalações da empresa;
- Atualização do tarifário de Viana do Castelo, de consumos de água da marina e instalação de equipamentos que permitam a contagem por utilizador;
- Instalação de sistema de recolha de águas pluviais no armazém do porto de Viana do Castelo.

Cientes de que é preciso aumentar a consciencialização de todos para problemas como a proteção da água e para o impacto que o seu uso tem no planeta, na economia e na vida das pessoas, no dia 22 de março de 2018, Dia Mundial da Água, realizaram-se no Porto de Viana do Castelo duas ações, uma de sensibilização ambiental, dirigida aos mais novos, e outra de controlo da qualidade da água. Assim, nas instalações de Viana de Castelo, decorreram as seguintes iniciativas:

- Visita de uma escola do ensino básico ao porto de Viana do Castelo e jogo interativo que tem como mascote o "Rabelinho", o qual pretende sensibilizar as pessoas para a limpeza dos rios;
- Início do plano de controlo da água no Porto de Viana do Castelo, que consiste em definir um procedimento e analisar a qualidade da água fornecida pelas bocas de aguada existentes na área portuária.

Participação na **AQUAPORTO 2018**, que decorreu em setembro no Parque da Cidade do Porto, um evento que visa a sensibilização para a proteção dos recursos hídricos, com forte vertente pedagógica e criação de um ambiente propício à interação e sensibilização sobre este tema. No âmbito das ações desenvolvidas durante este evento, também foi promovida uma ação de reutilização de materiais para construção criativa de objetos ligados à água.

Medidas para poupança de energia

A empresa tem implementado medidas para a diminuição do consumo de energia, o que tem resultado numa evolução positiva em termos de eficiência energética, devido ao investimento realizado nas seguintes áreas:

- **Acordo de Racionalização dos Consumos de Energia** (ARCE), do qual decorre a implementação de um plano de racionalização de energia elétrica devidamente registado na Direção de Energia, que incluiu auditorias energéticas aos edifícios administrativos e certificação energética;
- **Remodelação dos sistemas de iluminação de vários espaços públicos**, com a instalação de armaduras LED e através da diminuição de fluxos, para redução do consumo de energia e de emissões;
- No Porto de Viana do Castelo, investiu-se na instalação de **painéis solares e fotovoltaicos** para iluminação interior e exterior de algumas áreas;
- **Substituição de equipamentos AVAC** por outros mais eficientes, que utilizam gases não prejudiciais à camada de ozono.

4.4. Assegurar a Qualidade das Águas Superficiais

A APDL considera a manutenção da qualidade do meio hídrico da zona portuária e costeira e o respeito da biodiversidade marinha aspetos muito relevantes da sua atividade. Para isso tem uma **política de prevenção e combate a derrames** no meio hídrico e um conjunto de equipamentos que apoiam na sua monitorização.

Para minimizar o impacto das dragagens a empresa tem um **nivelador de fundos**, que permite que os sedimentos em vez de serem dragados ou retirados dos fundos do porto, sejam nivelados, passando o material depositado para as zonas mais fundas. Este procedimento evita a dispersão de sedimentos na água e a turbidez que as dragas usualmente criam no meio aquático e evita também a necessidade de descarregar os sedimentos em mar alto.

Em finais de 2018 foram realizadas **análises das águas superficiais** em Leixões, Viana e Douro, em 4 locais de recolha: 1 em Leixões, 1 em Viana, (com 5 pontos de recolha em cada uma) e 2 na VND (3 pontos de recolha em Lamego e 3 na Régua). Com os respetivos relatórios da qualidade da água será feito o ponto de situação atual e serão programadas ações de melhoria.

5. Investimento

5.1. Principais Investimentos

O investimento realizado em 2018 ascendeu a 13,4 milhões de euros, representando uma redução de cerca de 46% face ao exercício anterior, do qual cerca de 55% correspondem ao Porto de Leixões, 12% ao Porto de Viana do Castelo e 33 % à Via Navegável do Douro.

INVESTIMENTO

Unid: € 1000

	2018	2017
Porto de Leixões	7.359	20.257
Porto de Viana do Castelo	1.570	621
Via Navegável do Douro	4.418	3.733
TOTAL DO INVESTIMENTO	13.347	24.611

Apresenta-se em seguida a realização do investimento por Ação, para cada uma das três unidades de negócio, destacando-se alguns dos investimentos mais relevantes.

INVESTIMENTO POR UNIDADE DE NEGÓCIO

INVESTIMENTO NO PORTO DE LEIXÕES

Unid: Euros

Ações	2018
Aumento da capacidade de navegabilidade do porto	1.781.182
Terminal de Cruzeiros	55.817
Melhoria das condições Operacionais no TPL	156.597
Portaria Principal	156.802
Reconversão da área para carga contentorizada	35.698
Estruturação da Plataforma Logística	686.002
Reabilitação de Espaços e Edifícios	257.253
Segurança Marítima e Portuária	2.206.609
Gestão Ambiental	388.978
Sistema de Informação Geográfica	70.083
Portal do Porto de Leixões	46.485
Gestão documental	10.000
Portal Interno	163.487
Gestão Dominial	419.790
Infraestruturas TIC	623.263
Janela única Logística	157.980
Novo Terminal de Contentores	92.798
Formalização da Infoestrutura	21.754
Investimento residual e recorrente	28.431
	7.359.009

Do investimento realizado no Porto de Leixões, salientam-se as seguintes intervenções:

- Aumento da Capacidade de Navegabilidade do Porto

Objetivando o aumento da capacidade de navegabilidade do porto, este investimento visa permitir receber navios de maiores dimensões nas docas interiores, bem como melhorar as condições de atracação e navegabilidade de e para as docas interiores. A intervenção, com valor realizado em 2018 de 1,7 milhões de euros, consistiu na demolição da cabeça Sul da entrada da Doca nº 1 e a reabilitação do cais avançado da Doca 1 Sul.

- Estruturação da Plataforma Logística

O montante investido na estruturação da Plataforma Logística do Porto de Leixões (cerca de 686 mil euros) foi aplicado principalmente na pavimentação dos lotes 7 e 8 e em instalações do Pólo 1.

O investimento em infraestruturas realizado na Plataforma Logística neste exercício é cofinanciado pelo CEF-T no âmbito da candidatura *Multimodal Logistics Platform of the Port of Leixões* (*Phase* 2) / Plataforma Logística Multimodal do Porto de Leixões (2.ª Fase).

- Segurança Marítima e Portuária

O investimento continuado em segurança marítima e portuária traduziu-se num montante de montantes na ordem dos 2,2 milhões de euros, destacando-se a conclusão da construção de três lanchas de amarração com elevada capacidade de manobra e a manutenção do trem naval existente em boas condições de operacionalidade.

- Gestão Ambiental

A APDL investiu uma verba de 389 mil euros na melhoria das condições ambientais do Porto de Leixões, destacando-se a conclusão da cortina de contentores no terceiro lanço da Doca 2 Sul, que objetiva a minimização dos impactos para a comunidade da movimentação de cargas, em termos de ruído e de partículas e a instalação de sistemas de carregamento para viaturas elétricas.

- Janela Única Logística

Dando continuidade a projetos como o SCOPE – *Electronic Port System*, determinante para o desenvolvimento da JUP – Janela Única Portuária, o projeto MIELE – *Multimodal Interoperability E-services for Logistic and Environmental Sustainability* (concluído em 2013) o WIDERMOS - *Wide Interoperability and new governance moDels for freight Exchange linking Regions through Multimodal maritime based cOrridorS* e o AnNa – *Advanced National Networks for Administrations*, (concluídos em 2015), comparticipados pelas Redes Transeuropeia de Transportes, determinantes para o desenvolvimento da JUL – Janela Única Logística, a APDL participou no projeto *e-Freight Implementation Action* (e-Impact), concluído em 2018.

A iniciativa *e-Freight* visa tornar mais fácil a troca de informações entre os diferentes agentes da cadeia logística de transportes, apoiando a indústria através de *standards* e necessárias disposições administrativas, governativas e legais. Este projeto, com investimento em 2018 de 158 mil euros, foi comparticipado pelo CEF-T.

INVESTIMENTO NO PORTO DE VIANA DO CASTELO

Unid: Euros

Ações	2018
Infraestruturas portuárias	450.196
Segurança Marítima e Portuária	19.500
Melhoria da Navegabilidade no Porto	22.646
Espaços e Edifícios	92.500
Acessos ao Porto de Viana do castelo	984.420
Investimento residual e recorrente	392
	1.569.654

O valor de investimento realizado na unidade de negócio do Porto de Viana do Castelo cifrou-se em cerca de 1,57 milhões de euros, destacando-se as intervenções realizadas em:

- Infraestruturas portuárias

Foi realizada uma intervenção de reparação no molhe norte do Porto de Viana do Castelo, no valor de cerca de 142 mil euros, por forma a evitar o agravamento dos danos existentes, garantindo as condições mínimas de abrigo e segurança desta estrutura, enquanto se prepara a reabilitação total do molhe.

- Acessos ao Porto de Viana do Castelo

No âmbito da melhoria dos acessos rodoviários ao Porto de Viana do Castelo, foram aplicados aproximadamente 984 mil euros na aquisição de parcelas de terreno.

INVESTIMENTO NA VIA NAVEGÁVEL DO DOURO

Unid: Euros

Ações	2018
Operacionalidade e Segurança da VND	1.271.897
Infraestruturas Fluviais e Terrestres	1.246.937
Rebocador Multifunções	1.102.390
Infraestruturas TIC	726.594
Espaços e Edifícios	66.962
Reorganização e Modernização dos Serviços	3.132
	4.417.912

A APDL investiu, no ano em análise, 4,4 milhões de euros na Via Navegável do Douro, salientando-se:

- Operacionalidade e Segurança da VND - relativa a obras no canal de navegação e respetiva sinalização, num total de 1,27 milhões de euros.
- Reabilitação e beneficiação de infraestruturas fluviais e terrestres, nomeadamente no Cais do Leverinho (792 mil euros), no Cais do Castelo (165 mil euros), a reparação do talude do Cais do Torrão (44 mil euros), a requalificação do acesso da marginal ao Porto da Sardoura (55 mil euros) e na requalificação do Cais da Régua (60 mil euros).

5.2. Fontes de Financiamento

No exercício de 2018 a realização do investimento global nas três unidades de negócio foi apoiada em cerca de 35% por comparticipação comunitária e Orçamento de Estado e em 65% por financiamento próprio.

A distribuição das fontes de financiamento nos exercícios de 2017 e 2018 é demonstrada na seguinte tabela:

FONTES DE FINANCIAMENTO

Unid: €1000

	2018		2017	
Orçamento de Estado	1.269	9,5%	2.425	9,9%
Fundos Comunitários	3.372	25,3%	2.352	9,6%
Fundos próprios	8.706	65,2%	19.834	80,6%
TOTAL	13.347	100,0%	24.611	100,0%

Na componente de Fundos Comunitários destaca-se o projeto "Douro's Inland Waterway 2020" que objetiva capacitar a VND com condições de navegabilidade adequadas, aumentando a sua segurança, condições e performance operacional, assegurando um fluxo de tráfego fluido, sustentável e seguro, continuou o seu desenvolvimento em 2018. Neste exercício, o investimento associado a este projeto global foi de 3,3 milhões de euros, com o apoio do CEF-T, designadamente nas candidaturas aprovadas, Douro's Inland Waterway 2020 – River Information Services e Douro's Inland Waterway 2020 – Safer and Sustainable Accessibility.

6. Desempenho económico e financeiro

6.1. Resultado do Exercício

A APDL encerrou o ano de 2018 com um resultado líquido positivo de 7 milhões de euros, mantendo assim o bom desempenho económico-financeiro verificado ao longo dos últimos anos.

O EBITDA superou os 35,8 milhões de euros em 2018, representando um acréscimo de 6,7% face ao ano anterior, em grande medida justificado pelo aumento de cerca de 3,7 milhões de euros ao nível das Vendas e Prestação de Serviços. Assinala-se, igualmente, o significativo aumento de 9% do EBITDA Ajustado (EBITDA, excluindo o impacto dos Subsídios) que se cifrou em 25,7 milhões de euros em 2018 quando comparado com 23,5 milhões de euros em 2017.

A unidade de negócio Porto de Leixões, local sede da APDL, concentra as atividades de suporte, gestão e administração da Empresa que são transversais a todas as áreas e unidades de negócio. No âmbito da contabilidade de gestão, esses custos de suporte são imputados às unidades de gestão, no entanto, os resultados que a seguir se apresentam não incorporam essas imputações internas de custos.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Unid: €1000

	2018				2017				Δ	
	Leixões	Viana	Douro	APDL	Leixões	Viana	Douro	APDL	€	%
Vendas e Prestações de Serviços	50.370	2.117	1.584	54.071	47.067	2.188	1.136	50.391	3.680	7%
Outros ganhos operacionais	8.082	2.904	3.198	14.184	8.103	1.386	4.248	13.737	447	3%
Ganhos operacionais	**58.451**	**5.022**	**4.782**	**68.255**	**55.170**	**3.574**	**5.384**	**64.128**	**4.127**	**6%**
Consumos de inventários	(1.433)	(28)	(5)	(1.466)	(1.272)	(52)	(86)	(1.411)	(55)	4%
Fornec. e serviços externos	(9.015)	(1.675)	(1.531)	(12.221)	(8.967)	(1.018)	(1.603)	(11.589)	(632)	5%
Gastos com o pessoal	(12.298)	(1.749)	(561)	(14.609)	(11.701)	(1.709)	(472)	(13.883)	(726)	5%
Outros gastos operacionais	(3.922)	(146)	(36)	(4.104)	(3.427)	(84)	(123)	(3.634)	(470)	13%
Gastos operacionais	(26.668)	(3.598)	(2.133)	(32.399)	(25.368)	(2.863)	(2.286)	(30.516)	(1.883)	6%
EBITDA	**31.783**	**1.423**	**2.649**	**35.856**	**29.802**	**711**	**3.098**	**33.611**	**2.245**	**7%**
EBITDA Ajustado*	**27.269**	**(1.053)**	**(547)**	**25.669**	**24.877**	**(252)**	**(1.148)**	**23.477**	**2.192**	**9%**
Depreciações e imparidades	(20.579)	(1.537)	(3.074)	(25.190)	(19.677)	(804)	(2.916)	(23.397)	(1.793)	8%
Resultado operacional (EBIT)	**11.204**	**(113)**	**(425)**	**10.666**	**10.125**	**(93)**	**183**	**10.214**	**452**	**4%**
EBIT Ajustado**	**6.690**	**(2.590)**	**(3.621)**	**479**	**5.200**	**(1.056)**	**(4.064)**	**80**	**400**	**502%**
Gastos de financiamento	(475)	-	-	(475)	(442)	-	-	(442)	(33)	7%
Resultado antes de impostos	**10.730**	**(113)**	**(425)**	**10.192**	**9.683**	**(93)**	**183**	**9.773**	**419**	**4%**
Imposto sobre o rendimento	(3.295)	35	130	(3.130)	(2.524)	24	(48)	(2.547)	(582)	23%
Resultado líquido do período	**7.435**	**(79)**	**(294)**	**7.062**	**7.159**	**(69)**	**135**	**7.225**	**(163)**	**-2%**

* EBITDA Ajustado = EBITDA - Subsídios à exploração - Imputação de subsídios ao investimento

** EBIT Ajustado = EBIT - Subsídios à exploração - Imputação de subsídios ao investimento

6.1.1. Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços das três unidades de negócio ascenderam, em 2018, a cerca de 54,1 milhões de euros, representando um acréscimo de 7,3 % face ao ano anterior, conforme identificado na tabela abaixo.

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Unid: €1000

	2018	2017	Δ 18/17	2016	2015	2014
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	**16.032**	**15.104**	**6,1%**	**15.360**	**13.613**	**12.665**
TUP - Navio	4.994	4.821	3,6%	5.310	4.856	4.421
Serviço de Pilotagem	3.341	3.313	0,8%	3.401	3.068	2.996
Serviço de Reboque	4.052	3.780	7,2%	3.724	3.711	3.551
Uso de Equipamento Marítimo	446	433	3,0%	395	402	373
Serviço de Amarração	793	804	-1,4%	814	744	728
Outros	2.405	1.952	23,2%	1.716	832	597
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	**1.470**	**1.133**	**29,7%**	**561**	**988**	**3.244**
TUP-Carga	-	-	0,0%	-	(0)	2.336
Outros	1.470	1.133	29,7%	561	988	907
CONCESSÕES	**27.701**	**27.146**	**2,0%**	**28.438**	**28.121**	**27.346**
Terminal Petroleiro	6.076	6.086	-0,2%	6.308	6.340	6.452
Terminal de Contentores	17.109	16.253	5,3%	15.776	16.449	15.776
Terminal de Carga Geral e Granéis	2.617	2.970	-11,9%	3.671	3.480	3.266
Terminal de Cimentos	1.009	1.006	0,3%	1.568	1.124	1.150
Outras concessões	890	831	7,1%	1.115	727	702
PLATAFORMA LOGÍSTICA	**1.857**	**828**	**124,4%**	**624**	**-**	**-**
USO DOMINIAL	**2.356**	**1.802**	**30,7%**	**1.511**	**1.226**	**1.230**
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	**4.655**	**4.378**	**6,3%**	**4.025**	**2.955**	**3.167**
TOTAL	**54.071**	**50.391**	**7,3%**	**50.518**	**46.903**	**47.652**

As secções seguintes apresentam uma análise das Vendas e Prestações de Serviços por Unidade de Negocio.

Porto de Leixões

As vendas e prestações de serviços relativas ao Porto de Leixões registaram um aumento de 7% de 2017 para 2018, conforme detalhado na seguinte tabela:

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – PORTO DE LEIXÕES

Unid: €1000

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2018	2017	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	**14.473**	**13.842**	**631**	**5%**
TUP-Navio	4.741	4.582	158	3%
Serviço de Pilotagem	3.135	3.069	66	2%
Serviço de Reboque	4.052	3.780	272	7%
Uso de Equipamento Marítimo	438	431	8	2%
Serviço de Amarração	753	755	-2	0%
Outros	1.354	1.225	129	11%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	**1.218**	**799**	**418**	**52%**
CONCESSÕES	**27.130**	**26.602**	**528**	**2%**
Terminal Petroleiro	6.076	6.086	-9	0%
Terminal de Contentores	17.109	16.253	856	5%
Terminal de Carga Geral e Granéis	2.617	2.970	-354	-12%
Terminal de Cimentos	661	661	0	0%
Outras Concessões	667	631	35	6%
PLATAFORMA LOGÍSTICA	**1.857**	**828**	**1.030**	**124%**
USO DOMINIAL	**1.546**	**1.121**	**425**	**38%**
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	**4.146**	**3.875**	**271**	**7%**
TOTAL	**50.370**	**47.067**	**3.303**	**7,0%**

Nos **Serviços prestados ao navio** destaca-se o aumento de receita nível da TUP - Navio, Serviços de Pilotagem e Reboque entre os anos de 2017 e 2018, refletindo os crescimentos observados ao nível do total do GT (2,8%) e dos tempos de estadia no porto de Leixões (13%), os quais absorveram o efeito da diminuição do número de navios (-3,8%).

O aumento de 418 mil euros dos **Serviços prestados à carga** face ao ano anterior deveu-se, sobretudo, à não existência em 2018 dos descontos atribuídos ao concessionário TCGL, uma vez que a partir de 1 de junho de 2017 esses descontos foram incorporados nos novos valores unitários das rendas. Por outro lado, é de destacar igualmente o contributo positivo do acréscimo de 81 mil euros na rubrica de Tráfego de Passageiros, repercutindo o aumento do movimento de passageiros face ao ano anterior (22,5%), bem como o acréscimo de cerca de 56 mil euros na rubrica de Tarifa ISPS, tarifa cobrada ao concessionário TCL pelo movimento de contentores e para cumprimento do Código ISPS (*International Ship and Port Facility Security code*).

Nas **Concessões**, a diminuição da receita relativa ao Terminal de Carga Geral e Granéis de 2017 para 2018 (-12%) justificou-se pela redução do valor unitário das rendas a partir de 1 de junho de 2017 em resultado do 4.º aditamento ao contrato de concessão do TCGL. Por sua vez, o aumento em TEU de 2017 para 2018 (5,4%) e em número de contentores movimentados (5%), resultou no acréscimo de 856 mil euros na receita da concessão do Terminal de Contentores.

O acréscimo de 1 milhão de euros de receita advinda da Plataforma Logística face a 2017 contribuiu com cerca de 31% para o crescimento das vendas e prestações de serviços. Tal como

já foi referido, as receitas da Plataforma Logística quase que duplicaram, pois o ano de 2018 reflete o término do período de carência que alguns operadores ainda usufruíram em 2017.

No que respeita ao **Uso dominial**, o aumento de 425 mil euros registado em 2018 face a 2017 (38%) deveu-se, essencialmente, à atribuição de uma nova licença de uso privativo de uma parcela do Domínio Público Hídrico para utilização de um cais de acostagem, a qual começou a gerar receita a partir de abril de 2018.

Porto de Viana do Castelo

O PVC registou uma diminuição de 3% das vendas e prestações de serviços, conforme detalhado na seguinte tabela:

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – PORTO DE VIANA DO CASTELO

Unid: € 1000

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2018	2017	Δ €	Δ %
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	**527**	**547**	**-20**	**-4%**
TUP-Navio	239	226	13	6%
Serviço de Pilotagem	195	226	-31	-14%
Uso de Equipamento Maritimo	8	2	5	205%
Serviço de Amarração	40	50	-9	-19%
Outros	45	42	3	7%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	**252**	**333**	**-82**	**-25%**
Tarifa Armazenagem	6	45	-39	-86%
Uso de Equipamento Guindastes	113	123	-10	-8%
Tarifa Uso de infraestruturas	133	165	-32	-20%
CONCESSÕES	**571**	**544**	**27**	**5%**
Terminal de Cimentos	348	345	3	1%
Outras Concessões	223	199	24	12%
USO DOMINIAL	**294**	**298**	**-4**	**-1%**
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	**474**	**466**	**7**	**2%**
TOTAL	2.117	2.188	(71)	-3%

A receita dos **Serviços prestados ao navio** de 2018 diminuiu 4% face a 2017 fruto das reduções do número de escalas de 227 para 184 (-18,9%) e do GT médio dos navios (-6,4%).

No que respeita aos **Serviços prestados à carga**, a redução total de 82 mil euros comparativamente ao ano anterior foi motivada, essencialmente, pelos decréscimos de 39 mil euros na Tarifa de Armazenagem (-86%) e de 32 mil euros na Tarifa de Uso de Infraestruturas em consequência da queda do movimento da carga geral fracionada (-29,1%), relacionado com o ferro e aço e principalmente à ausência de movimento das obras de betão para as torres eólicas.

Em sentido inverso, a receita das **Concessões** aumentou 27 mil euros face ao ano anterior, por via da contrapartida financeira associada à concessão de utilização privativa de uma parcela de terreno com uma unidade fabril destinada à produção de cabos para amarração de plataformas petrolíferas e cabos para monobóias, em fibras sintética.

Via Navegável do Douro

As vendas e prestações de serviços da Via Navegável do Douro subiram 39% em 2018, conforme detalhado na seguinte tabela:

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS – VIA NAVEGÁVEL DO DOURO

Unid: €1000

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2018	2017	Δ 2018 Vs. 2017 (€)	Δ 2018 Vs. 2017 (%)
SERVIÇOS PRESTADOS AO NAVIO	**1.032**	**715**	**317**	**44%**
TUP-Navio	14	12	2	16%
Serviço de Pilotagem	11	17	-7	-38%
Tarifa de Circulação	704	683	21	3%
Tarifa de Acostagem	303	0	303	0%
Outros	0	2	-2	-100%
SERVIÇOS PRESTADOS À CARGA	**0**	**1**	**0**	**-67%**
USO DOMINIAL	**517**	**384**	**133**	**35%**
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DIVERSOS	**35**	**36**	**-1**	**-4%**
TOTAL	**1.584**	**1.136**	**448**	**39%**

O novo regulamento de tarifas da Via Navegável do Douro que entrou em vigor em agosto de 2018 estabeleceu a aplicação de duas novas tarifas: (i) Tarifa de Acostagem e (ii) Tarifa de Utilização da Via. No entanto, apenas foi efetivamente aplicada a Tarifa de Acostagem que gerou uma receita próxima de 303 mil euros.

A Tarifa de Circulação, que era a única tarifa aplicada pela VND até à introdução do novo regulamento de tarifas, foi atualizada o que gerou um aumento na ordem de 21 mil euros. No que concerne ao **Uso dominial**, o aumento de 133 mil euros da receita de 2018 face à registada no ano anterior justificou-se, essencialmente, pela atribuição de novas licenças de utilização em regime de exclusividade para efeitos de acostagem a quatro operadores marítimo-turísticos.

6.1.2. Outros Ganhos Operacionais

Em 2018, os outros ganhos operacionais da APDL ascenderam a 14,2 milhões de euros, representando um crescimento de pouco mais de 440 mil euros comparativamente ao ano anterior (+3%).

Em Leixões, a evolução desta rubrica é essencialmente explicada pelos rendimentos dos Ativos das Concessões que representaram 2,8 milhões de euros em 2018 (em 2017: 2,3 milhões de euros), aumentando 490 mil euros face ao ano anterior.

Na VND, os subsídios à exploração diminuíram mais de 800 mil euros (respeitantes à componente de fonte de financiamento comunitário), bem como o reconhecimento dos subsídios ao investimento, de acordo com a vida útil dos bens, passou de 2,7 milhões de euros em 2017 para 2,5 milhões de euros em 2018, o que acabou por se traduzir numa diminuição de cerca de 1 milhões de euros dos outros ganhos operacionais nesta unidade de negócio.

Relativamente a Viana do Castelo há que referir que o aumento de mais de 1,5 milhões de euros se deveu essencialmente ao reconhecimento dos subsídios à exploração, no âmbito do

Capítulo 50.º, do Orçamento de Estado de 2018 (+644 mil euros), bem como ao reconhecimento dos subsídios ao investimento, de acordo com a vida útil dos bens, que cresceu mais de 860 mil euros, passando de 516 mil euros em 2017, para 1,4 milhões de euros em 2018.

6.1.3. Fornecimentos e Serviços Externos, Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas e Gastos com o Pessoal

A APDL apresentou em 2018, um montante de gastos de 28,3 milhões de euros desta natureza, traduzindo um aumento de 1,4 milhões de euros, face aos gastos registados no ano anterior.

A tabela seguinte detalha a evolução destes gastos nos últimos cinco anos da APDL:

FSE, CMV E GASTOS COM O PESSOAL

Unid: €1000

GASTOS E PERDAS	2018	2017	Var. 2018/2017	2016	2015	2014
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	**12.221**	**11.589**	**5,5%**	**12.270**	**11.695**	**8.759**
Subcontratos	766	791	-3,2%	802	947	744
Serviços especializados	6.897	6.418	7,5%	7.301	6.837	4.906
Materiais	122	107	13,7%	100	85	85
Energia e outros fluidos	2.517	2.324	8,3%	2.207	2.108	1.583
Deslocações e estadas	81	109	-25,4%	93	153	71
Serviços diversos	1.838	1.839	-0,1%	1.767	1.565	1.370
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	**1.466**	**1.411**	**3,9%**	**1.252**	**1.284**	**1.352**
Mercadorias	993	920	7,9%	818	793	826
Matérias subsidiárias e de consumo	473	491	-3,6%	434	491	526
GASTOS COM PESSOAL	**14.609**	**13.883**	**5,2%**	**13.473**	**12.466**	**10.902**
Remunerações dos órgãos sociais	369	302	22,1%	414	380	271
Remunerações do pessoal	10.780	10.316	4,5%	9.806	9.025	7.683
Benefícios pós-emprego e pensões	177	185	-4,0%	250	261	537
Encargos sobre remunerações	2.534	2.415	5,0%	2.331	2.139	1.856
Outros gastos com o pessoal	748	666	12,3%	672	661	555
TOTAL	**28.296**	**26.883**	**5,3%**	**26.995**	**25.445**	**21.013**

As secções seguintes apresentam uma análise dos Fornecimentos e Serviços Externos, Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas e Gastos com o Pessoal por Unidade de Negócio.

Porto de Leixões

Em 2018, os gastos operacionais no Porto de Leixões tiveram um aumento de 805 mil euros face ao ano anterior, tal como detalhado na seguinte tabela:

FSE, CMV E GASTOS COM O PESSOAL – PORTO DE LEIXÕES

Unid: €1000

GASTOS	2018	2017	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	**9.015**	**8.967**	**48**	**0,5%**
Subcontratos	715	787	(73)	-9,2%
Serviços especializados	4.434	4.459	(24)	-0,5%
Materiais	97	91	6	6,5%
Energia e Fluidos	2.106	1.909	196	10,3%
Deslocações e estadas	69	95	(26)	-27,8%
Serviços diversos	1.596	1.626	(30)	-1,9%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	**1.433**	**1.272**	**161**	**12,6%**
Mercadorias	975	887	88	9,9%
Matérias subsidiárias e de consumo	459	386	73	18,9%
GASTOS COM PESSOAL	**12.298**	**11.702**	**597**	**5,1%**
Remunerações dos órgãos sociais	369	302	67	22,1%
Remunerações do pessoal	8.900	8.540	360	4,2%
Benefícios pós-emprego e pensões	177	185	(7)	-4,0%
Encargos sobre remunerações	2.109	2.012	97	4,8%
Outros gastos com o pessoal	743	662	81	12,2%
TOTAL	**22.747**	**21.941**	**805**	**3,7%**

Os **Fornecimentos e serviços externos** de 2018 cresceram 0,5%, na sua totalidade, face ao ano anterior, devido ao aumento de 196 mil euros registados na rubrica Energia e Fluidos (+10,3%), que inclui entre outros, o fornecimento de Energia Elétrica (1,7 milhões de euros). Este aumento deve-se ao aumento do preço unitário dado que houve uma redução do volume de energia consumida, fruto das diversas políticas e práticas de racionalização energética que a APDL tem vindo a implementar.

Em sentido inverso, as rubricas Deslocações e estadas e Subcontratos registaram uma redução de 27,8% e 9,2%, respetivamente. A rubrica Deslocações e estadas volta a apresentar em 2018 um valor normal, uma vez que 2017 inclui a despesa excecional relativa à participação da APDL na visita oficial da Senhora Ministra do Mar à República Popular da China. A rubrica Subcontratos apresenta um valor de 715 mil euros, menos 73 mil euros do que em 2017. A redução dos gastos com subcontratos deve-se aos seguintes factos:

i. Renegociação do contrato de Gestão e Comercialização da Plataforma Logística de Leixões (-20 mil euros);
ii. Normalização do montante gasto de Recolha de Resíduos ao Navio que em 2017 inclui o gasto excecional relativo à recolha extra de gusa contaminada com gasóleo, causada pelo derrame de um navio.

No que respeita aos **Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas** de 2018, o aumento de 12,6% face a 2017, está relacionado com o incremento na aquisição de gasóleo rodoviário, em cerca de 88 mil euros. Todavia, este incremento não pode ser desassociado do aumento de 96 mil euros verificado na receita com a venda de gasóleo aos concessionários entre os anos em questão.

Em 2018, o consumo interno de gasóleo, por parte das viaturas da APDL, mantem os níveis de 2017.

Os **Gastos com o pessoal** aumentaram 597 mil euros de 2017 para 2018 (+5,1%). As remunerações dos órgãos sociais cresceram para 369 mil euros (+22,1%), estando este aumento relacionado com o facto de apenas em 2018 o Conselho de Administração se encontrar em pleno, tal como referido anteriormente. As remunerações com o pessoal aumentaram 4,2% entre 2017 e 2018, por efeito das progressões na carreira e aplicabilidade do Acordo Coletivo de Trabalho, com especial enfoque no reforço do subsídio de alimentação.

Porto de Viana de Castelo

No mesmo sentido, os gastos operacionais relativos ao Porto de Viana do Castelo cresceram 24,2% de 2017 para 2018, conforme detalhado na seguinte tabela:

FSE, CMV E GASTOS COM O PESSOAL – PORTO DE VIANA DO CASTELO

Unid: €1000

GASTOS E PERDAS	2018	2017	Δ 2018/2017 (€)	Δ 2018/2017 (%)
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	**1.675**	**1.018**	**657**	**64,5%**
Subcontratos	7	3	4	122,2%
Serviços especializados	1.328	680	647	95,2%
Materiais	6	5	1	23,7%
Energia e Fluidos	255	239	16	6,7%
Deslocações e estadas	2	2	(1)	-23,3%
Serviços diversos	78	89	(11)	-12,3%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	**28**	**52**	**(24)**	**-46,5%**
Mercadorias	18	33	(15)	-45,8%
Matérias subsidiárias e de consumo	10	19	(9)	-47,6%
GASTOS COM PESSOAL	**1.749**	**1.709**	**40**	**2,3%**
Remunerações do pessoal	1.422	1.390	32	2,3%
Encargos sobre remunerações	322	316	6	2,0%
Outros gastos com o pessoal	4	3	2	54,5%
TOTAL	**3.452**	**2.779**	**673**	**24,2%**

O aumento de 657 mil euros com **Fornecimentos e serviços externos** de 2017 para 2018 deve-se, sobretudo, ao aumento de 647 mil euros ao nível dos serviços especializados, dos quais 643 mil euros são relativos ao aumento com dragagens.

O **Custo das mercadorias vendidas** decresceu em 2018 (-46,5%), estando esta contenção de gastos, em grande parte, relacionada com o abate de viaturas em fim de vida, substituindo-as por viaturas elétricas.

Os **Gastos com o pessoal** cresceram em 2018, na sequência da aplicação do Acordo Coletivo de Trabalho.

Via Navegável do Douro

Por sua vez, em 2018, os gastos operacionais relativos à Via Navegável do Douro diminuíram 3,0% face a 2017, conforme detalhado na seguinte tabela:

FSE, CMV E GASTOS COM O PESSOAL – VIA NAVEGÁVEL DO DOURO

Unid: €1000

GASTOS E PERDAS	2018	2017	Δ €	Δ %
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	**1.531**	**1.603**	**(72)**	**-4,5%**
Subcontratos	44	1	43	6583,1%
Serviços especializados	1.135	1.279	(144)	-11,3%
Materiais	19	12	8	66,5%
Energia e Fluidos	157	176	(19)	-10,8%
Deslocações e estadas	11	11	(1)	-6,0%
Serviços diversos	165	124	40	32,2%
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	**5**	**86**	**(82)**	**-94,9%**
Matérias subsidiárias e de consumo	5	86	(82)	-94,9%
GASTOS COM PESSOAL	**561**	**472**	**89**	**18,9%**
Remunerações do pessoal	458	386	72	18,8%
Encargos sobre remunerações	103	86	17	19,3%
TOTAL	**2.097**	**2.161**	**(65)**	**-3,0%**

Os **Fornecimentos e serviços externos** de 2018 diminuíram 72 mil euros (-4,5%), com um forte contributo da redução de 144 mil euros ao nível dos serviços especializados (-11,3%), relacionada essencialmente com a redução dos gastos com consultorias no âmbito da Candidatura DIW 2020.

Em 2018, a Via Navegável do Douro não teve gasto significativo ao nível de **Custo das mercadorias vendidas**, registando-se um decréscimo de 82 mil euros nesta rubrica face a 2017, sendo que o gasto incorrido em 2017 deve-se integralmente à aquisição de lanternas, boias e sinalizadores para colocação na via navegável.

O aumento de 89 mil euros nos **Gastos com o pessoal** entre 2017 e 2018 (+18,9%), teve por base a progressão nas carreiras e a aplicação do Acordo Coletivo de Trabalho.

6.1.4. Outros Gastos Operacionais

Os **Outros gastos operacionais** registaram um aumento de 470 mil euros na totalidade das três áreas de negócio, embora que a justificação seja totalmente imputada a Leixões. Esta variação deve-se essencialmente às provisões relativas a processos judiciais em curso, nomeadamente, à reversão das provisões relativas aos processos com a Caixa Geral de Aposentações (-272 mil euros) e com a Camara Municipal do Porto (-612 mil euros), no âmbito dos Molhes do Douro, e do registo de provisões relativas ao processo judicial em curso do Guindaste Titan, com um montante registado de 1,1 milhões de euros, bem como, juros dos restantes processos em curso (+670 mil euros).

6.1.5. Gastos de Financiamento

Os gastos de financiamento registam uma redução de 33 mil euros relativamente a 2017. A redução do capital em dívida reflete o menor encargo com os juros do empréstimo bancário do BEI. Os excedentes de tesouraria, depositados no IGCP no cumprimento do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, não geraram qualquer retorno de juros.

6.2. Situação Patrimonial e Financeira

O balanço apresentado de seguida espelha a evolução ocorrida na situação patrimonial e financeira da APDL:

SITUAÇÃO PATRIMONIAL

Un.: 1000 Euros

	2018		2017		Δ	
ATIVO NÃO CORRENTE	**399.570**	**85,5%**	**412.255**	**87,8%**	**-12.685**	**-3,1%**
Ativos fixos tangíveis	322.061	68,9%	330.697	70,4%	-8.636	-2,6%
Ativos por impostos diferidos	29.599	6,3%	32.657	7,0%	-3.058	-9,4%
Outros ativos não correntes	47.910	10,2%	48.902	10,4%	-992	-2,0%
ATIVO CORRENTE	**67.997**	**14,5%**	**57.543**	**12,2%**	**10.454**	**18,2%**
Clientes	5.392	1,2%	4.075	0,9%	1.317	32,3%
Outras contas a receber	4.555	1,0%	6.525	1,4%	-1.971	-30,2%
Caixa e depósitos bancários	55.794	11,9%	45.484	9,7%	10.311	22,7%
Outros ativos correntes	2.256	0,5%	1.460	0,3%	797	54,6%
TOTAL DO ATIVO	**467.567**	**100,0%**	**469.799**	**100,0%**	**-2.231**	**-0,5%**
CAPITAL PRÓPRIO	**367.863**	**78,7%**	**365.598**	**77,8%**	**2.266**	**0,6%**
PASSIVO NÃO CORRENTE	**82.627**	**17,7%**	**86.686**	**18,5%**	**-4.059**	**-4,7%**
Financiamentos obtidos	15.720	3,4%	16.740	3,6%	-1.020	-6,1%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	8.530	1,8%	9.670	2,1%	-1.140	-11,8%
Outras contas a pagar	58.376	12,5%	60.276	12,8%	-1.899	-3,2%
PASSIVO CORRENTE	**17.077**	**3,7%**	**17.515**	**3,7%**	**-438**	**-2,5%**
Fornecedores	2.474	0,5%	1.854	0,4%	621	33,5%
Estado e outros entes públicos	1.043	0,2%	3.550	0,8%	-2.508	-70,6%
Outras contas a pagar	13.560	2,9%	12.111	2,6%	1.449	12,0%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	**467.567**	**100,0%**	**469.799**	**100,0%**	**-2.231**	**-0,5%**

O Ativo decresceu 0,5% (-2,2 milhões de euros) por via da diminuição do Ativo Não Corrente (- 12,7 milhões de euros), em todas as suas rubricas, com especial ênfase nas rubricas Ativos fixos tangíveis (-8,6 milhões de euros) e Ativos por impostos diferidos (-3,1 milhões de euros), apesar do contributo positivo da rubrica Caixa e depósitos bancários (+10,3 milhões de euros em 2018 face a 2017).

A rubrica Outros ativos não correntes é constituída pelos ativos intangíveis e propriedades de investimento. Nos ativos intangíveis, destaca-se a quantia relativa aos ativos das concessões (40,7 milhões de euros) e nas propriedades de investimento, o montante de 2,4 milhões de euros relativo aos edifícios e construções afetos à concessão WestSea, em Viana do Castelo.

As disponibilidades aumentaram 10,3 milhões de euros em consequência do fluxo positivo da atividade operacional (22,7 milhões de euros), nomeadamente dos recebimentos de Clientes (+2,6 milhões de euros), e dos recebimentos provenientes dos subsídios ao investimento (+5,3 milhões de euros).

Por outro lado, os fluxos de pagamentos respeitantes a ativos de investimento realizados em 2018 no montante de 14,7 milhões de euros foram menores, relativamente aos realizados em 2017

(27,4 milhões de euros), em consequência da menor execução do Plano de Investimento de 2018. De referir ainda a redução de 800 mil euros no pagamento de dividendos.

O Capital Próprio reforçou-se em 2,3 milhões de euros, robustecendo a autonomia financeira da APDL (0,79 em 2018 face a 0,78 em 2017).

O Passivo Não Corrente diminuiu 4,7% relativamente a 2017, pela redução do financiamento bancário (amortização de capital no montante de 1 milhão de euros), das responsabilidades por benefícios pós-emprego (-1,1 milhões de euros), bem como pela redução do ajustamento aos subsídios de investimento por imposto diferido. A alteração no ajustamento aos subsídios de investimento por imposto diferido incorpora o efeito da redução da taxa de imposto sobre o rendimento (-1%) que resultou numa redução do passivo em 648 mil euros.

No mesmo sentido, o Passivo Corrente diminuiu 2,5%, exclusivamente pela redução registada na rubrica Estado e outros entes públicos (-2,5 milhões de euros), contrapondo os aumentos registados do valor em dívida a fornecedores (621 mil euros), a fornecedores de investimento e outros credores (997 mil euros), dos quais 560 mil euros são relativos a um adiantamento de subsídios recebido. Em 2017, a rubrica Estado e outros entes públicos inclui a quantia de 1,8 milhões de euros relativa ao terceiro e último pagamento da tributação autónoma especial relativa à reavaliação fiscal do DL n.º 66/2016.

INDICADORES FINANCEIROS

Tendo por base o DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, as orientações estratégicas para o Setor Empresarial do Estado definidas através da Lei do Orçamento de Estado e as orientações emitidas pelo acionista, apresenta-se um conjunto de indicadores financeiros ilustrativos do desempenho da APDL nos últimos 2 anos.

INDICADORES FINANCEIROS

	2018	2017	Δ
Indicadores de Eficiência			
Gastos Operacionais/EBITDA	0,90	0,91	-1,1%
Gastos com o Pessoal/EBITDA	0,41	0,41	-
Gastos FSE/EBITDA	0,34	0,34	-
Indicadores de Comportabilidade de Investimentos e Capacidade de Endividamento			
Divida/Capital Próprio	0,07	0,07	-
EBITDA/Juros Líquidos	74,13	65,22	13,7%
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo Total)	0,79	0,78	1,3%
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo Total)	3,69	3,51	5,1%
Liquidez (Ativo Corrente/Passivo Corrente)	3,98	3,29	21,0%
Prazos Médios			
Prazo Médio de Pagamento	30	29	3,4%
Prazo Médio de Recebimento	37	30	23,3%
Indicadores de Rentabilidade e Crescimento			
Margem EBITDA	0,66	0,67	-1,5%
Margem EBIT	0,20	0,20	-
Indicadores de Remuneração do Capital Investido			
Resultado Líquido/Capital Investido	0,02	0,02	-
Resultado Líquido /Capital Próprio	0,02	0,02	-

- Os indicadores de eficiência melhoraram consideravelmente, perante o forte contributo do aumento de 2,3 milhões de euros ao nível do EBITDA face ao ano anterior (+7%);
- A APDL continua a revelar uma autonomia financeira sólida;
- As variações nos indicadores de rentabilidade e crescimento (Margem do EBITDA e Margem do EBIT) representam uma deterioração da eficiência operacional, ou seja, incorre-se em mais gastos para obter o mesmo volume de rendimentos;
- O prazo médio de recebimento apresenta um agravamento de 7 dias, fixando-se nos 37 dias, enquanto o prazo médio de pagamento se fixou nos 30 dias.

7. Perspetivas futuras

Nos próximos anos colocar-se-ão à APDL um conjunto de desafios e oportunidades perspetivando-se que o sistema portuário sob a sua gestão aumente a competitividade e a relevância para a região e para o país.

Assim, as ações mais relevantes a desenvolver durante o ano 2019 serão:

- Continuação da implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da APDL e das unidades de negócio Porto de Leixões, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, essencial para o desenvolvimento futuro destas infraestruturas, numa perspetiva integrada e complementar, permitindo aproveitar e rentabilizar o seu potencial e promover o desenvolvimento económico e social do país e das regiões abrangidas pelos respetivos *hinterlands*;
- Continuação do desenvolvimento das áreas de negócio mais recentes – os cruzeiros, particularmente no segmento de *turnaround*, e a plataforma logística, esta em fase de contratualização e instalação de diversos operadores logísticos;
- Lançamento do concurso das obras na Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao porto de Leixões, através do Prolongamento do Quebramar Exterior em 300 metros e do Aprofundamento do Anteporto e da Bacia de Rotação (fevereiro de 2019), prevendo-se o arranque destas obras em 2020;
- Garantia da execução dos investimentos, a realizar pelos concessionários, na expansão da capacidade e melhoria do serviço público de movimentação de contentores e de carga geral e granéis no Porto de Leixões;
- Lançamento do concurso para a empreitada de Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao Porto de Viana do Castelo (fevereiro de 2019), prevendo-se o arranque das obras em 2020;
- Consolidação do novo modelo de exploração do Porto de Viana do Castelo;
- Promoção do financiamento por fundos comunitários das obras que irão resolver os principais constrangimentos da Via Navegável do Douro (VND) e transformar o Douro numa grande via interior internacional;
- Conclusão da implementação do RIS na VND;
- Conclusão da implementação da proposta tarifária na VND na sua totalidade, de forma a aplicar o princípio do utilizador-pagador e a garantir o equilíbrio económico da operação, bem como encontrar novas fontes de financiamento;
- Implementação do Tarifário de Receção e Gestão de Resíduos da VND;
- Reforço da interligação da VND com o território e com os *stakeholders* de modo a incrementar o uso da VND como meio de transporte.

No que respeita ao movimento portuário, ao longo dos próximos anos, estima-se um crescimento da atividade em todas as unidades de negócio da APDL.

PERSPETIVAS FUTURAS DE MOVIMENTO

MOVIMENTO	2016 (Real)	2017 (Real)	2018 (Real)	2019 (Previsão)	2020 (Previsão)	2021 (Previsão)
PORTO DE LEIXÕES						
MERCADORIAS (toneladas)	18 314 852	19 516 016	19 156 135	20 000 000	20 190 000	20 390 000
CAIS COMERCIAIS	10 919 717	10 781 640	11 449 736	11 300 000	11 490 000	11 690 000
» Carga Geral Fracionada	1 197 527	1 121 210	981 768	1 110 000	1 130 000	1 150 000
» Granéis Sólidos	2 381 202	2 353 181	2 578 235	2 610 000	2 650 000	2 700 000
» Granéis Líquidos	54 755	61 466	68 600	70 000	70 000	70 000
» Ro-Ro	902 414	1 061 728	1 151 426	1 100 000	1 100 000	1 100 000
» Carga Contentorizada	6 383 819	6 184 055	6 669 707	6 410 000	6 540 000	6 670 000
TERMINAIS PETROLEIRO e OCEÂNICO						
» Granéis Líquidos	7 395 135	8 734 376	7 706 398	8 700 000	8 700 000	8 700 000
CONTENTORES						
» Número	399 590	382 290	401 270	386 000	394 000	403 000
» TEU	658 363	633 572	667 503	642 000	655 000	668 000
PORTO DE VIANA DO CASTELO						
MERCADORIAS (toneladas)	490 779	512 239	415 461	545 000	695 000	845 000
» Carga Geral Fracionada	248 938	273 725	194 043	376 000	489 000	602 000
» Granéis Sólidos	99 505	97 424	89 136	124 000	161 000	198 000
» Granéis Líquidos	142 003	140 379	130 920	45 000	45 000	45 000
» Carga Contentorizada	332	711	1 361	-	-	-
VIA NAVEGÁVEL DO DOURO						
MERCADORIAS (toneladas)	31 558	52 538	33 829	40 000	41 000	42 000
» Carga Geral Fracionada	0	19 166	14 623	15 000	15 000	15 000
» Granéis Sólidos	31 558	33 372	19 206	25 000	26 000	27 000

Para Leixões perspetiva-se que em 2019 seja alcançado um novo máximo de movimentação de mercadorias, atingindo-se os 20 milhões de toneladas, sendo que para tal crescimento se esperam contributos relevantes da carga geral fracionada, dos granéis líquidos e, em menor escala, dos granéis sólidos. Já a movimentação de carga contentorizada deverá sofrer alguns constrangimentos resultantes das obras de reconversão do Terminal de Contentores Sul, a realizar pelo concessionário.

Para o Porto de Viana do Castelo, espera-se que a movimentação venha a conhecer um crescimento relevante, impulsionado pela entrada em operação do novo operador portuário (Nogarport) e pela captação de novas cargas nos segmentos da carga geral fracionada e dos granéis sólidos.

No segmento dos cruzeiros, espera-se que o número de passageiros continue a crescer, à semelhança do observado nos últimos anos. Tal expectativa assenta, no caso da Via Navegável do Douro, nos pedidos existentes para entrada em operação de novas embarcações e de novos operadores no tráfego de passageiros marítimo-fluvial. No que respeita a Leixões, o esforço continuado na promoção do porto e a crescente notoriedade que o destino "Porto" tem vindo a

conseguir nos mercados internacionais, permitem prever uma continuação da tendência de crescimento tanto em termos de escalas como de passageiros.

Não obstante as perspetivas positivas de evolução da atividade, a manutenção do equilíbrio económico-financeiro da empresa exigirá uma gestão prudente e criteriosa para fazer face ao exigente plano de investimentos que se pretende realizar nos próximos anos.

Torna-se assim necessário prosseguir com a estratégia de reequilíbrio económico das áreas de negócio deficitárias, introduzindo novas medidas sempre que necessário, procurando novas fontes de financiamento que permitam suportar os investimentos planeados e adotando uma política de retenção de resultados que assegure a parcela de fundos próprios necessária à concretização desses mesmos investimentos.

8. Outras informações legais

8.1. Eventos subsequentes

Não são conhecidos outros eventos posteriores a 31 de dezembro de 2018 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a essa data.

8.2. Participações dos membros de órgãos de administração e fiscalização

De acordo com as obrigações de comunicação previstas nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais, comunica-se o seguinte:

Os acionistas que detêm mais de 10% do capital social são:

- 100% - Direção Geral do Tesouro.

Os administradores da APDL não detêm qualquer ação da empresa.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com o previsto no artigo n.º 17.º dos Estatutos da Sociedade e no artigo n.º 294.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação do Resultado Líquido de 2018, no montante de **7.062.138,50** euros:

- Reserva para Investimento …… 7.062.138,50 euros

Na elaboração da proposta de aplicação de resultados, foram tidos em consideração os seguintes factos:

- O arrojado plano de investimentos a desenvolver nos próximos anos, nomeadamente os investimentos contemplados na **Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no horizonte 2026,** aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº. 175/2017, de 24 de novembro, e que será em grande medida financiado por fundos próprios, destacando-se:
  (1) O investimento público no **Prolongamento do Quebramar e Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao porto de Leixões**, no valor previsto de **142 milhões de euros**, no âmbito da criação do Novo Terminal com fundos a -14 metros ZH do porto de Leixões, a desenvolver até 2022. Estes projetos beneficiarão de comparticipações de 31 milhões euros do COMPETE 2020 para o Prolongamento do Quebramar e de 17 milhões de euros do *CEF Blending* para a Melhoria das Acessibilidades Marítimas (aprofundamento do anteporto e da bacia de rotação do porto), cabendo à APDL a responsabilidade de financiar os restantes 94 milhões de euros correspondentes à contrapartida nacional.
  (2) O investimento público na **Melhoria das Acessibilidades Marítimas ao porto de Viana do Castelo**, com um valor previsto de **19 milhões de euros**.
- A necessidade de a APDL vir a contrair um **financiamento bancário** de cerca de **35 milhões de euros**, para suportar a componente não disponível pela empresa[1], o que acarretará um significativo agravamento do seu nível de endividamento.
- A existência de outras **necessidades de investimento de caráter premente,** num montante aproximado de **40 milhões de euros,** correspondentes à **Reabilitação do Cais da Doca 1 Norte e do Cais da Doca 4 Sul** em Leixões, e à **Reabilitação e Reforço do Molhe Norte** em Viana do Castelo, tendo os dois primeiros já obtido autorização por parte do acionista.
- A necessidade de contenção ao nível do recurso a capital alheio no financiamento do plano de investimentos da empresa, de modo garantir a manutenção de uma estrutura financeira sustentável, aconselhando o reforço da Reserva para Investimento no valor de **7 062 138,50 euros**, para assegurar os fundos próprios necessários à concretização dos projetos previstos.
- As duas unidades de negócio, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, continuam a apresentar um resultado de exploração negativo, continuando assim a exigir um esforço financeiro adicional da empresa para suportar a sustentabilidade das suas

[1] Conforme evidenciado no PAO 2019-2021.

atividades, o que justifica a retenção na empresa dos resultados gerados pela exploração do Porto de Leixões.

Leça da Palmeira, 24 de maio de 2019

O Conselho de Administração,

Assinado por : **GUILHERMINA MARIA DA SILVA REGO**
Num. de Identificação: BI095260919
Data: 2019.06.06 10:04:14 Hora de Verão de GMT

CARTÃO DE CIDADÃO

Prof.ª Guilhermina Maria da Silva Rego

NUNO MIGUEL DA COSTA ARAÚJO

Assinado de forma digital por NUNO MIGUEL DA COSTA ARAÚJO
Dados: 2019.06.06 11:49:46 +01'00'

Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo

Assinado por : **JOAQUIM PEREIRA GONÇALVES DA SILVA**
Num. de Identificação: BI076209733
Data: 2019.05.31 15:28:06 Hora de Verão de GMT

CARTÃO DE CIDADÃO

Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves Silva

Assinado por : **CLÁUDIA DE AMORIM CASTRO SOUTINHO**
Num. de Identificação: BI073793817
Data: 2019.06.05 16:42:56 Hora de Verão de GMT

CARTÃO DE CIDADÃO

Dr.ª Cláudia de Amorim Castro Soutinho

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

Balanço em 31 de dezembro de 2018 Unid: Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	5, 8	322.060.771	330.696.526
Propriedades de investimento	6	3.107.148	3.308.871
Ativos intangíveis	7, 8	44.794.264	45.463.750
Outros investimentos financeiros	9	8.845	129.621
Ativos por impostos diferidos	33	29.599.041	32.656.678
		399.570.069	412.255.446
Ativo corrente:			
Inventários	14	669.836	581.516
Clientes	11, 12	5.392.152	4.074.720
Estado e outros entes públicos	15	1.244.842	322.437
Outros créditos a receber	11, 12	4.554.587	6.525.211
Diferimentos	16	341.757	555.919
Caixa e depósitos bancários	10	55.794.155	45.483.575
		67.997.329	57.543.378
Total do ativo		467.567.398	469.798.824
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito	23	51.035.000	51.035.000
Reservas legais	23	11.122.456	11.122.456
Outras reservas	23	170.220.904	165.296.752
Resultados transitados	24	65.916.428	65.815.090
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	25, 26	62.506.555	65.103.074
		360.801.343	358.372.372
Resultado líquido do período	24	7.062.138	7.225.490
Total do capital próprio		367.863.481	365.597.862
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	18	14.465.961	13.918.047
Financiamentos obtidos	17	15.720.000	16.740.000
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	19	8.530.218	9.670.260
Passivos por impostos diferidos	33	3.109.345	3.496.465
Outras dívidas a pagar	13	14.312.759	15.961.566
Diferimentos	16	26.488.363	26.899.434
		82.626.646	86.685.772
Passivo corrente:			
Fornecedores	13	2.474.496	1.853.882
Estado e outros entes públicos	15	1.042.829	3.550.369
Financiamentos obtidos	17	1.020.000	980.000
Outras dívidas a pagar	13	9.711.222	8.714.423
Diferimentos	16	2.828.724	2.416.516
		17.077.271	17.515.190
Total do passivo		99.703.917	104.200.962
Total do capital próprio e do passivo		467.567.398	469.798.824

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

Demonstração dos resultados por naturezas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018 Unid: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	27	54.070.518	50.390.845
Subsídios à exploração	26	1.797.852	2.143.338
Trabalhos para a própria entidade	5	31.084	-
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14	(1.465.983)	(1.411.036)
Fornecimentos e serviços externos	29	(12.220.535)	(11.588.838)
Gastos com o pessoal	30	(14.608.521)	(13.883.051)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(11.062)	(23.287)
Provisões (aumentos/reduções)	18	(951.994)	(460.383)
Aumentos/reduções de justo valor	9	(42)	297
Outros rendimentos	28	12.355.450	11.593.550
Outros gastos	31	(3.140.689)	(3.150.006)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		35.856.078	33.611.429
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5-7, 32	(24.729.130)	(23.602.698)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8	(460.652)	205.488
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		10.666.296	10.214.219
Juros e rendimentos similares obtidos	10	9.054	73.782
Juros e gastos similares suportados	17	(483.698)	(515.336)
Resultado antes de impostos		10.191.652	9.772.665
Imposto sobre o rendimento do período	33	(3.129.514)	(2.547.175)
Resultado líquido do período	24	7.062.138	7.225.490

Resultado por ação básico		0,69	0,71

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2018

Unid: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA						
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2018	**1**		51.035.000	11.122.456	165.296.752	65.815.090	65.103.074	7.225.490	365.597.862
Alterações no período									
Subsídios ao investimento (líquido do efeito fiscal futuro)		26	-	-	-	-	(3.156.528)	-	(2.596.547)
Desvios atuariais (líquido do efeito fiscal futuro)		19	-	-	-	-	560.009	-	560.009
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		24	-	-	(101.338)	101.338	-	-	-
Aplicação do resultado líquido		24	-	-	5.025.490	2.200.000	-	(7.225.490)	-
	2		-	-	4.924.152	2.301.338	(2.596.519)	(7.225.490)	(2.596.519)
Resultado líquido do período	**3**	24						7.062.138	7.062.138
Resultado integral	**4=2+3**								4.465.619
Operações com detentores de capital no período									
Distribuições (dividendos)		24	-	-	-	(2.200.000)	-	-	(2.200.000)
	5		-	-	-	(2.200.000)	-	-	(2.200.000)
A 31 de dezembro de 2018	**6=1+2+3+5**		51.035.000	11.122.456	170.220.904	65.916.428	62.506.555	7.062.138	367.863.481

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

Unid: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA						
			Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2017	**1**		51.035.000	11.122.456	159.921.536	65.801.556	67.528.553	8.924.446	364.333.547
Alterações no período									
Subsídios ao investimento (líquido do efeito fiscal futuro)		26	-	-	-	-	(2.657.314)	-	(2.657.314)
Desvios atuariais (líquido do efeito fiscal futuro)		19	-	-	-	-	231.835	-	231.835
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		24	-	-	(549.230)	13.534	-	-	(535.696)
Aplicação do resultado líquido		24	-	-	5.924.446	3.000.000	-	(8.924.446)	-
	2		-	-	5.375.216	3.013.534	(2.425.479)	(8.924.446)	(2.961.175)
Resultado líquido do período	**3**	24						7.225.490	7.225.490
Resultado integral	**4=2+3**								4.264.315
Operações com detentores de capital no período									
Distribuições (dividendos)		24	-	-	-	(3.000.000)	-	-	(3.000.000)
	5		-	-	-	(3.000.000)	-	-	(3.000.000)
A 31 de dezembro de 2017	**6=1+2+3+5**		51.035.000	11.122.456	165.296.752	65.815.090	65.103.074	7.225.490	365.597.862

APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unid: Euros

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		60.717.146	58.058.558
Pagamentos a fornecedores		(16.119.151)	(16.772.589)
Pagamentos ao pessoal		(11.948.623)	(11.927.446)
Caixa gerada pelas operações		32.649.372	29.358.523
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	33	(3.962.805)	(1.084.829)
Outros recebimentos/pagamentos	10	(5.944.365)	(6.345.769)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		22.742.202	21.927.925
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(13.305.243)	(24.622.881)
Ativos intangíveis		(1.386.412)	(2.766.710)
Investimentos financeiros		(2.880)	(2.367)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		904	10.010
Investimentos financeiros	9	156.334	-
Outros ativos		434.391	444.093
Subsídios ao investimento		5.316.096	489.009
Juros e rendimentos similares	10	14.140	77.470
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(8.772.670)	(26.371.376)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17	(980.000)	(940.000)
Juros e gastos similares	17	(478.952)	(509.982)
Dividendos	24	(2.200.000)	(3.000.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(3.658.952)	(4.449.982)
Variação de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)		10.310.580	(8.893.433)
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	45.483.575	54.377.008
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	55.794.155	45.483.575

Índice das Notas às demonstrações financeiras

1. Identificação da entidade 73
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras 76
3. Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória 76
4. Principais políticas contabilísticas 76
5. Ativos fixos tangíveis 80
6. Propriedades de investimento 87
7. Ativos intangíveis 88
8. Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis 95
9. Outros investimentos financeiros 98
10. Fluxos de caixa 100
11. Clientes e outros créditos a receber 101
12. Perdas por imparidade em ativos financeiros 103
13. Fornecedores e outras dívidas a pagar 104
14. Inventários 107
15. Estado e outros entes públicos 108
16. Diferimentos 111
17. Financiamentos obtidos 112
18. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes 114
19. Responsabilidades por benefícios pós-emprego 116
20. Responsabilidades por garantias prestadas 119
21. Garantias prestadas por terceiros 120
22. Locações 121
23. Capital e reservas 122
24. Resultados transitados 126
25. Ajustamentos e outras variações no capital próprio 127
26. Subsídios e outros apoios das entidades públicas 127
27. Rédito 130
28. Outros rendimentos 132
29. Fornecimentos e serviços externos 133
30. Gastos com o pessoal 133
31. Outros gastos 134
32. Gastos de depreciação e amortização 135
33. Imposto sobre o rendimento 135

34. Encargos de caráter ambiental 143
35. Eventos subsequentes 144

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

1. Identificação da entidade

Denominação social: APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.

Natureza jurídica: Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

Sede: Avenida da Liberdade, 4450-718 Leça da Palmeira, concelho de Matosinhos.

Número de pessoa coletiva: 501449752.

A APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., adiante designada por "APDL" ou "Empresa", é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que tem por objeto a administração dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo e da via navegável do rio Douro, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

1.1. Áreas de jurisdição

Porto de Leixões

A área de jurisdição abrange a faixa marginal do domínio público marítimo desde o enfiamento do eixo da Rua da Bélgica na Praia de Lavadores até ao paralelo do farol da Boa Nova, ao Norte do Porto de Leixões e compreende além disso, as duas zonas seguintes:

- Zona do Porto do Douro, que inclui todo o estuário do Rio Douro desde 200 metros a montante da Ponte Luís I até à Foz com todas as suas margens, ancoradouros, cais, docas e terraplenos existentes ou que venham a ser construídos;
- Zona do Porto de Leixões que abrange os quebra-mares, a área molhada por eles circunscrita e as docas existentes ou a construir; o curso do Rio Leça até à antiga ponte dos moinhos de Guifões e a área terrestre delimitada pelo domínio público respetivo.

Porto de Viana do Castelo

A área de jurisdição é constituída pelos terrenos do domínio público marítimo e fluvial delimitados pelos contornos e linhas definidos na planta anexa ao Decreto-Lei n.º 211/2008 de 3 de novembro.

Via de Navegável do Douro

As atribuições e competências referidas são prosseguidas e exercidas nas áreas situadas dentro do domínio público hídrico e nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração e gestão da via navegável do rio Douro e à execução e conservação das obras nelas existentes ou em curso.

- Todo o leito e as parcelas das margens diretamente associadas e necessárias às infraestruturas e equipamentos, existentes ou que venham a ser construídos, de apoio à

navegação da via navegável do rio Douro e as águas do rio Douro, desde a foz do rio Águeda, afluente da margem esquerda do rio Douro, até à respetiva barra, bem como os afluentes deste troço do rio Douro até ao perfil em que o leito desse afluente se encontre a cota igual à cota máxima de retenção normal da albufeira do rio Douro em que esse afluente desagua, incluindo as eclusas e os cais de acostagem;

- Os acessos fluviais aos cais de acostagem e às zonas de manobra, os terraplenos adjacentes às zonas portuárias e os acessos terrestres inseridos nestas áreas de ligação às vias municipais e nacionais.

1.2. Áreas de atuação

a) Fomentar e promover a atividade portuária nos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo;

b) Assegurar o regular funcionamento dos portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo nas suas vertentes de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária;

c) Atribuir licenças ou concessões nas áreas sob a sua jurisdição;

d) Licenciar o exercício da atividade portuária e a concessão de serviços públicos portuários;

e) Regulamentar as taxas a cobrar pela utilização dos portos e respetivos serviços;

f) Supervisionar e fiscalizar o uso público dos serviços inerentes à atividade portuária;

g) Expropriar, por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários;

h) Promover e incentivar a navegação na via navegável do rio Douro;

i) Promover e incentivar as atividades relacionadas com a navegação, divulgando a sua imagem junto dos agentes económicos, gerindo os recursos e contribuindo para o desenvolvimento da região do Douro;

j) Desenvolver e conservar as infraestruturas e os equipamentos destinados a assegurar a circulação na via navegável do rio Douro e a utilização das instalações portuárias;

k) Administrar os bens integrados na sua área de jurisdição;

l) Coordenar as intervenções de outras entidades públicas ou privadas com impacto na via navegável do rio Douro.

1.3. Serviços prestados

a) Ajudas à navegação;

b) Gestão de postos de acostagem;

c) Controlo de tráfego marítimo;

d) Prestação dos serviços de amarração, guindagem, armazenagem, aguada, recolha de resíduos, energia elétrica, rebocadores e pilotagem;

e) Manutenção dos canais de acesso;

f) Utilização da via navegável do Rio Douro;

g) Prevenção e combate à poluição no mar;

h) Sistemas de segurança;

i) Construção e manutenção de acessibilidades terrestres ao porto;

j) Manutenção de equipamentos, cais e terraplenos;

k) Limpeza da área portuária;

l) Atribuição de licenças no âmbito da sua área de jurisdição (praias, terraplenos, "pipelines", entre outros) e;

m) Atribuição de concessões (Granéis Líquidos, Contentores, Granéis Sólidos, Carga Geral Fracionada, Doca de Recreio, Porto de Pesca, Cais de Gaia, Cais Comercial da Sardoura, Cais Comercial da Várzea do Douro).

No âmbito das orientações da política comum de transportes e da política nacional para o setor marítimo-portuário, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão de autoridade portuária através do acionamento dos processos de concessão ao setor privado das operações e infraestruturas portuárias com o consequente afastamento da APDL da área operacional (cada vez mais "Landlord Port" e menos "Tool Port") e acentuando as funções de controlo e fiscalização e de autoridade portuária. Os prazos das concessões são, na sua generalidade, de 25 anos.

A APDL foi inicialmente constituída com um capital social de 20.854.740 euros, tendo subsequentemente sido aumentado para 48.000.000 euros. Este reforço foi determinado em função da estrutura dos capitais próprios, das responsabilidades e das reservas subjacentes ao valor de avaliação dos ativos integrados nas contas aquando da sua constituição.

Em 28 de março de 2008, por deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3.035.000 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do Estado Português). Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51.035.000 euros e passou a ser constituído por 10.207.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada.

No final do exercício de 2014 foi elaborado um projeto de fusão da APVC - Administração do Porto de Viana do Castelo, S. A. com a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S. A., na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4.º do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015 produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a partir de 1 de janeiro de 2015. A transmissão dos valores patrimoniais ativos e passivos foi efetuada pelos valores inscritos na contabilidade da APVC tendo-se aplicado, consequentemente, o regime especial de neutralidade fiscal previsto nos artigos 74.° e seguintes do Código do Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (CIRC).

Com o registo definitivo da fusão, a APVC foi extinta, pelo que a universalidade dos seus bens, direitos e obrigações ficaram na esfera da APDL, na qualidade de Sociedade Incorporante.

Por outro lado, em 21 de maio de 2015, foi publicado o Decreto-Lei n.º 83/2015, que procedeu à atribuição à APDL da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM, I.P.), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis

n.os 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P. (IMT, I.P.), transmitindo também a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I.P., afetos a essa jurisdição. Esta integração reportou-se a 1 de janeiro de 2015.

Em função do referido acima, os Estatutos foram alterados, passando a Empresa a designar-se APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A..

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 24 de maio de 2019. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (Unid.: €1), salvo indicação explícita em contrário e foram elaboradas de acordo com as disposições das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2018. Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilísticos da Empresa.

2.1. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.2. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

Nota não aplicável.

4. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas encontram-se na respetiva nota do anexo. As políticas contabilísticas comuns ou genéricas a várias notas encontram-se nesta nota.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos acontecimentos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior

grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras, são apresentadas na Nota 4.3.

4.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras têm por base o custo histórico com a exceção dos itens do ativo fixo tangível referidos na Nota 5.

4.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

4.2.1. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos e recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos e transações.

4.2.2. Classificação no balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados no balanço, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

4.2.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

Os ativos e passivos financeiros não são compensados entre si, exceto se houver condições contratuais ou legais que assim o permitam.

Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado menos imparidade ou ao justo valor através de resultados e classificam-se como:

- Caixa e equivalentes de caixa;
- Dívidas de clientes e outros créditos a receber;
- Investimentos financeiros;
- Instrumento de capital próprio de outra entidade.

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado e classificam-se-como:

- Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros;
- Empréstimos obtidos.

Os gastos ou rendimentos apurados no exercício são reconhecidos nas seguintes rubricas da demonstração de resultados por naturezas:

- Imparidades: Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)
- Justo valor: Aumentos/reduções de justo valor
- Outros rendimentos ou Outros gastos

4.2.4. Gestão do risco financeiro

Risco da taxa de juro

A APDL não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão do risco da taxa de juro.

A APDL dispõe de um empréstimo do Banco Europeu de Investimento, no valor de 40 milhões de euros. Em outubro de 2011, a APDL procedeu ao primeiro e único desembolso à data no montante de 20 milhões de euros, tendo-se optado pelo regime de taxa de juro fixa a 10 anos, a 2,54% ao ano.

Risco de liquidez

O caixa e equivalentes são depositados, na sua quase totalidade, no IGCP, em depósitos à ordem ou em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC). A APDL não tem quaisquer aplicações financeiras sujeitas a cotação ou com risco de reembolso.

As disponibilidades financeiras imediatas são estimadas de modo a minimizar a probabilidade de incumprimento de quaisquer pagamentos.

Sempre que o caixa e equivalentes excedem os montantes a pagar são aplicados em CEDIC, aumentando assim a eficiência financeira e reduzindo o custo de detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Risco da taxa de câmbio

As vendas e prestações de serviços realizadas pela APDL são faturadas e recebidas totalmente em euros pelo que considerámos inexistente o risco cambial nas dívidas dos clientes.

A aquisição de bens e serviços é feita maioritariamente no mercado nacional e também no mercado da União Europeia. Uma quantidade residual e pontual é feita em moeda diferente do euro e com pagamento imediato ou a muito curto prazo. Assim, entendemos que o risco cambial nas dívidas a fornecedores e outros credores é nulo.

A APDL, pelos motivos apresentados, não recorre a instrumentos de cobertura do risco cambial.

Risco de crédito

A exposição da APDL ao risco de crédito está associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. A APDL tenta assegurar a efetiva cobrança dos seus créditos nos prazos contatados. Para o bom cumprimento das cobranças, a APDL realiza uma análise económica e financeira aos seus atuais e potenciais clientes, obrigando em determinadas situações, à entrega de garantias bancárias, depósitos ou seguros de caução antes da realização de quaisquer contratos. No âmbito dos seus poderes de autoridade, a APDL recorre à execução fiscal para recuperação dos seus créditos em mora.

A quantia relativa a clientes e outros créditos a receber encontra-se líquida de imparidades e representa a máxima exposição da APDL ao risco de crédito.

4.3. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da Empresa são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acredita serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes

estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento materialmente relevante no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso dos exercícios posteriores são as que seguem:

4.3.1. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante dos gastos de depreciação e amortização a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos em questão considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional e as tabelas fiscais em vigor.

4.3.2. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser espoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à APDL.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto, vidas úteis esperadas e valores residuais.

4.3.3. Imparidade para contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são avaliadas em cada data de relato e consideram a antiguidade dos saldos, a informação histórica do devedor e outros fatores tais como a conjuntura económica ou tendências setoriais.

A avaliação feita pela Empresa pode divergir do risco efetivo.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela gestão de acordo com os riscos estimados de cobrança existentes na data de relato os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

4.3.4. Provisões para contingências

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.3.5. Pressupostos atuariais

A estimativa das responsabilidades por benefícios pós-emprego utiliza pressupostos de natureza demográfica e financeira. A sua variação pode afetar significativamente o montante dessas responsabilidades assim como o resultado líquido do período. São estimadas as taxas de juro, taxas de inflação e recorre-se a tábuas de mortalidade para a realização das estimativas.

4.3.6. Imposto sobre o rendimento

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

A Empresa reconhece ativos por impostos diferidos quando tem uma convicção razoável de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização das diferenças temporárias ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão ocorrerá nos exercícios em que os ativos serão revertidos. A avaliação dos ativos por imposto diferido é efetuada pela Empresa em cada data de relato considerando o desempenho futuro esperado.

4.3.7. Principais fontes de incerteza de estimativas

A gestão considera que as principais fontes de incerteza de estimativas que contem um risco significativo de provocar ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas de ativos e passivos no exercício seguinte são:

- Expetativa de desfecho dos processos judiciais em curso;
- Taxas dos impostos sobre o rendimento aplicável aos ativos e passivos por imposto diferido;
- As alterações do enquadramento legal aplicável ao transporte turístico de passageiros na Via Navegável do Douro e jurisdição das áreas portuário-marítimas e áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária;

5. Ativos fixos tangíveis

Política contabilística

Os ativos fixos tangíveis (incluindo os bens construídos em terrenos do domínio público) integrados à data de constituição da Empresa foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação abrangeu parte significativa dos bens integrados e reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do Valor em Uso Continuado (VUC). Estes ativos estão escriturados pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

No que se refere aos ativos fixos tangíveis do porto de Viana do Castelo, integrados à data de constituição da APVC, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2009, tendo sido utilizado o método do VUC.

No que se refere aos ativos fixos tangíveis da Via Navegável do Douro, integrados na APDL na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, foram registados com base

em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 2015, tendo sido utilizado o método do VUC.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, os impostos não dedutíveis, despesas de transporte, de montagem e preparação do ativo até que se encontre em condições de utilização.

Os custos subsequentes incorridos que aumentem a vida útil, a capacidade ou melhorem o desempenho dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que são ocorrem. As reparações periódicas obrigatórias que aumentam a utilidade económica dos ativos fixos tangíveis (equipamentos) são reconhecidas como itens de ativo fixo tangível e depreciados durante o período de duração das mesmas.

Os gastos de depreciação são calculados, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação do ativo, durante a sua vida útil estimada. Os bens objeto do processo de avaliação patrimonial acima referido são depreciados em função do período de vida útil atribuído naquele processo.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas médias, em anos:

	Vida útil média
Edifícios e outras construções	20 – 80
Equipamento básico	5 – 15
Equipamento de transporte	4 – 8
Equipamento administrativo	4 – 8
Outras imobilizações corpóreas	4 – 10

Os terrenos não são objeto de depreciação.

Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. As alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

O abate ou alienação dos ativos fixos tangíveis gera rendimentos ou gastos que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os rendimentos ou gastos gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos* ou *Outros gastos*.

5.1. Quantias escrituradas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica *Ativos fixos tangíveis* tem a seguinte composição:

2018	Quantia bruta escriturada	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada
Terrenos e recursos naturais	79.717.425	-	(422.939)	79.294.486
Edifícios e outras construções	557.527.101	(252.265.433)	(85.011.511)	220.250.157
Equipamento básico	24.427.920	(12.808.922)	(673.714)	10.945.284
Equipamento de transporte	418.486	(284.378)	-	134.108
Equipamento administrativo	13.424.203	(11.407.563)	(90.135)	1.926.505
Outros ativos fixos tangíveis	5.383.267	(3.310.340)	(1.131.387)	941.540
Investimentos em curso	11.707.702	-	(3.139.011)	8.568.691
	692.606.104	(280.076.636)	(90.468.697)	322.060.771

2017	Quantia bruta escriturada	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada
Terrenos e recursos naturais	79.028.145	-	(422.939)	78.605.206
Edifícios e outras construções	550.042.524	(235.071.982)	(85.349.417)	229.621.125
Equipamento básico	23.950.877	(12.332.268)	(960.658)	10.657.951
Equipamento de transporte	585.573	(424.933)	-	160.640
Equipamento administrativo	12.622.380	(10.763.038)	(80.260)	1.779.082
Outros ativos fixos tangíveis	4.152.917	(3.012.955)	(153.001)	986.961
Investimentos em curso	11.525.851	-	(2.640.290)	8.885.561
	681.908.267	(261.605.176)	(89.606.565)	330.696.526

5.2. Custo de aquisição

Os movimentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

2018	Saldo em 01.01.2018	Adições	Alienações e abates	Transfe-rências	Saldo em 31.12.2018
Terrenos e recursos naturais	79.028.145	71.404	-	617.876	79.717.425
Edifícios e outras construções	550.042.524	4.432.135	-	3.052.442	557.527.101
Equipamento básico	23.950.877	1.323.037	(1.214.994)	369.000	24.427.920
Equipamento de transporte	585.573	-	(167.087)	-	418.486
Equipamento administrativo	12.622.380	453.856	(3.759)	351.726	13.424.203
Outros ativos fixos tangíveis	4.152.917	677.585	(4.059)	556.824	5.383.267
Investimentos em curso	11.525.851	5.261.394	(7.550)	(5.071.993)	11.707.702
	681.908.267	12.219.411	(1.397.449)	(124.125)	692.606.104

2017	Saldo em 01.01.2017	Adições	Alienações e abates	Transfe-rências	Saldo em 31.12.2017
Terrenos e recursos naturais	67.070.179	-	-	11.957.966	79.028.145
Edifícios e outras construções	530.617.463	14.777.159	(4.759.452)	9.407.354	550.042.524
Equipamento básico	23.522.262	1.058.845	(747.954)	117.724	23.950.877
Equipamento de transporte	492.150	94.423	(1.000)	-	585.573
Equipamento administrativo	11.968.357	686.993	(92.018)	59.048	12.622.380
Outros ativos fixos tangíveis	3.932.600	266.211	(45.894)	-	4.152.917
Investimentos em curso	29.015.738	5.478.489	-	(22.968.376)	11.525.851
	666.618.749	22.362.120	(5.646.318)	(1.426.284)	681.908.267

1. Principais adições do exercício

A tabela seguinte apresenta as adições de ativos fixos tangíveis realizadas em 2018:

Descrição		Custo
Infraestruturas e instalações no PL:	Cais e terraplenos	3.039.232
	Edifícios e instalações	520.275
	Plataforma Logística	680.091
Infraestruturas e instalações no PVC:	Acessibilidades	1.007.066
	Cais e terraplenos	346.961
	Edifícios e instalações	207.564
Infraestruturas e instalações na VND:	Cais fluviais	1.214.261
	Canal de navegação	760.911
	Edifícios e instalações	66.962
	Rede VHF da VND	857.910
Trem naval:	Novos equipamentos	2.246.840
	Revisões periódicas	628.925
Outros dispêndios de investimento		642.413
		12.219.411

2. Investimentos em curso

Em 31 de dezembro de 2018, ativos fixos tangíveis em curso eram como segue:

Descrição		Custo
Infraestruturas e instalações no PL:	Cais e terraplenos	2.686.189
	Edifícios e instalações	365.984
	Plataforma Logística	3.558.938
Infraestruturas e instalações no PVC:	Acessos	1.505.807
	Cais e terraplenos	15.000
Infraestruturas e instalações na VND:	Cais fluviais	964.190
	Canal de navegação	395.400
	Rede VHF da VND	289.105
Trem naval	Novos equipamentos	1.588.796
Outros investimentos em curso	Douro e Frente Atlântica	251.533
	Outros	86.760
		11.707.702

Uma das principais limitações físicas do porto de Leixões é a reduzida disponibilidade de terrenos de apoio que caracteriza o porto no seu conjunto, o que restringe a sua capacidade de crescimento e condiciona a performance do serviço prestado na cadeia logística de alguns dos principais grupos de mercadorias que passam pelo porto de Leixões. Face ao referido acima, foi aprovada a construção da Plataforma Logística de Leixões, a qual surge como uma oportunidade para resolver as limitações de superfície operativa do porto.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 incluem o montante de 31.084 euros de trabalhos para a própria entidade.

5.3. Depreciações

Os movimentos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram como segue:

2018	Saldo em 01.01.2018	Gastos	Abates	Saldo em 31.12.2018
Edifícios e outras construções	235.071.982	17.193.451	-	252.265.433
Equipamento básico	12.332.268	1.691.649	(1.214.995)	12.808.922
Equipamento de transporte	424.933	26.532	(167.087)	284.378
Equipamento administrativo	10.763.038	647.952	(3.427)	11.407.563
Outros ativos fixos tangíveis	3.012.955	299.835	(2.450)	3.310.340
	261.605.176	19.859.419	(1.387.959)	280.076.636

2017	Saldo em 01.01.2017	Gastos	Abates	Saldo em 31.12.2017
Edifícios e outras construções	222.503.067	17.328.367	(4.759.452)	235.071.982
Equipamento básico	11.572.742	1.507.480	(747.954)	12.332.268
Equipamento de transporte	404.595	21.338	(1.000)	424.933
Equipamento administrativo	10.261.236	593.712	(91.910)	10.763.038
Outros ativos fixos tangíveis	2.786.849	250.261	(24.155)	3.012.955
	247.528.489	19.701.158	(5.624.471)	261.605.176

5.4. Perdas por imparidade

Os movimentos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram como segue:

2018	Saldo em 01.01.2018	Perdas	Reversões	Transfe-rências	Saldo em 31.12.2018
Terrenos e recursos naturais	422.939	-	-	-	422.939
Edifícios e outras construções	85.349.417	1.451.228	(3.110.638)	1.321.504	85.011.511
Equipamento básico	960.658	-	(286.944)	-	673.714
Equipamento administrativo	80.260	47.741	(213.366)	175.500	90.135
Outros ativos fixos tangíveis	153.001	477.825	(31.674)	532.235	1.131.387
Investimentos em curso	2.640.290	2.208.629	(13.344)	(1.696.564)	3.139.011
	89.606.565	4.185.423	(3.655.966)	332.675	90.468.697

2017	Saldo em 01.01.2017	Perdas	Reversões	Saldo em 31.12.2017
Terrenos e recursos naturais	422.939	-	-	422.939
Edifícios e outras construções	86.343.361	2.039.586	(3.033.530)	85.349.417
Equipamento básico	1.259.863	1.313	(300.518)	960.658
Equipamento administrativo	55.812	42.196	(17.748)	80.260
Outros ativos fixos tangíveis	145.017	36.520	(28.536)	153.001
Investimentos em curso	2.995.833	1.820.785	(2.176.328)	2.640.290
	91.222.825	3.940.400	(5.556.660)	89.606.565

Alguns investimentos realizados em Viana do Castelo e na Via Navegável do Douro revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à empresa (Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio). Estes investimentos encontram-se inscritos na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no Horizonte 2026 constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 227, de 24 de novembro (EACP), dando assim a empresa cumprimento às orientações da tutela setorial. De acordo com as regras contabilísticas, e para efeitos da determinação de eventuais perdas por imparidade, foram levados a cabo estudos com vista à determinação do valor do negócio destas unidades e, consequentemente, à necessidade de reconhecer perdas por imparidades sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis ainda em curso.

5.5. Bens construídos em terrenos de domínio público

A maioria dos edifícios e construções que integram o ativo fixo tangível da Empresa foram edificados em terrenos do domínio público do Estado afeto à APDL.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a quantia escriturada dos bens construídos em terrenos do domínio público, é o seguinte:

	2018	2017
Edifícios e instalações em terrenos do domínio público	154.718.450	162.322.964

5.6. Compromissos contratuais assumidos

Os principais compromissos contratuais assumidos em 31 de dezembro de 2018 eram os seguintes:

Designação	Valor
Ativos fixos tangíveis:	
Infraestruturas fluviais e terrestres da VND	809.468
Estrutura da Plataforma Logística	511.438
Melhoria Operacional do Terminal Petroleiro	267.893
Reordenamento do Cais do Ouro	130.000
Total	1.718.798

6. Propriedades de investimento

Política contabilística

As propriedades de investimento, integradas à data de constituição da Empresa foram registadas com base em avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente. A avaliação reportou-se à data de 2 de dezembro de 1998, tendo sido utilizado o método do VUC.

As propriedades de investimento, relacionadas com os ativos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, foram registadas com base em avaliação efetuada por um perito credenciado e independente, tendo sido utilizado o método do rendimento.

As depreciações são calculadas, sobre o valor de aquisição ou avaliado, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Decreto Regulamentar n.º 25/2009), as que permitam a depreciação da propriedade, durante a sua vida útil estimada. Os terrenos classificados nesta categoria não são sujeitos a depreciações.

As propriedades de investimento estão escrituradas de acordo com o modelo do custo, ou seja, pelo seu valor de avaliação deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que sejam incorridos. As intervenções que aumentam a utilidade económica das propriedades são depreciadas durante o período de duração das mesmas.

O abate ou alienação das propriedades de investimento gera ganhos ou perdas que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida recebida pela venda, troca de ativos ou indemnizações recebidas por sinistros. Os rendimentos ou gastos gerados são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos* ou *Outros gastos*.

6.1. Movimentos ocorridos no exercício

O quadro seguinte resume os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Saldo inicial		
Quantia bruta	3.978.884	3.978.884
Depreciações acumuladas	(670.013)	(468.290)
Quantia escriturada	3.308.871	3.510.594
Movimentos no período:		
Gastos de depreciação	(201.723)	(201.723)
Saldo final		
Quantia bruta	3.978.884	3.978.884
Depreciações acumuladas	(871.736)	(670.013)
Quantia escriturada	3.107.148	3.308.871

Exceto quanto aos ativos relativos aos estaleiros Navais de Viana do Castelo (West Sea), as restantes propriedades de investimento referem-se, fundamentalmente, a edifícios de propriedade da Empresa em utilização por terceiros cujo objetivo da propriedade dos mesmos é a obtenção de rendas.

Conforme referido na Nota 1, a integração destes ativos nas contas da Empresa foi efetuada pelo método do rendimento. O Método do Rendimento consiste em estimar o valor potencial e atual do ativo, considerando os seus rendimentos futuros, líquidos de encargos de conservação e manutenção, capitalizados a uma taxa de rendibilidade esperada. Para efeitos desta avaliação, foi apurado o valor intrínseco do contrato de concessão estabelecido com a West Sea – Estaleiros Navais, Unipessoal, Lda., tendo por base a atualização de fluxos de caixa estimados até 31 de março de 2031, data em que termina a referida concessão. Pelo facto do Conselho de Administração, nesta data, não ter determinado ainda o uso a dar aos ativos afetos a esta concessão no final deste contrato, não foi levada em consideração qualquer provisão para desmantelamento.

7. Ativos intangíveis

Política contabilística

Os ativos intangíveis compreendem ativos adquiridos ou construídos por concessionários, licenças de utilização de aplicações informáticas, de projetos e programas de computador desenvolvidos internamente. As políticas contabilísticas aplicáveis são as seguintes:

1. **Outros ativos intangíveis (exclui ativos adquiridos ou construídos por concessionários)**

Os ativos intangíveis (exceto os apresentados no ponto seguinte) são registados pelo seu valor de aquisição, acrescido de todos os custos incorridos até à data da sua entrada em utilização. Os custos compreendem os serviços prestados por fornecedores, impostos não dedutíveis, custos com mão-de-obra interna e consumos de materiais.

O valor escriturado corresponde ao custo de aquisição menos as amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos são amortizados pelo método das quotas constantes, em duodécimos, durante um período de 3 a 6 anos. Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos intangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável. Se este for inferior ao valor escriturado então a Empresa reconhece uma perda por imparidade que é registada na rubrica *Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)* se for amortizável, ou na rubrica *Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)* caso não seja amortizável.

Os custos com a manutenção dos ativos intangíveis são reconhecidos como gastos do período na rubrica *Fornecimentos e serviços externos*.

2. Ativos adquiridos ou construídos por concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que revertam para a Administração Portuária no final dos respetivos contratos

As administrações portuárias, sob a égide da APP, acordaram em 20 de março de 2012 a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das demonstrações financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subsequente e objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias.

Em 1 de janeiro de 2018 entrou em vigor a Norma de Contabilidade Pública, *NCP 4 – Acordos de Concessão de Serviços: Concedente*, publicada no Decreto-Lei n.º 192/2017, de 11 de setembro. A NCP 4 é a única norma nacional que trata da contabilização de acordos de concessão na ótica do concedente, numa entidade integrada nas administrações públicas. A política contabilística adotada é descrita nos parágrafos abaixo.

Reconhecimento

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, será incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias que serão incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível será reconhecido na conta 445 – Concessões – Bens a reverter (esta conta poderá ser subdividida em 4451 – Concessões – Bens a reverter em contratos de serviço público e 4452 – Concessões – Bens a reverter em contratos de usos privativos) por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

No caso específico das infraestruturas portuárias, o ativo tangível será reconhecido em subconta apropriada da 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

O ativo deverá ser amortizado ou depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos serão reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão, conforme definido nos §§ 21 a 23 da NCP 4.

As quantias correspondentes à diferença entre os gastos de amortização ou depreciação do ativo e o rendimento do período, incluídos nos resultados líquidos anuais, serão transferidas, no período posterior para a conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões.

No momento do exercício contratual da reversão, haverá lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 – Concessões – Bens a reverter. O ativo tangível será depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 – Reservas não distribuíveis – Concessões será transferido para a conta 595 – Outras variações no capital próprio – Concessões.

Mensuração

A mensuração inicial será realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário será obtido com base em informação contabilística a fornecer pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão serão incorporados nos períodos da sua realização.

Divulgação em anexo

Dever-se-ão proceder às divulgações aplicáveis (ver §117 a §119 da NCRF 6), com especial ênfase para:

- Descrição dos bens, contratos e direitos de reversão envolvidos;
- Os critérios de reconhecimento;
- Os critérios de mensuração inicial e subsequente;
- As vidas úteis e a respetiva amortização ou depreciação;
- As quantias brutas, amortizações e depreciações acumuladas.

Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço publico que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 – Edifícios e outras construções por contrapartida da conta 78 – Outros rendimentos e ganhos.

Proceder-se-á ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre

da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja, no final do contrato de concessão.

7.1. Quantias escrituradas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica *Ativos intangíveis* tem a seguinte composição:

2018	Quantia bruta escriturada	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada
Projetos de desenvolvimento	2.946.837	(888.359)	(437.771)	1.620.707
Programas de computador	11.812.979	(9.197.068)	(308.990)	2.306.921
Propriedade industrial	77.359	(70.999)	-	6.360
Ativos das concessões	59.908.326	(19.244.995)	-	40.663.331
Investimentos em curso	2.385.441	-	(2.188.496)	196.945
	77.130.942	(29.401.421)	(2.935.257)	44.794.264

2017	Quantia bruta escriturada	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida escriturada
Projetos de desenvolvimento	1.851.249	(537.136)	(534.228)	779.885
Programas de computador	10.881.014	(7.612.887)	(412.833)	2.855.294
Propriedade industrial	77.359	(59.214)	-	18.145
Ativos das concessões	58.469.235	(17.460.839)	-	41.008.396
Investimentos em curso	3.191.705	-	(2.389.675)	802.030
	74.470.562	(25.670.076)	(3.336.736)	45.463.750

7.2. Custo de aquisição

Os movimentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

2018	Saldo em 01.01.2018	Adições	Alienações e abates	Transfe-rências	Saldo em 31.12.2018
Projetos de desenvolvimento	1.851.249	157.980	-	937.608	2.946.837
Programas de computador	10.881.014	718.325	-	213.640	11.812.979
Propriedade industrial	77.359	-	-	-	77.359
Ativos das concessões	58.469.235	3.558.476	(2.119.385)	-	59.908.326
Investimentos em curso	3.191.705	250.859	(30.000)	(1.027.123)	2.385.441
	74.470.562	4.685.640	(2.149.385)	124.125	77.130.942

2017	Saldo em 01.01.2017	Adições	Alienações e abates	Transfe-rências	Saldo em 31.12.2017
Projetos de desenvolvimento	375.765	29.200	-	1.446.284	1.851.249
Programas de computador	10.069.310	1.066.473	(491.902)	237.133	10.881.014
Propriedade industrial	77.554	-	(195)	-	77.359
Ativos das concessões	59.071.186	2.091.196	(2.693.147)	-	58.469.235
Investimentos em curso	2.295.153	1.153.685	-	(257.133)	3.191.705
	71.888.968	4.340.554	(3.185.244)	1.426.284	74.470.562

1. Principais adições do exercício

Em 2018, foram realizados os seguintes investimentos:

Designação	Custo
Cartografia Oficial do Rio Douro	113.648
ERP SAP	203.248
Gesdoc - Sistema de Gestão Documental	68.972
JUP - Janela Única Portuária	43.092
Projetos Atlantis LSW e e-Impact	157.980
Segurança e redes (*software*)	198.739
SIG - Sistema de Informação Geográfica	87.539
Aplicação Aquasafe	162.800
VTS – Vessel Traffic Service	66.000
Ativos das concessões	3.558.476
Outros dispêndios	25.146
Total	4.685.640

2. Investimentos em curso

Os ativos intangíveis em curso em 31 de dezembro de 2018 eram como segue:

Designação	Custo
Cartografia Oficial do Rio Douro	2.170.648
Gesdoc - Sistema de Gestão Documental	75.908
JUP - Janela Única Portuária	43.093
Outros ativos intangíveis	95.792
Total	2.385.441

7.3. Amortizações

Os movimentos ocorridos com amortizações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

2018	Saldo em 01.01.2018	Gastos	Abates	Saldo em 31.12.2018
Projetos de desenvolvimento	537.136	351.223	-	888.359
Programas de computador	7.612.887	1.584.181	-	9.197.068
Propriedade industrial	59.214	11.785	-	70.999
Ativos das concessões	17.460.839	2.720.798	(936.642)	19.244.995
	25.670.076	4.667.986	(936.642)	29.401.421

2017	Saldo em 01.01.2017	Gastos	Abates	Saldo em 31.12.2017
Projetos de desenvolvimento	258.860	278.276	-	537.136
Programas de computador	6.744.038	1.360.751	(491.902)	7.612.887
Propriedade industrial	47.582	11.827	(195)	59.214
Ativos das concessões	16.568.387	2.048.963	(1.156.511)	17.460.839
	23.618.867	3.699.817	(1.648.608)	25.670.076

7.4. Perdas por imparidade

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

2018	Saldo em 01.01.2018	Gastos	Reversões	Transfe-rências	Saldo em 31.12.2018
Projetos de desenvolvimento	534.228	-	(96.457)	-	437.771
Programas de computador	412.833	85.054	(188.897)	-	308.990
Investimentos em curso	2.389.675	131.496	-	(332.675)	2.188.496
	3.336.736	216.550	(285.354)	(332.675)	2.935.257

2017	Saldo em 01.01.2017	Gastos	Reversões	Saldo em 31.12.2017
Projetos de desenvolvimento	-	534.228	-	534.228
Programas de computador	295.846	234.889	(117.902)	412.833
Investimentos em curso	1.630.118	759.557	-	2.389.675
	1.925.964	1.528.674	(117.902)	3.336.736

7.5. Ativos das concessões

Conforme referido na secção Política contabilística desta Nota, os ativos das concessões, que não sejam infraestruturas portuárias e que revertem gratuitamente para a APDL no final dos contratos de concessão, são reconhecidos como ativos intangíveis, na conta 445 – Concessões – Bens a reverter, por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

Foram apenas reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa os ativos das seguintes concessões de serviço público:

- TCL – Terminal de Contentores de Leixões, S.A.
- TCGL – Terminal de Carga Geral e de Granéis de Leixões, S.A.
- Silos de Leixões, Unipessoal, Lda.

Para além destes concessionários de serviço público, existe um conjunto de entidades que exploram atividades comerciais em regime de uso privativo do domínio público, a saber:

Concessões e Licenças do porto de Leixões

- Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. - Exploração dos terminais petroleiro e oceânico de Leixões, destinados à movimentação de petróleo, produtos refinados e aromáticos.
- CEPSA- Companhia Portuguesa de Petróleos, Lda. - Concessão de uso privativo para a receção de produtos asfálticos e fuelóleos, através de dois *pipelines* localizados na Doca 2 Sul, e de combustíveis no Posto B do Terminal Petroleiro.

- SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. - Concessão do direito de uso privativo de uma parcela de terreno na Doca 1 Sul para a exploração com receção de cimento a granel por via marítima, sua armazenagem coberta e expedição por via terrestre ou marítima.
- DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A. - Concessão de uso privativo para a utilização das instalações do porto de pesca de Matosinhos.
- REPSOL Portuguesa, S.A. - Licença de uso privativo para exploração de instalação destinada a receção, armazenagem e expedição de produtos petrolíferos e/ou químicos a granel, através de *pipelines* localizados no Molhe Sul.

Concessões e Licenças do porto de Viana do Castelo

- Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A. - Construção e exploração de um terminal de receção, armazenamento e comercialização de asfaltos, com a área de 6 000 m2.
- Câmara Municipal de Viana do Castelo - Construção e exploração de um parque empresarial destinado a atividades piscatórias, equipamentos de animação e atividades económicas não poluentes com a área de 146 000 m2.
- Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. - Instalação e exploração de um terminal de cimento, com a área de 5 600 m2.

Relativamente a estas concessões e licenças, a APDL optou pelo não reconhecimento de qualquer ativo, pelo facto do Conselho de Administração entender que, para além de não terem utilidade no desenvolvimento da atividade portuária, no final do período da concessão, o conjunto dos bens que revertem não terão qualquer valor residual para a Empresa.

8. Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis

Política contabilística

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que a quantia pela qual o ativo ou a unidade geradora de caixa se encontra reconhecido no balanço não seja recuperável, é efetuado um teste de imparidade.

Sempre que a quantia pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica *Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)*.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os fluxos de caixa futuros são estimados para o ativo na condição corrente pelo que não consideram quaisquer influxos ou exfluxos resultantes de:

i. Reestruturações futuras com a qual a Empresa ainda não se comprometeu;

ii. Aumentos ou melhorias no desempenho do ativo.

As estimativas dos fluxos de caixa futuro não incluem quaisquer fluxos provenientes das atividades de funcionamento e de recebimentos ou pagamentos de impostos sobre o rendimento.

As reversões das perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores são registadas:

i. Quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram;

ii. de acordo com as depreciações ou amortizações praticadas sobre os itens de ativo em imparidade;

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados nas rubricas acima referidas e é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida das amortizações ou depreciações acumuladas) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores.

Relativamente à estimativa do valor recuperável dos ativos de investimento sujeitos aos testes de imparidade, deve ter-se em consideração as seguintes condições:

i. as atividades desenvolvidas nas unidades geradoras de caixa Porto de Viana do Castelo (PVC) e Via Navegável do Douro (VND) têm natureza de serviço público; e,

ii. a maioria dos edifícios, infraestruturas, equipamentos e instalações foram construídos ou estão implantados em terrenos do domínio público e como tal não podem ser transacionados.

O valor recuperável resultante dos testes de imparidade realizados aos itens de investimento com as qualidades acima descritas corresponde ao seu valor de uso. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada.

Por se tratar de imparidades de unidades geradoras de caixa, a alocação das mesmas é efetuada numa base *pro rata* pelo valor dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis.

A unidade geradora de caixa PVC é constituída por todos os ativos afetos ao porto de Viana do Castelo, exceto aqueles afetos à concessão West-Sea. A unidade geradora de caixa VND é constituída pelos ativos afetos à gestão e operação da Via Navegável do Douro, construídos ou instalados em propriedades da Empresa ou na área de jurisdição referida na Nota 1.1.

Pelo facto dos estudos levados a cabo com vista à determinação do valor do negócio e, consequentemente, da imparidade a reconhecer sobre os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis em uso por estas duas unidades de negócio ter levado em consideração:

i. os investimentos em curso e a realizar a médio prazo, e;

ii. que a realização de tais investimentos apenas será possível caso os mesmos venham a ser financiados por subsídios não reembolsáveis;

iii. os investimentos realizados nestas duas unidades de negócio revelam-se necessários para garantir as condições mínimas de operacionalidade e segurança das respetivas infraestruturas e equipamentos, no cumprimento das competências atribuídas à empresa (Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio), estes investimentos encontram-se inscritos na Estratégia para o Aumento da Competitividade Portuária no Horizonte 2026 constante na Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, publicada no Diário da República, 1.ª Série, n.º 227, de 24 de novembro (EACP), dando assim a empresa cumprimento às orientações da tutela setorial.

a perda por imparidade encontra-se, também, a ser imputada aos ativos fixos tangíveis e intangíveis que na data de relato financeiro se encontram em curso.

8.1. Pressupostos das estimativas

A APDL realizou testes de imparidade em 31.12.2015 às unidades geradoras de caixa (UGC) PVC e VND com recurso a peritos externos independentes. Nos exercícios posteriores, os testes foram realizados internamente atendendo aos seguintes motivos:

i. a gestão da Empresa entender que não ocorreram factos que provocassem uma alteração fundamental;

ii. os pressupostos assumidos não sofreram alterações com impactos relevantes nos resultados dos testes;

iii. os testes foram realizados aplicando a mesma metodologia de apuramento e,

iv. não houve alteração do perímetro das UGC.

Em 31.12.2018, os testes foram novamente realizados por peritos internos mas a Administração da APDL já definiu que os testes de imparidade a realizar com referência a 31.12.2019 serão realizados por peritos externos independentes.

Os testes de imparidade realizados com referência à data de 31 de dezembro de 2018 e tiveram por base os pressupostos apresentados na tabela abaixo.

	2018	**2017**
Taxas de crescimento:		
PVC	1,8%	1,8%
VND	2%	3,8%
Taxa de inflação	1,3% - 1,7%	1,4% - 1,7%
Fator de crescimento para a perpetuidade	1,2% - 1,5%	1,2%
Custo médio ponderado do capital (WACC)	6,61%	7,1%

A redução da taxa de crescimento considerada para a VND reflete o número de anos restantes para a atualização do tarifário que se iniciou em 2018.

8.2. Movimentos no exercício

Durante os exercícios de 2018 e 2017 os movimentos registados nas demonstrações financeiras da Empresa relacionados com a imparidade sobre ativos fixos tangíveis e intangíveis do Porto de Viana do Castelo e da Via Navegável do Douro analisam-se como segue:

	PVC	VND	Total
Em 1 de janeiro de 2017	48.069.463	45.079.326	93.148.789
Reforço	640.525	4.828.550	5.469.075
Reversão	(1.975.745)	(3.698.818)	(5.674.563)
	(1.335.220)	1.129.732	(205.488)
Em 31 de dezembro de 2017	46.734.243	46.209.058	92.943.301
Reforço	1.517.953	2.884.020	4.401.973
Reversão	(2.086.368)	(1.854.953)	(3.941.321)
	(568.415)	1.029.067	460.652
Em 31 de dezembro de 2018	46.165.828	47.238.125	93.403.953

A Empresa reverte o montante da imparidade equivalente às depreciações e amortizações registadas no exercício.

9. Outros investimentos financeiros

Política contabilística

A rubrica é constituída por ativos financeiros (ver Nota 4.2.3) com as seguintes categorias:

- Instrumento de capital próprio de uma outra entidade mensurado ao custo menos imparidade; e
- Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados.

9.1. Quantias escrituradas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica *Outros investimentos financeiros* tem a seguinte composição:

	Notas	2018	2017
APOR – Agência para a Modernização do Porto, S. A.	9.2	-	123.702
Fundo de Compensação do Trabalho	9.3	8.845	5.919
Total		8.845	129.621

9.2. APOR – Agência para a Modernização do Porto, S. A.

A APOR - Agência para a Modernização do Porto, S. A., com sede no Porto, é uma entidade que cria as sinergias para uma melhor cooperação entre entidades públicas e privadas e que promove a requalificação e modernização do tecido urbano, industrial e empresarial da cidade.

A APDL detinha 148.630 ações com o valor nominal de 5 euros cada, o que correspondia a uma participação de 13,96% no capital da APOR. Esta participação encontrava-se valorizada ao custo de aquisição (123.702 Euros).

Em Assembleia Geral da APOR ocorrida no dia 3 de dezembro de 2018 foi aprovada a liquidação da APOR e a APDL, na qualidade de acionista, foi reembolsada em 156.334,39 euros. Esta quantia corresponde ao direito da APDL (13,96%) no capital próprio da APOR apurado no balanço de 30 de setembro de 2018 (1.120.021 euros). O balanço apresenta o resultado líquido negativo de 129.257 euros.

A diferença positiva para o custo de aquisição da participação (32.632 euros) foi reconhecida nos rendimentos do exercício.

Resumem-se os movimentos ocorridos nos exercícios de 2018 e 2017:

	2018	2017
Saldo inicial	123.702	123.702
Liquidação da APOR	(123.702)	-
Saldo final	-	123.702

9.3. Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

O FCT é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão e foi instituído pelo Decreto-Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto.

É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

A quantia relevada é composta pelas contribuições realizadas pela APDL ajustada pelos resultados acumulados do fundo.

O fundo registou os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Saldo inicial	5.919	3.237
Reforços	2.968	2.385
Aumentos/ (reduções) de justo valor	(42)	297
Saldo final	8.845	5.919

10. Fluxos de caixa

Política contabilística

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à ordem, os depósitos a prazo e os títulos negociáveis com elevada liquidez. São considerados de elevada liquidez os depósitos e títulos que possam ser liquidados até três meses. Os descobertos bancários são reconhecidos na rubrica do passivo *Financiamentos obtidos* e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

- **Caixa**

Compreende as notas, moedas e cheques não depositados. Os valores em moeda estrangeira são valorizados pela cotação no último dia útil do ano. A diferença, positiva ou negativa é reconhecida nos resultados do período.

- **Depósitos a prazo**

Os depósitos a prazo nesta rubrica são mobilizáveis num prazo inferior a três meses. Os juros auferidos são reconhecidos como rendimento do período a que se refere independentemente do seu recebimento posterior.

10.1. Caixa e seus equivalentes indisponíveis para uso

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não existiam quaisquer montantes indisponíveis para uso. Os meios financeiros líquidos são totalmente constituídos por valores em euros e os depósitos a prazo são mobilizáveis num prazo inferior a três meses.

10.2. Quantias escrituradas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica *Caixa e depósitos bancários* tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Caixa:		
Numerário	7.062	5.113
Depósitos bancários:		
Depósitos à ordem	13.187.093	5.678.462
Depósitos a prazo	42.600.000	39.800.000
Total	55.794.155	45.483.575

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a totalidade dos excedentes de tesouraria da Empresa, estavam aplicados em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), com maturidades até 12 meses. Os mesmos são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como um equivalente de caixa, pelo facto de poderem ser desmobilizados a qualquer momento.

Os juros dos excedentes de tesouraria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	2018	2017
Juros de depósitos à ordem	4.353	6.696
Juros de depósitos a prazo	4.701	67.086
Total	9.054	73.782

A rubrica *Outros recebimentos/pagamentos* incluída nos fluxos de caixa das atividades operacionais refere-se, fundamentalmente, a pagamentos de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado, pagamentos de encargos à Segurança Social, e pagamento da taxa de 3% sobre as receitas de exploração portuária (excluindo receitas do serviço de pilotagem) à DGRM.

11. Clientes e outros créditos a receber

Política contabilística

As rubricas do balanço *Clientes* e *Outros créditos a receber* são constituídas por ativos financeiros (ver Nota 4.2.3) reconhecidos ao custo amortizado deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados na rubrica *Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)*, sendo subsequentemente revertidas na mesma rubrica, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

11.1. Clientes

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica *Clientes* tem a seguinte composição:

	2018	2017
Clientes conta corrente	5.392.152	4.074.720
Clientes de cobrança duvidosa	6.766.223	6.755.161
Perdas por imparidade acumuladas (ver Nota 12)	(6.766.223)	(6.755.161)
Quantia escriturada	5.392.152	4.074.720

As dívidas de clientes são constituídas pelo valor das vendas e serviços prestados, impostos (IVA) e quantias devidas a outras entidades portuárias (Entidades FUP, ver Nota 15.2). São mensuradas ao custo amortizado deduzido das perdas por imparidade. As perdas por imparidade são reconhecidas, sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

11.2. Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição da rubrica *Outros créditos a receber* é como segue:

	Notas	2018	2017
Pessoal:			
Adiantamentos ao pessoal	1	24.289	25.468
Beneficiários das Obras Sociais	2	288.258	300.366
		312.547	325.834
Devedores por acréscimos de rendimentos:			
Prestações de serviços	3	1.014.493	1.025.226
Juros de depósitos a prazo		-	5.086
Outros acréscimos		29.166	11.317
		1.043.659	1.041.629
Devedores diversos:			
Subsídios e outros apoios das entidades públicas	4	1.853.221	3.734.642
Alfândega do Porto, Cimeira Ibero-Americana	5	285.943	285.943
Construção dos Molhes do Douro, ACE	6	1.196.940	1.196.940
Outros devedores diversos		192.654	270.600
		3.528.758	5.488.125
Perdas por imparidade (ver Nota 12)		(330.377)	(330.377)
Total		4.554.587	6.525.211

1. Adiantamentos ao pessoal

As dívidas do pessoal referem-se (i) à venda de refeições da cantina aos colaboradores e (ii) a adiantamentos para despesas em deslocações.

2. Beneficiários das Obras Sociais

As dívidas dos beneficiários das Obras Sociais são relativas à parte das despesas não comparticipadas pelas prestações de serviços médicos e pela aquisição de medicamentos cujo custo é suportado pela APDL e posteriormente debitado aos beneficiários.

3. Acréscimos de rendimentos – Prestações de serviços

Os acréscimos de rendimentos por prestações de serviços referem-se a serviços prestados no exercício cuja faturação ocorrerá no exercício posterior.

4. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Quantias relativas ao reconhecimento de subsídios que ainda não foram recebidos. Os subsídios são reconhecidos pelo facto de ser convicção da Administração de que existe uma segurança moderada de que serão efetivamente recebidos. Pelo facto da ocorrência do recebimento destes

montantes estar prevista para o exercício de 2019, o mesmo é apresentado no balanço como um ativo corrente.

	2018	2017
PIDDAC -OE Capítulo 50.º	-	2.046.525
DIW 2020	1.536.264	1.384.048
Projeto Atlantis	176.563	176.563
Projeto e-Impact	131.202	91.698
RailRoad Accessibilities	9.192	-
CEF - Plataforma Logística	-	35.808
Total	1.853.221	3.734.642

5. Alfândega do Porto, Cimeira Ibero-Americana

A quantia de 285 943 euros é relativa a despesas debitadas à Alfândega do Porto, relacionadas com a Cimeira Ibero – Americana realizada em 2004. Pelo facto de se considerar improvável a recuperação deste montante, encontra-se reconhecida uma imparidade total.

6. Construção dos Molhes do Douro, ACE

A quantia de 1 196 940 euros a receber de Construção dos Molhes do Douro, ACE, que transitou do IMT pela integração da VND na APDL, e respeita ao saldo devedor, após a compensação das faturas deste fornecedor, com nota de débito emitida pelo IPTM relativa a multa contratual no montante de 4,7 milhões de euros:

Descrição	Montante
Notas de débito por penalidades contratuais emitidas pelo IMT ao ACE	4.758.126
Faturas emitidas pelo ACE, reconhecidas pelo IMT	(3.561.186)
Total	1.196.940

A APDL estima que o crédito será recebido ou será considerado num eventual desfecho do processo judicial denominado Molhes do Douro.

12. Perdas por imparidade em ativos financeiros

Os movimentos de perdas por imparidade em ativos financeiros ocorridos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

2018	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Saldo final
Clientes	6.755.161	20.668	(9.606)	6.766.223
Outros créditos a receber:				
Beneficiários das Obras Sociais	44.434	-	-	44.434
Outros devedores	285.943	-	-	285.943
	330.377	-	-	330.377
Total	7.085.538	20.668	(9.606)	7.096.600

2017	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
Clientes	6.731.874	37.831	(14.544)	-	6.755.161
Outros créditos a receber:					
Beneficiários das Obras Sociais	60.613	-	-	(16.178)	44.434
Outros devedores	285.943	-	-	-	285.943
	346.555	-	-	(16.178)	330.377
Total	7.078.429	37.831	(14.544)	(16.178)	7.085.538

Perdas por imparidade de clientes

As perdas por imparidade acumuladas incluem o montante de 6 082 878 relativo às rendas debitadas à entidade que se encontra a explorar o Cais de Gaia, adiante designada por Dourocais.

Em 2009 a APDL demandou a Dourocais em Tribunal Arbitral sendo que em 2012 o Tribunal Arbitral condenou a Dourocais a reconhecer que o contrato administrativo de concessão de uso privativo celebrado com a APDL se manteve plenamente válido e eficaz na ordem jurídica desde a data da celebração (03/03/2000) e condenou a Dourocais a pagar à APDL as taxas vencidas entre 01/02/2002 a 23/06/2009. No entanto, foi interposto recurso pela Dourocais para o Tribunal Central Administrativo Norte, não tendo sido ainda proferido acórdão até à data de hoje.

Além disso, em 1 de abril de 2015 a APDL praticou o ato administrativo de resolução do contrato de concessão celebrado com a Dourocais e tomada de posse administrativa do Cais de Gaia, tendo a Dourocais instaurado uma providência cautelar contra a APDL com vista a impedir a execução do referido ato administrativo à qual a APDL apresentou oposição.

Em 24 de fevereiro de 2016, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga emitiu um Despacho a suspender a instância, aguardando pela decisão final a ser proferida pelo Tribunal Central Administrativo Norte.

Perdas por imparidade de outros créditos a receber

As perdas por imparidade relativas a outros crédito a receber referem-se a:

- Dívidas dos beneficiários das Obras Sociais, e;
- Despesas debitadas à Alfândega do Porto relacionadas com a Cimeira Ibero Americana realizada em 2004, cuja recuperação é considerada como improvável.

13. Fornecedores e outras dívidas a pagar

Política contabilística

As rubricas do balanço *Fornecedores* e *Outras dívidas a pagar* são constituídas por passivos financeiros (ver Nota 4.2.3) reconhecidos ao custo amortizado.

13.1. Quantias escrituradas

As quantias escrituradas das rubricas do balanço *Fornecedores* e *Outras dívidas a pagar* têm a seguinte composição em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

2018	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores	2.474.496	-	2.474.496
Outras dívidas a pagar	9.711.222	14.312.759	24.023.981
	12.185.718	14.312.759	26.498.477

2017	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores	1.853.882	-	1.853.882
Outras dívidas a pagar	8.714.423	15.961.566	24.675.989
	10.568.305	15.961.566	26.529.871

13.2. Fornecedores

O saldo da rubrica *Fornecedores* em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
Fornecedores – conta corrente	2.203.027	1.513.383
Faturas em receção e conferência	271.469	340.499
Total	2.474.496	1.853.882

13.3. Outras dívidas a pagar

O saldo da rubrica *Outras dívidas a pagar* em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	Notas	2018	2017
Beneficiários das Obras Sociais		17.982	18.924
Fornecedores de investimentos		3.347.970	3.275.387
Acréscimos de gastos	1	3.705.629	3.151.034
Ajustamento em subsídios ao investimento	2	15.369.453	17.321.150
Adiantamentos de subsídios	3	736.817	-
Outras contas a pagar	4	846.130	909.494
Total		24.023.981	24.675.989

1. Acréscimos de gastos

A rubrica *Acréscimos de gastos* decompõe-se nos seguintes itens:

	Notas	2018	2017
Férias e subsídio de férias	i	1.593.178	1.609.002
Juros do empréstimo BEI	ii	61.544	64.298
Comparticipação p/ entidade reguladora	iii	1.740.306	853.164
FSE - Fornecimentos e serviços externos	iv	235.416	337.521
IMI - Imposto Municipal sobre os Imóveis	v	50.245	51.941
Descontos e abatimentos em vendas		-	219.507
Encargos sociais das entidades contratantes	vi	17.240	-
Outros acréscimos de gastos		7.700	15.601
Total		3.705.629	3.151.034

i. Férias e subsídio de férias

A rubrica *Férias e subsídio de férias* respeita ao direito ao subsídio de férias, aos dias de férias e aos respetivos encargos sociais obrigatórios, adquiridos pelos trabalhadores em 31 de dezembro de 2018 e 2017, cujo pagamento ocorrerá no exercício económico posterior.

ii. Juros do empréstimo BEI

Ver Nota 17.

iii. Comparticipação para a entidade reguladora

Refere-se à comparticipação estimada de 2% das receitas de exploração portuárias, excluindo a receita do serviço de pilotagem. Trata-se de uma verba devida à AMT, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio. A APDL não efetuou o pagamento pelo facto de não terem sido publicados os despachos conjuntos que definem a taxa de comparticipação para os exercícios de 2017 e 2018.

iv. FSE – Fornecimentos e serviços externos

Quantia relativa a fornecimentos de bens e serviços até ao final do exercício cujo débito do fornecedor foi feito apenas no exercício posterior. Inclui, nomeadamente, fornecimentos de água, eletricidade, comunicações e outros.

v. IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis

Estimativa do imposto a pagar no exercício posterior.

vi. Encargos sociais das entidades contratantes

Encargos sociais relativos a trabalhadores independentes pelos serviços prestados em 2018.

2. Ajustamento em subsídios ao investimento

Conforme referido na Nota 26.3, o efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento em ativos depreciáveis é apresentado como uma conta a pagar.

A tabela seguinte apresenta o efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento desdobrado em passivo corrente e não corrente:

	2018	2017
Ajustamentos em subsídios:		
Corrente	1.056.694	1.359.584
Não corrente	14.312.759	15.961.566
Total	15.369.453	17.321.150

3. Adiantamentos de subsídios

Quantia relativa a subsídios recebidos do OE (PIDDAC) que ainda não tem despesa atribuída.

4. Outras contas a pagar

	2018	2017
Fornecedores das Obras Sociais	66.268	78.759
Cauções e garantias	760.489	826.121
Outros credores	19.373	4.614
Total	846.130	909.494

14. Inventários

Política contabilística

Os inventários são constituídos pelos materiais ou consumíveis aplicados nas prestações de serviços e nas atividades internas de manutenção e conservação. São reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra, transportes e impostos não dedutíveis.

O valor escriturado é o mais baixo entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. Se o valor realizável líquido for inferior ao valor escriturado então o valor dos materiais será ajustado pelo reconhecimento de gastos na rubrica *Imparidade de inventários (perdas/reversões)* da demonstração dos resultados. O ajustamento será revertido se deixarem de se verificar as circunstâncias que determinaram esse ajustamento.

Os consumos de materiais são determinados com base no método do custo médio ponderado.

14.1. Quantias escrituradas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não existiam inventários de rotação lenta, obsoletos ou invendáveis, nem com valores de realização inferiores aos valores contabilísticos. Nas circunstâncias, em ambos os exercícios, não foi reconhecida qualquer imparidade.

Os montantes dos inventários em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 eram os seguintes:

	2018	2017
Mercadorias	82.030	78.848
Matérias subsidiárias e de consumo	587.806	502.668
Totais	669.836	581.516

14.2. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os gastos com inventários reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

2018	Merca-dorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Saldo inicial	78.848	502.668	581.516
Compras	996.370	563.022	1.559.392
Regularizações:			
Perdas	-	(5.726)	(5.726)
Ganhos	-	637	637
Saldo final	(82.030)	(587.806)	(669.836)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	993.188	472.795	1.465.983

2017	Merca-dorias	Matérias subsidiárias e outras	Totais
Saldo inicial	46.452	471.300	517.752
Compras	952.857	521.943	1.474.800
Saldo final	(78.848)	(502.668)	(581.516)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	920.461	490.575	1.411.036

15. Estado e outros entes públicos

Política contabilística

As rubricas *Estado e outros entes públicos* que constam no ativo e no passivo do balanço apresentam, respetivamente, os créditos a receber e as dívidas a pagar relacionados com entidades públicas.

15.1. Ativos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os créditos a receber do *Estado e outros entes públicos* eram como segue:

	Notas	2018	2017
Imposto sobre o rendimento	1	1.223.749	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2	21.093	322.437
Total		1.244.842	322.437

1. Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente a recuperar em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

	2018
Imposto sobre o rendimento 2018	781.449
Sifide 2017	442.300
Total	1.223.749

Na Nota 33.2 consta o detalhe relativo ao imposto sobre o rendimento a recuperar.

2. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

A quantia a receber de IVA é relativa ao imposto suportado e ao saldo devedor de imposto apurado no mês de dezembro a deduzir no período imediatamente posterior.

15.2. Passivos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as dívidas a pagar ao *Estado e outros entes públicos* eram como segue:

	Notas	2018	2017
Imposto sobre o rendimento	1	-	2.389.742
Retenção de impostos sobre o rendimento	2	291.616	270.829
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	3	63.628	270.524
Contribuições sociais (CGA, ADSE, Segurança Social)	4	322.293	310.222
Comparticipação financeira para a DGRM	5	102.094	86.499
Entidades FUP	6	263.198	222.553
Total		1.042.829	3.550.369

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a APDL não tinha quaisquer dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos.

5. Imposto sobre o rendimento

O saldo credor de imposto sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	2017
Imposto sobre o rendimento 2018	568.709
Tributação autónoma especial DL n.º 66/2016	1.821.033
Total	2.389.742

6. Retenção de impostos sobre o rendimento

Montantes das retenções na fonte feitas sobre os pagamentos de rendimentos efetuados no mês de dezembro de 2018 e 2017. Os montantes retidos foram entregues no mês de janeiro de 2019 e 2018 respetivamente.

7. Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A APDL é um sujeito passivo de IVA no regime da afetação real e, regime de tributação normal mensal. Liquida imposto sobre a generalidade das suas transmissões de bens e prestações de serviços, exceto as operações isentas de acordo com o CIVA, artigo 14.º - Isenções nas exportações, operações assimiladas e transportes internacionais.

As quantias em dívida em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são relativas ao imposto a pagar apurado no mês de novembro de cada exercício.

8. Contribuições sociais

Encargos sociais suportados pela Empresa e encargos retidos aos trabalhadores relativos ao último mês do exercício a entregar às seguintes entidades: CGA, ADSE e Segurança Social.

9. Comparticipação financeira para a AMT e DGRM

Refere-se à percentagem de 5% das receitas de exploração portuária reconhecidas na conta 72 Prestações de Serviços, excluindo a receita do serviço de pilotagem, das administrações portuárias. As quantias apuradas devem ser pagas às seguintes entidades:

- AMT, na percentagem até 2 %, sendo esta taxa fixada anualmente por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes;
- DGRM, na percentagem de 3%, de acordo com o artigo 7.º da Portaria n.º 342/2015, de 12 de outubro.

As quantias em dívida em 31 de dezembro de 2018 e 2017 respeitam apenas à DGRM atendendo ao facto de ainda não terem sido publicados os despachos conjuntos que definem as taxas de comparticipação a favor da AMT para os exercícios de 2017 e 2018.

10. Entidades FUP

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2016, de 16 de março, determinou a criação da Fatura Única Portuária (FUP) como o sistema que agrega a faturação de todas as entidades públicas, nomeadamente a Autoridade Marítima, a Autoridade Aduaneira, a Autoridade Sanitária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, prestadoras de serviços aos navios no ato de despacho de largada, para cada escala de navio.

A FUP entrou em vigor em 1 de janeiro de 2017 sendo emitida pela Autoridade Portuária e integra as quantias cobradas pelas referidas entidades. Os montantes faturados em nome e por conta das outras entidades são registados na rubrica do balanço *Estado e outros entes públicos*, sendo entregues após a cobrança da fatura ao cliente.

16. Diferimentos

16.1. Ativos

A rubrica *Diferimentos* do ativo tem a seguinte composição em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Notas	2018	2017
Comissão BEI	1	95.625	103.125
Contratos de manutenção	2	72.532	77.717
Seguros	3	158.982	313.037
Outros diferimentos		14.618	62.040
Total		341.757	555.919

1. Comissão BEI

Comissão paga ao BEI, pela montagem do contrato de empréstimo que a APDL obteve do referido banco (ver Nota 17). Esta comissão encontra-se a ser reconhecida como um gasto durante o período de vigência do empréstimo (20 anos).

2. Contratos de manutenção

Contratos de manutenção de equipamentos e sistemas informáticos, cujo pagamento é feito no início do período de manutenção e estes se prolongam para o exercício posterior.

3. Prémios de seguros

Pagamento de prémios de seguros no exercício corrente, mas que correspondem ao período posterior.

16.2. Passivos

Os diferimentos no passivo referem-se aos rendimentos a reconhecer no exercício posterior relativo a rendas faturadas antecipadamente e aos rendimentos relativos aos ativos das concessões e que revertem gratuitamente para a Empresa no final dos contratos de concessão (ver Nota 7.5).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica *Diferimentos* do passivo era como segue:

	2018		2017	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Rendas antecipadas	47.441	-	44.335	-
Rendimentos dos ativos das concessões	2.781.283	26.488.363	2.372.181	26.899.434
Total	2.828.724	26.488.363	2.416.516	26.899.434

Rendimentos dos ativos das concessões

O rendimento a reconhecer dos ativos das concessões é reconhecido em linha reta até à data de término dos respetivos contratos de concessão.

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram como segue:

	Notas	2018	2017
Saldo inicial		29.271.615	30.470.470
Movimentos no período:			
Adições	1	3.558.476	2.091.196
Gastos e rendimentos do exercício:			
Abates		(803.634)	(1.023.396)
Imputação a rendimentos	2	(2.756.811)	(2.266.655)
		(3.560.445)	(3.290.051)
Saldo final		29.269.646	29.271.615

1. **Adições**

Novos ativos de investimento dos concessionários reconhecidos no exercício (ver Nota 7).

2. **Imputação a rendimentos**

Rendimento reconhecido no exercício (ver Nota 28).

17. Financiamentos obtidos

Política contabilística

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e de montagem incorridos. Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

17.1. Empréstimos bancários

As quantias escrituradas em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e os movimentos ocorridos nos exercícios eram os seguintes:

	2018	2017
Saldo inicial	17.720.000	18.660.000
Amortizações de capital	(980.000)	(940.000)
Saldo final	16.740.000	17.720.000

A APDL contraiu um empréstimo junto do BEI, no montante de 20 milhões de euros, resultante de um contrato de financiamento celebrado em 7 de junho de 2011 que teve por objetivo o financiamento de importantes investimentos que constam do Plano Estratégico de Desenvolvimento do porto de Leixões. O referido banco abriu um crédito de 70 milhões de euros, em benefício da Empresa, que corresponde ao montante global do contrato. Em junho de 2017, o montante máximo do crédito disponível foi reduzido para 40 milhões de euros atendendo aos saldos de caixa disponíveis e ao adiamento da realização de investimentos.

A disponibilidade da linha de crédito terminou em maio de 2018 pelo que a APDL não obterá mais empréstimos sob este contrato de financiamento.

A amortização do empréstimo iniciou-se em novembro de 2015 e terminará em maio de 2031. O reembolso, por anos, encontra-se detalhado no quadro abaixo:

	2018	2017
Passivo corrente:		
Até 1 ano	1.020.000	980.000
Passivo não corrente:		
De 1 a 5 anos	4.480.000	4.320.000
Mais de 5 anos	11.240.000	12.420.000
	15.720.000	16.740.000
Total	16.740.000	17.720.000

17.2. Custos de financiamento

Os custos de financiamento incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

		2018	2017
Juros de financiamentos obtidos	1	440.859	466.132
Comissão de montagem do contrato	2	7.500	7.500
Comissão sobre o aval do Estado	3	35.339	36.704
Outros custos de financiamento	4	-	5.000
Total		483.698	515.336

1. Juros de financiamento obtidos

O capital disponibilizado pelo banco vence juros fixos calculados à taxa de 2,54% que serão pagos durante 10 anos nos meses de maio e novembro de cada ano.

2. Comissão de montagem do contrato

A comissão de montagem do contrato no montante de 150 000 euros que foi paga na data de assinatura, está a ser reconhecida como gasto ao longo do período do contrato. A parte ainda não reconhecida em gastos está escriturada na rubrica *Diferimentos* do balanço (ver Nota 16.1).

3. Comissão sobre o aval do Estado

Como garantia do empréstimo a APDL obteve o aval do Estado Português. Os custos do aval (0,2% sobre o montante utilizado) são reconhecidos na mesma rubrica da demonstração dos resultados.

4. Outros custos de financiamento

Comissão relativa a alteração do contrato de mútuo.

18. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Política contabilística

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (compromisso legal, contratual ou decorrente de uma decisão formal da gestão) resultante de eventos passados e que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e a quantia da obrigação possa ser estimada com razoável fiabilidade.

A provisão é mensurada pelo valor presente e é atualizada de acordo com a taxa de desconto aplicável. O aumento da provisão decorrente da passagem do tempo é reconhecido na demonstração dos resultados.

Se o motivo da constituição da provisão diminuir ou for extinto, então a provisão será revertida na mesma proporção. A reversão é reconhecida na demonstração de resultados do período.

Caso a obrigação presente não satisfaça o critério de reconhecimento da provisão, a Empresa divulga essa obrigação como um passivo contingente.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuadamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que uma saída de benefícios económicos futuros será exigida para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

18.1. Movimentos no exercício

As provisões são integralmente constituídas por provisões para processos judiciais em curso e os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

	2018	2017
Saldo inicial	13.918.047	13.045.831
Movimentos no exercício:		
Utilização	(404.080)	(123.862)
Constituições e reforços	1.317.057	583.096
Reforço pelo efeito temporal	519.135	563.461
Reversões	(884.198)	(150.479)
	547.914	872.216
Saldo final	14.465.961	13.918.047

As provisões para processos judiciais em curso são relativas, nomeadamente, aos seguintes processos:

1. **Processo Molhes do Douro**

Refere-se à provisão constituída para fazer face ao processo denominado por "Molhes do Douro", que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto e que opõe a Construtora dos Molhes do Douro, o ACE constituído por Somague e Irmãos Cavaco, (como Autor) ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (como Réu), atualmente na esfera da APDL, na sequência da integração da Via Navegável do Douro na APDL. Este processo respeita à execução do "contrato de conceção/construção das obras necessárias à melhoria das acessibilidades e das condições de segurança da Barra do Douro", outorgado em 2004.

2. **Guindaste Titan**

Sinistro ocorrido no Molhe Sul do Porto de Leixões, durante a desmontagem do guindaste Titan no dia 12 de abril de 2012. O acidente originou uma explosão, seguida de incêndio, causando danos humanos e materiais, tendo espoletado processos judiciais por entidades envolvidas ou afetadas pela ocorrência.

3. **Pensões CGA**

Obrigação de suportar parte dos encargos com pensões de aposentação e sobrevivência com trabalhadores oriundos de outros serviços do Estado em resultado da aplicação do DL n.º 141/79, de 22 de maio, que a APDL não aceita.

Na sequência da decisão de primeira instância que deu razão à APDL e apesar do recurso interposto pela CGA, a APDL entendeu reverter a provisão relativa a este processo.

4. **Licença de ocupação de domínio público**

Reclamação de taxa de ocupação de domínio público municipal por motivo de obras de construção do Molhe Norte da Barra do Douro. Por despacho judicial, a APDL SA foi notificada de

que sucederia ao IPTM, IP neste processo, ao abrigo do n.º 2 do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio.

Foi apresentada nova contestação com fundamento na área objeto do Domínio Público Hídrico e a APDL espera um desfecho favorável pelo que a provisão foi revertida.

18.2. Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa tinha responsabilidades contingentes relativas a processos judiciais no montante de 2 431 225 euros. Os processos judiciais respeitam a indemnizações decorrente de empreitadas e indemnizações por danos causados a terceiros.

19. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Política contabilística

A APDL assume responsabilidade de benefícios pós-emprego relativos a:

- Pensões de reforma;
- Assistência médica-medicamentosa e assistência hospitalar;
- Prémios escolares e subsídios para creches.

As responsabilidades assumidas são de benefício definido pelo que a obrigação de financiamento e os riscos atuariais recaem na Empresa.

As responsabilidades com o pagamento dos benefícios são estimadas anualmente por atuários independentes, sendo utilizado o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade que se aproxima das da responsabilidade assumida.

Os gastos com juros e os gastos com os serviços correntes são reconhecidos no resultado do período, na rubrica *Gastos com o pessoal*.

Os desvios atuariais são registados na rubrica do capital próprio, *Outras variações no capital próprio*.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma, corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do balanço juntamente com ajustamentos relativos a custos de serviços passados.

19.1. Quantias escrituradas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica *Responsabilidades por benefícios pós-emprego* tinha a seguinte composição:

	2018	2017
Plano médico	6.380.484	7.046.771
Subsídios de creche, de estudo	18.742	28.959
Fundo de Pensões ex-INPP	2.130.992	2.594.530
Total	8.530.218	9.670.260

19.2. Movimentos ocorridos no exercício

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram as seguintes:

2018	Plano médico	Subsídios de creche, de estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2018	7.046.771	28.959	2.594.530	9.670.260
Gastos do período:				
Juros	119.847	266	24.369	144.482
Serviços correntes	22.424	-	-	22.424
	142.271	266	24.369	166.906
(Ganhos) / Perdas atuariais	(395.593)	(8.211)	(183.509)	(587.313)
Benefícios pagos	(412.965)	(2.272)	(304.398)	(719.635)
Em 31 de dezembro de 2018	6.380.484	18.742	2.130.992	8.530.218

2017	Plano médico	Subsídios de creche, de estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
Em 1 de janeiro de 2017	7.619.730	30.764	2.798.443	10.448.937
Gastos do período:				
Juros	111.299	283	26.374	137.956
Serviços correntes	23.819	-	-	23.819
	135.118	283	26.374	161.775
(Ganhos) / Perdas atuariais	(255.730)	452	95.568	(159.710)
Benefícios pagos	(452.347)	(2.540)	(325.855)	(780.742)
Em 31 de dezembro de 2017	7.046.771	28.959	2.594.530	9.670.260

19.3. Ganhos e perdas atuariais acumulados

Os ganhos e perdas atuariais acumulados são reconhecidos na rubrica do capital próprio *Ajustamentos e outras variações no capital próprio*. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as quantias escrituradas eram as seguintes:

	Plano médico	Subsídios de creche, de estudo	Fundo de Pensões ex-INPP	Total
31/12/2017	(11.673.749)	(5.014)	313.784	(11.364.979)
31/12/2018	(12.069.342)	(13.225)	130.275	(11.952.292)

19.4. Pressupostos atuariais

Os estudos atuariais com referência a 31 de dezembro de 2018 e 2017, para efeitos de apuramento, nessas datas, das responsabilidades acumuladas tiveram por base os seguintes pressupostos e beneficiários dos planos de benefícios:

1. Beneficiários por plano de benefícios:

	2018	2017
Plano médico	1.844	1.954
Subsídios de creche, de estudo	12	15
Fundo de Pensões ex-INPP	10	11

2. Pressupostos atuariais:

	2018	2017
Tábua de mortalidade	TV 88/90	
Tábua de invalidez	EVK 80	
Idade normal de reforma	66	
Percentagem de casados:		
População ativa	75%	
População inativa	Real	
Diferença de idades entre cônjuges	3 anos (homem mais velho)	
Taxas de desconto:		
Plano médico	1,85%	1,75%
Fundo de Pensões ex-INPP e Obras Sociais	1,25%	1,00%
Pensões:		
Crescimento	1,00%	
Inflação	2,00%	
Crescimento dos custos médicos:		
Inflação médica	3,00%	
Crescimento por idade	2,00%	

19.5. Descrição dos planos de benefícios definidos

Plano Médico

Até ao exercício de 2009, a Empresa tinha como responsabilidade o pagamento da assistência médica-medicamentosa e hospitalar, não só aos colaboradores que integravam os quadros da Empresa até 2 de dezembro 1998, como também aos seus cônjuges e filhos até à idade legal do benefício. Contudo, durante o exercício de 2009, todos os trabalhadores, subscritores da Caixa Geral de Aposentações, foram inscritos na ADSE – Assistência na Doença aos Servidores Civis do

Estado, atual Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P. (ADSE, I.P.), incluindo cônjuges e filhos que reuniam as necessárias condições, assim como a generalidade dos aposentados, e respetivo agregado familiar. As Obras Sociais, como um sistema complementar de saúde para todos os beneficiários, continuaram a manter as suas valências disponíveis no Centro de Assistência.

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

Subsídios de creche, de estudo e prémios escolares

Verbas atribuídas pela Empresa aos filhos dos trabalhadores para subsidiar gastos com creches, escolas e para a atribuição prémios escolares para incentivar o melhor aproveitamento escolar.

As responsabilidades assumidas referentes aos subsídios de creche, de estudo e prémios escolares constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

Fundo de Pensões ex-INPP

A APDL ficou obrigada a contribuir, em conjunto com outras Administrações Portuárias, para a manutenção do fundo de aposentações do Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos (INPP), criado pelo Decreto-Lei nº 188/89, de 3 de junho, relativamente aos aposentados que integravam o ex-departamento de pilotagem.

As responsabilidades assumidas referentes ao fundo de pensões constituem um plano de benefícios definido que não se encontra fundeado, estando as responsabilidades cobertas por provisão específica.

19.6. Análise de sensibilidade à variação da taxa de juro

A tabela abaixo ilustra o impacto da variação positiva ou negativa de 1 p.p. na taxa de juro assumida para a estimativa da responsabilidade do Plano Médico.

Responsabilidade em 31.12.2018	Responsabilidade		Variação	
	+ 1 pp	-1 pp	+ 1 pp	-1 pp
6.380.484	7.177.947	5.704.703	797.463	(675.781)

20. Responsabilidades por garantias prestadas

20.1. Garantias reais prestadas a terceiros

Em outubro de 2004, a APDL foi notificada pela Repartição de Finanças de Matosinhos, da existência dum processo de execução fiscal instaurado pela Caixa Geral de Aposentações, no montante inicial de 267 957 euros, referente ao cálculo dos encargos com pensões e respetivos juros de mora com trabalhadores oriundos de outros serviços do Estado, que nos são imputados, mas que não são aceites pela APDL.

O processo de execução fiscal foi já impugnado pelos nossos advogados e para efeitos de suspensão da execução foi dada como garantia de pagamento um prédio urbano em Leça da Palmeira, registado na Conservatória do Registo Predial de Matosinhos com o n.º 02451/110402, onde estão instalados os nossos Serviços de Pilotagem.

20.2. Garantias bancárias prestadas a terceiros

A APDL garante o cumprimento das suas obrigações perante as Instituições do Estado prestando as garantias bancárias que lhe são exigidas no âmbito de processos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a APDL prestou as seguintes garantias:

	2018	2017
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da empreitada de construção da VILPL – Via Interna de Ligação ao Porto de Leixões	64.355	64.355
Garantia bancária a favor de Direcção-Geral dos Impostos – Direção de Finanças de Matosinhos para caucionar o valor da dívida referente ao processo de execução fiscal n.º PEF 1821200701022873	-	-
Garantia bancária a favor da Caixa Geral de Aposentações para garantir o pagamento do valor remanescente da dívida	275.000	275.000
Garantia bancária a favor do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	9.129	9.129
Garantia bancária a favor do Juiz de Direito do Tribunal de Círculo e de Comarca de Matosinhos para caucionar o fundo indispensável ao pagamento de indemnização de parcelas de terreno expropriadas, no âmbito da "Ligação Rodoviária da Plataforma Principal do Porto de Leixões à Plataforma Logística de Leixões – Pólo I/Gonçalves."	265.983	265.983
Indemnizações por expropriações para Acesso Rodoviário Porto de Viana do Castelo	1.645.523	2.400.176
Total	2.259.990	3.014.643

21. Garantias prestadas por terceiros

21.1. Fornecedores

As cauções prestadas por fornecedores são exigidas como garantia da boa execução das empreitadas de obras públicas contratadas, mantendo-se em vigor até à receção definitiva das obras.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a APDL detinha as seguintes garantias:

	2018	2017
Garantias depósito	459.693	665.162
Apólices de seguro-caução	288.453	785.289
Garantias bancárias	10.633.656	10.317.661
Total	11.381.802	11.768.112

21.2. Clientes e outros devedores

As cauções prestadas por clientes e outros devedores garantem o cumprimento das suas obrigações perante a Autoridade Portuária que lhes emitiu as respetivas licenças para exercício da sua atividade nos portos do Douro e Leixões. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas eram como segue:

	2018	2017
Garantias bancárias	8.118.871	7.869.614
Apólices de seguro-caução	978.121	848.791
Garantias depósito	292.866	338.991
Garantias em numerário	371.023	301.911
Total	9.760.881	9.359.307

22. Locações

Política contabilística

As locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a APDL detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica *Financiamentos obtidos*. Os encargos financeiros incluídos na renda e o gasto de depreciação dos ativos locados são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período da locação.

22.1. Gastos reconhecidos no exercício

Os gastos com locações operacionais reconhecidos na rubrica *Fornecimentos e serviços externos* da demonstração dos resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

	2018	2017
Gastos do exercício	191.049	161.638

As locações operacionais respeitam a contratos de aluguer operacional de viaturas automóveis.

O montante dos futuros pagamentos mínimos nas locações operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

	2018	2017
Até 1 ano	197.207	108.724
Entre 1 e 5 anos	398.969	165.075
Total	596.176	273.799

23. Capital e reservas

23.1. Capital próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Conforme previsto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 335/98, de 3 de novembro, que transformou a APDL em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, o capital social foi fixado, por ajustamento, em 48.000.000 euros, no seguimento da avaliação patrimonial realizada em 1999.

Assim, o capital inicial de 4 181 000 contos fixado na data de constituição da Sociedade foi alterado por incorporação de parte da Reserva de Avaliação e redenominado em euros, por Deliberação Unânime do Acionista em 21 de março de 2001.

O capital social era então constituído por 9 600 000 ações, de valor nominal de 5 euros cada.

Em 28 de março de 2008, por Deliberação unânime do Acionista, o capital social foi aumentado no montante de 3 035 000 euros, realizado em dinheiro e totalmente subscrito pelo Acionista único (DGTF - Direção Geral do Tesouro e Finanças, representante do Estado Português).

Após o referido aumento, o capital social foi fixado em 51 035 000 euros e passou a ser constituído por 10 207 000 ações, de valor nominal de 5 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 o capital é detido na sua totalidade pela Direção Geral do Tesouro e Finanças.

O capital está totalmente realizado.

23.2. Reservas legais

De acordo com a legislação vigente e com os Estatutos da Empresa (artigo 20.º, n.º 1, a)), anualmente deverá ser transferido para a rubrica Reserva legal, pelo menos 10% do lucro apurado em cada período até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não pode ser distribuída ao Acionista a não ser em caso de liquidação da Empresa.

A reserva legal pode ser utilizada para incorporação no capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Reserva legal apresenta um saldo de 11 122 456 euros e não teve qualquer movimento.

23.3. Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a composição da rubrica *Outras reservas*, é a seguinte:

	Notas	2018	2017
Avaliação patrimonial do Porto de Leixões	1	123.821.252	123.821.252
Integração dos ativos:			
Porto de Viana do Castelo	2	1.615.391	1.615.391
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	3	3.195.668	3.195.668
Via Navegável do Douro	4	8.237.842	8.237.842
		13.048.901	13.048.901
Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016	5	4.682.657	4.682.657
Ativos das concessões:	6		
Resultados acumulados		11.736.781	12.032.329
Passivo por imposto diferido		(2.934.195)	(3.128.405)
		8.802.586	8.903.924
Reserva de Investimento	7	19.865.508	14.840.018
Total		170.220.904	165.296.752

Esta rubrica é constituída pelas seguintes reservas:

1. Avaliação patrimonial do Porto de Leixões

Relativo à avaliação patrimonial referida na Nota 5 (ativos dos portos do Douro e Leixões), aquando da constituição da Empresa em 1998. Durante os exercícios de 2018 e de 2017, esta reserva não registou qualquer movimento. Esta reserva não é distribuível, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital social ou para absorver resultados transitados negativos.

2. Integração de Viana do Castelo

No final do exercício de 2014, foi elaborado um projeto de fusão da Administração do Porto de Viana do Castelo, S.A. (APVC) com a APDL, na modalidade prevista na alínea a) do n.º 4 do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais (fusão por incorporação). O registo definitivo da fusão ocorreu por escritura realizada em 7 de janeiro de 2015, produzindo efeitos fiscais e contabilísticos a 1 de janeiro de 2015. A APVC era uma subsidiária cujo capital era detido na totalidade pela APDL. Pelo facto da referida participação financeira se encontrar registada nas demonstrações financeiras da Empresa pelo método da equivalência patrimonial, a referida fusão não produziu impactos nos capitais próprios da APDL.

3. Integração dos ativos dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo

O Decreto-Lei n.º 98/2013, de 24 de julho, procedeu à afetação à APVC de determinadas parcelas de terreno que integram o património do Estado, assim como dos edifícios, infraestruturas e equipamentos neles implantados, tendo redefinido a área referente à concessão dominial atribuída à Sociedade Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A. (ENVC) e autorizou a alteração ao Contrato de Concessão, incluindo a autorização para a efetivação de uma nova subconcessão. Assim, em 10 de janeiro de 2014, foi celebrado um Contrato de Subconcessão da utilização privativa do domínio público e das áreas afetas à concessão dominial atribuída à sociedade ENVC com a West Sea – Estaleiros Navais, Lda. (West Sea). A subconcessão tem por objeto a utilização privativa de uma parcela de terreno que integra a área da concessão dominial, concessionada aos ENVC. De acordo com o referido contrato, revertem gratuitamente para a concedente, sem direito a indemnização, todos os bens que integram o estabelecimento da subconcessão.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, relativo à incorporação da Via Navegável do Douro na Empresa, incorporou, também, as alterações decorrentes do processo de fusão, por incorporação da APVC na APDL, ocorrido nos termos do Código das Sociedades Comerciais, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015. De acordo com o n.º 4 do artigo 3.º do referido decreto-lei, pertence à APDL a universalidade dos bens e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integravam a esfera jurídica da APVC, afetos ou que dizem respeito ao porto de Viana do Castelo, designadamente os imóveis constantes da relação que constitui o Anexo I do supra decreto-lei, nomeadamente os bens afetos à concessão aos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A..

Em 1 de setembro de 2015, o contrato de subconcessão referido acima foi alterado, em consequência da dissolução dos ENVC, pelo que a relação concessionária no tocante a todos os direitos e obrigações de ambas as partes passou a ser estabelecida entre a APDL e a West Sea.

Em função do referido acima, a APDL reconheceu nas suas demonstrações financeiras os ativos fixos tangíveis dos ENVC, os quais, pelo facto de não se relacionarem com a atividade portuária, gerando apenas uma renda anual definida no contrato de concessão, foram contabilisticamente registados como Propriedades de Investimento, por um valor de 3.195.668 euros, por contrapartida da rubrica do capital próprio, *Outras reservas*. Esta avaliação foi efetuada na ótica do rendimento por um perito independente e credenciado para o efeito.

4. Integração da Via Navegável do Douro

O Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio procedeu à atribuição à APDL da jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres necessárias à exploração da via navegável do rio Douro, anteriormente atribuída ao Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I. P. (IPTM), cuja gestão transitória, nos termos do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.^{os} 44/2014, de 20 de março, e 77/2014, de 14 de maio, foi cometida ao Instituto da Mobilidade e Transportes, I. P. (IMT), transmitindo também para aquela sociedade a universalidade dos bens móveis e a titularidade dos direitos mobiliários e imobiliários que integram a esfera jurídica do IPTM, I. P., afetos a essa jurisdição.

Entre outros, o referido decreto-lei estabelece o seguinte:

- No prazo de seis meses, a contar da data de entrada em vigor, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e pela atividade portuária e do mar, deverão emitir despacho a identificar os bens que serão integrados na esfera jurídica da APDL; e

- No prazo de um ano, a contar da data de entrada em vigor, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da atividade portuária, deverão aprovar, através de despacho, a avaliação do património que, por força deste diploma, será integrado na APDL.

Para o registo dos ativos fixos tangíveis foram solicitadas avaliações dos mesmos a um avaliador independente devidamente acreditado. Foi utilizado como método de avaliação o custo de substituição depreciado. Aplicando a política contabilística seguida pela APDL no registo destes ativos não foram registados os terrenos de domínio público.

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, art.º 10.º, a avaliação do património transferido do IPTM para a APDL aguarda aprovação pelos responsáveis pelas áreas das finanças e da atividade portuária através de despacho.

Uma vez que a VND corresponde a uma unidade geradora de caixa (UGC) independente foram feitos testes de imparidade, realizados por um perito externo independente, aos ativos com base na estimativa dos fluxos de caixa futuros desta UGC, tendo-se concluído que os ativos não financeiros se encontravam em situação de imparidade total à data da integração. Para o efeito foi assim constituída uma perda por imparidade, reportada à data da integração, a qual foi registada por contrapartida da reserva de integração. Nesta data foram ainda apurados os ativos por impostos diferidos sobre a imparidade dos ativos fixos tangíveis.

5. Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016

Reserva constituída pela adesão ao regime de reavaliação fiscal consagrado no Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro (ver Nota 33.3).

A reserva não é distribuível enquanto os respetivos resultados não forem realizados. A realização ocorre pela amortização da reserva de reavaliação fiscal que decorrerá nos exercícios de 2018 a 2025.

6. Ativos das concessões

A quantia de 8 903 923 euros (2017: 7 824 569 euros) refere-se ao rendimento reconhecido deduzido das amortizações praticadas pela APDL até ao final do exercício precedente ao das demonstrações financeiras do exercício em análise, na sequência da adoção da política contabilística relativa ao reconhecimento de ativos por reversão gratuita no final dos contratos de concessão de serviço público ou de uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária.

Esta reserva não é distribuível e a quantia escriturada é o montante líquido do correspondente imposto diferido passivo (ver Nota 33.3).

7. Reserva de Investimento

A necessidade de manter uma estrutura financeira sustentável na APDL, pela contenção do nível de recurso a capital alheio no financiamento do arrojado plano de investimentos, conduz ao reforço da Reserva de Investimento.

Esta reserva foi constituída com base na proposta de aplicação de resultados do exercício de 2014 e foi reforçada nos exercícios subsequentes pela aplicação dos resultados desses exercícios.

24. Resultados transitados

Os resultados transitados resultam de resultados gerados em exercícios anteriores. Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 analisam-se como segue:

	Notas	2018	2017
Saldo inicial		65.815.090	65.801.556
Transferência do resultado líquido do exercício anterior		7.225.490	8.924.446
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior:	1		
Distribuição de dividendos	2	(2.200.000)	(3.000.000)
Reforço da reserva Ativos das concessões		-	(1.092.889)
Reserva de reavaliação fiscal DL 66/2016		-	(4.682.657)
Reforço da reserva de Investimento		(5.025.490)	(148.900)
Outros movimentos	3	101.338	13.534
Saldo final		65.916.428	65.815.090

1. Aplicação do resultado líquido do exercício anterior

A aplicação do resultado líquido do exercício de 2017 foi aprovada pelo Acionista na Assembleia Geral realizada em 4 de junho de 2018.

2. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Empresa é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras do período em que os dividendos são aprovados pelo acionista.

3. Outros movimentos

A quantia de 101 338 euros é referente ao ajustamento negativo da reserva Ativos das concessões pelo resultado apurado em 2017.

24.1. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração da APDL elaborou a seguinte proposta de aplicação do resultado apurado no exercício de 2018:

Resultado líquido do exercício	7.062.138,50
Aplicação do resultado:	
Reserva de investimento	7.062.138,50

25. Ajustamentos e outras variações no capital próprio

As quantias registadas nesta rubrica em 31 de dezembro de 2018 e 2017 têm a seguinte composição:

	Saldo em 01/01/2017	Movimentos em 2017	Saldo em 31/12/2017	Movimentos em 2018	Saldo em 31/12/2018
Subsídios	59.236.653	(2.657.314)	56.579.339	(3.156.527)	53.422.812
Ganhos atuariais:					
Quantia bruta	11.205.270	159.710	11.364.980	587.313	11.952.293
Imposto diferido	(2.913.370)	72.125	(2.841.245)	(27.305)	(2.868.550)
	8.291.900	231.835	8.523.735	560.008	9.083.743
Total	67.528.553	(2.425.479)	65.103.074	(2.596.519)	62.506.555

1. Subsídios

Ver Nota 26.

2. Ganhos atuariais

Ganhos atuariais resultantes do estudo atuarial dos benefícios pós-emprego (ver Nota 19.3).

3. Ganhos atuariais – imposto diferido

Imposto diferido sobre os ganhos atuariais acumulados (ver Nota 33.3).

26. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Política contabilística

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou de outras entidades apenas quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica do capital próprio *Outras variações no capital próprio* sendo subsequentemente imputados aos rendimentos do período na rubrica *Outros rendimentos* de acordo com os gastos de depreciação e amortização dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica *Subsídios e outros apoios das entidades públicas* tem a seguinte composição:

	2018	2017
Subsídios reconhecidos	83.982.531	86.188.273
Imparidade	(14.917.791)	(11.878.321)
Imposto diferido e ajustamento	(15.641.928)	(17.730.613)
	53.422.812	56.579.339

26.1. Subsídios reconhecidos

Os movimentos realizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 relativos aos subsídios reconhecidos foram os seguintes:

	2018	2017
Saldo inicial	86.188.273	88.260.508
Movimentos:		
Reconhecimento	4.893.812	5.409.742
Desreconhecimento	(322)	(1.082)
	4.893.490	5.408.660
Imputação aos rendimentos do exercício:		
Subsídios à exploração	(1.797.852)	(2.143.338)
Imputação a rendimentos	(5.349.815)	(5.337.557)
Correções a períodos anteriores	48.435	-
	(7.099.232)	(7.480.895)
Saldo final	83.982.531	86.188.273

26.2. Imparidade

Pelo facto de ter sido reconhecida uma perda por imparidade (ver Nota 8) nos ativos fixos tangíveis e intangíveis das UGC, Porto de Viana do Castelo e Via Navegável do Douro, foi também reconhecido no exercício um rendimento / (gasto) proporcional à perda / (reversão da perda) por imparidade alocada aos bens subsidiados dessas unidades.

	2018	2017
Saldo inicial	11.878.321	9.224.612
Movimento no período	3.039.470	2.653.709
Saldo final	14.917.791	11.878.321

26.3. Imposto diferido e ajustamento

Segundo o §12 da NCRF 22 – Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo – os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos no capital próprio, na rubrica *Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio*, devendo ser imputados, numa base sistemática, como rendimento, durante os períodos necessários para balancearem-nos com os gastos relacionados que pretende que se compensem.

Contudo, a existência de subsídios atribuídos à Empresa não traduz um aumento do capital próprio absoluto, uma vez que os mesmos são sujeitos a tributação. Consequentemente, a quantia contratualizada com a entidade gera um enriquecimento da mesma quanto à parcela líquida de imposto e, também, a necessidade de efetuar o reconhecimento do passivo fiscal que lhe está associado, o qual vai sendo revertido na proporção do subsídio reconhecido como rendimento no período.

Na sequência do esclarecimento da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), de 13 de abril de 2013, o efeito fiscal futuro dos subsídios ao investimento em ativos depreciáveis, é deduzido ao montante de subsídios evidenciado nos capitais próprios, por contrapartida de um passivo - Outras contas a pagar.

O imposto diferido dos subsídios sobre terrenos é reconhecido numa base sistemática durante os primeiros dez anos após o seu recebimento sendo o primeiro o do recebimento do subsídio (ver Nota 33.3).

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

	2018	2017
Saldo inicial:		
Ajustamento por imposto diferido	17.321.150	19.242.742
Imposto diferido	409.463	556.500
	17.730.613	19.799.242
Movimentos:		
Ajustamento por imposto diferido	(1.951.697)	(1.921.592)
Imposto diferido	(136.988)	(147.037)
	(2.088.685)	(2.068.629)
Saldo final:		
Ajustamento por imposto diferido	15.369.453	17.321.150
Imposto diferido	272.475	409.463
	15.641.928	17.730.613

26.4. Subsídios à exploração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Empresa reconheceu os seguintes subsídios à exploração:

	2018	2017
PIDDAC	1.791.072	973.072
DIW 2020	-	995.663
Projetos Atlantis e *e-Impact*	-	139.785
Outros subsídios á exploração	6.780	34.818
	1.797.852	2.143.338

27. Rédito

Política contabilística

O rédito corresponde aos rendimentos obtidos no decurso das atividades normais da Empresa. Os rendimentos correspondem ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados e às vendas de materiais. O rédito é registado pelo montante líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos. A data de reconhecimento é a data de entrega dos materiais ou a data de conclusão das prestações de serviços.

Os juros são reconhecidos pelo recurso ao método do juro efetivo e apenas quando for provável que as quantias serão efetivamente recebidas.

Os réditos reconhecidos nos exercícios findos em 31 dezembro de 2018 e 2017 foram os seguintes:

	2018	2017
Vendas e prestações de serviços	54.070.518	50.390.845
Rendimentos suplementares	533.006	544.641
Rendimentos das propriedades de investimento	434.391	444.093
Juros e rendimentos similares obtidos	9.054	73.782
Total	55.046.969	51.453.361

27.1. Vendas e prestações de serviços

As prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na Introdução a este anexo (Nota 1) e foram como segue nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Serviços ao navio	16.031.503	15.104.112
Serviços à carga	1.469.501	1.133.057
Concessões:		
Terminal Petroleiro	6.076.403	6.085.823
Terminal de Contentores	17.108.948	16.253.349
Terminal de Carga Geral e Granéis Sólidos	2.616.655	2.970.190
Outras concessões	1.899.131	1.836.529
Fornecimentos e serviços diversos	4.654.518	4.377.543
Gestão dominial	2.356.366	1.802.430
Plataforma logística	1.857.493	827.812
Total	54.070.518	50.390.845

27.2. Rendimentos suplementares

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 os rendimentos suplementares apresentam a seguinte composição:

	2018	2017
Serviços sociais	84.203	83.137
Formação, aluguer de instalações e outros	306.402	265.969
Outros rendimentos suplementares	142.401	195.535
	533.006	544.641

1. Serviços sociais

Rendimentos obtidos da Cantina e Obras Sociais.

2. Outros rendimentos suplementares

Rubrica composta pelas receitas de multas contratuais, juros de mora debitados a clientes e outros rendimentos.

28. Outros rendimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica apresenta a seguinte composição:

		2018	2017
Rendimentos suplementares	1	533.005	544.641
Descontos de pronto pagamento obtidos		1.597	17.806
Outras participações financeiras	2	32.633	-
Rendas das propriedades de investimento		434.391	444.093
Ganhos com a alienação de ativos fixos tangíveis		241	3.150
Subsídios ao investimento	3	5.349.815	5.337.557
Subsídios ao investimento - Imparidade	3	3.039.470	2.653.709
Ativos das concessões	4	2.756.811	2.266.655
Outros rendimentos	5	207.487	325.939
		12.355.450	11.593.550

1. Rendimentos suplementares

Os componentes desta rubrica são apresentados na Nota 27.2.

2. Outras participações financeiras

Rendimento obtido pela liquidação da APOR (ver Nota 9).

3. Subsídios ao investimento e Subsídios ao investimento - Imparidade

Ver Nota 26.2.

4. Ativos das concessões

Ver Nota 16.2.

5. Outros rendimentos

Rubrica composta pelas receitas de multas contratuais, juros de mora debitados a clientes e outros rendimentos.

29. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos realizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é como segue:

	2018	2017
Subcontratos	765.538	791.178
Serviços especializados	6.896.791	6.418.145
Materiais	121.591	107.197
Energia e fluidos	2.517.303	2.324.207
Deslocações e estadas	81.088	108.671
Serviços diversos	1.838.224	1.839.440
Total	12.220.535	11.588.838

30. Gastos com o pessoal

A rubrica *Gastos com o pessoal* tem a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais	368.907	302.098
Remunerações do pessoal	10.780.338	10.316.100
Benefícios pós-emprego	166.906	161.775
Pensões	10.402	22.862
Encargos sobre remunerações	2.534.205	2.414.617
Seguros	152.316	152.626
Gastos de ação social	412.992	314.131
Outros gastos	182.455	198.842
Total	14.608.521	13.883.051

O número médio de trabalhadores da APDL nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 eram os seguintes:

	2018	2017
Número médio de trabalhadores	256	255

1. Remunerações do pessoal chave da gestão

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os gastos com o pessoal de gestão e fiscalização foram os seguintes:

	2018	2017
Conselho de Administração	305.094	239.530
Conselho Fiscal	45.721	45.287
Revisor Oficial de Contas	15.600	15.600
	366.415	300.417

2. Pensões

A rubrica *Pensões* é relativa ao montante de pensões suportado pela APDL relativo a funcionários aposentados. Entre o momento em que a aposentação é aprovada pela Caixa Geral de Aposentações e o momento em que esta passa a ser processada pela referida entidade, o gasto é suportado pela APDL.

31. Outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica *Outros gastos* tem a seguinte composição:

		2018	2017
Comparticipação AMT/DGRM	1	2.215.002	2.135.761
Impostos e taxas	2	128.149	63.669
Perdas em investimentos	3	418.105	530.071
Correções relativas a períodos anteriores		49.577	3.461
Donativos		182.798	141.726
Quotizações		116.891	53.283
Outros	4	30.167	222.035
Total		3.140.689	3.150.006

1. Comparticipação para AMT e DGRM

Comparticipação de 5% das receitas de exploração portuária, exceto serviços de pilotagem, a favor das entidades referidas e na seguinte forma:

- 3% a favor da DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, de acordo com o estipulado na Portaria n.º 184/2013, de 16 de maio, e;
- 2% a favor da AMT - Autoridade da Mobilidade e dos Transportes, em conformidade com o consagrado no Decreto-Lei n.º 78/2014, de 14 de maio.

2. Impostos e taxas

Os *Impostos e taxas* são constituídos pelos seguintes itens:

- Imposto Único de Circulação (IUC);
- IVA não dedutível;
- Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI);
- Outras taxas aplicadas por entidades públicas.

3. Perdas em investimentos

Os factos mais relevantes são os seguintes:

- Desreconhecimento de ativos das concessões no montante de 379.109 euros, e;
- Desreconhecimento de investimentos em curso no montante de 37.550 euros.

4. Outros

A rubrica *Outros* inclui em 2017, os encargos com multas contratuais suportadas pela APDL no montante de 184 558 euros.

32. Gastos de depreciação e amortização

A rubrica *Gastos/reversões de depreciação e de amortização* tem a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	2018	2017
Ativos fixos tangíveis	19.859.419	19.701.158
Propriedades de investimento	201.723	201.723
Ativos intangíveis	4.667.988	3.699.817
Total	24.729.130	23.602.698

As Notas 5.3, 6.1, e 7.3 apresentam o detalhe dos gastos de depreciação e amortização reconhecidos nos exercícios.

33. Imposto sobre o rendimento

Política contabilística

O imposto sobre o rendimento inclui o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base no resultado líquido, ajustado em conformidade com a legislação fiscal vigente à data das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é calculado com base nas diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa de imposto em vigor, ou outra taxa já conhecida, que se espera que esteja em vigor no período em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que exista razoável segurança de que serão gerados lucros futuros contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos são registados como gastos ou rendimentos do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em rubricas de capital próprio, situação em que o imposto diferido é registado na mesma rubrica que a transação que o originou.

Até ao final do exercício de 2014, a APDL encontrava-se sujeita ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades de acordo com a legislação em vigor (CIRC, artigo 69.º) desde 1 de janeiro de 2009. De acordo com este regime, a taxa de IRC era aplicada ao lucro tributável do grupo. A derrama municipal e a derrama estadual eram aplicadas individualmente. O pagamento do imposto (autoliquidação e pagamentos antecipados) era feito pela APDL.

A partir de 1 de janeiro de 2015, cessou a aplicação deste regime, como consequência da fusão, por incorporação, da APVC na APDL.

As declarações anuais de rendimentos encontram-se sujeitas a revisão e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos. No caso de serem apresentados prejuízos fiscais, as declarações de rendimento podem ser sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais até ao período em que os mesmos possam ser utilizados. Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas ao imposto sobre o rendimento registado nas demonstrações financeiras.

33.1. Quantias reconhecidas no resultado

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018		2017	
Resultado antes de impostos	10.191.652		9.772.665	
Imposto corrente	349.314		654.851	
Imposto diferido, excluindo o efeito da alteração da taxa	1.908.089		798.802	
Imposto sobre o rendimento do período (1)	2.257.403	22,1%	1.453.653	14,9%
Imposto diferido - efeito da alteração da taxa	872.111		1.093.522	
Imposto sobre o rendimento do período (2)	3.129.514	30,7%	2.547.175	26,1%

33.2. Imposto corrente

O detalhe do imposto corrente é como segue:

	Notas	2018	2017
Resultado antes de imposto		10.191.652	9.772.665
Taxa de IRC	1	23,99%	24,88%
Encargo teórico com o imposto sobre o rendimento		2.445.379	2.431.180
Acréscimos e deduções de imposto:			
Outras variações patrimoniais		120.578	125.017
Ativos das concessões		82.322	73.524
Mais-valias não tributadas		44.297	45.928
Benefícios pós-emprego		(132.621)	(153.983)
Provisões para processos judiciais		(17.511)	(6.512)
Perdas por imparidade - ativos não correntes		(618.760)	(711.292)
Perdas por imparidade - contas a receber		4.328	(12.368)
Reserva fiscal de reavaliação DL 66/2016		(1.241.458)	-
Outros acréscimos de imposto		30.369	6.415
Tributação autónoma		73.667	33.490
Gasto por impostos correntes		790.590	1.831.399
Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores	2	(441.276)	(1.176.548)
Imposto corrente		349.314	654.851

1. Taxa de impostos sobre o rendimento

A taxa efetiva de impostos sobre o rendimento apurada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018	2017
Resultado antes de impostos	10.191.652	9.772.665
Ajustamentos à matéria coletável	-7.203.719	-2.545.568
Lucro tributável (LT)	2.987.933	7.227.097
Impostos sobre o rendimento (IR) (exclui Tributação autónoma)	716.923	1.797.910
Taxa de imposto corrente (IR / LT)	23,99%	24,88%

As taxas de impostos sobre o rendimento em vigor em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são as seguintes:

	2018	2017
Taxa de IRC	21,00%	21,00%
Derrama municipal (sobre o lucro tributável)	1,50%	1,50%
Derrama estadual (sobre o lucro tributável):		
Até 1,5 M€	0,00%	0,00%
Entre 1,5 M€ e 7,5 M€	3,00%	3,00%

2. Ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores:

	2018	2017
Benefícios fiscais – SIFIDE (i)	(442.300)	(824.168)
Insuficiência/ (Excesso) de estimativa de impostos	1.024	(352.380)
	(441.276)	(1.176.548)

i. Benefícios fiscais - SIFIDE

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Empresa suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), suscetíveis de serem elegíveis para efeitos do SIFIDE previsto no Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de setembro, o qual foi republicado pelo Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 de junho (Código Fiscal ao Investimento).

Neste sentido, a Empresa encontra-se a preparar a candidatura a dirigir à Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais ao I&D Empresarial, de forma a obter a declaração comprovativa de que as atividades realizadas correspondem efetivamente a ações de I&D enquadráveis no SIFIDE.

Caso o referido pedido seja deferido pelas entidades competentes, a Empresa terá a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta de IRC que, para efeitos do disposto no artigo 39.º do Código Fiscal ao Investimento, se estima não vir a exceder a média do montante apurado nos últimos exercícios.

Relativamente ao exercício de 2017 a APDL suportou despesas de investigação e desenvolvimento (I&D), elegíveis para efeitos do SIFIDE e submeteu o requerimento para o reconhecimento de crédito fiscal de 442 300 euros que foi aprovado e será reembolsado.

3. Reavaliação fiscal DL 66/2016

O Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro, é um regime facultativo de reavaliação fiscal do ativo fixo tangível e propriedades de investimento. Este regime permitiu reavaliar os ativos de investimentos elegíveis conforme as regras determinadas no diploma legal. O montante da reserva fiscal apurada foi tributado à taxa autónoma especial de 14% e foi pago em três prestações, em 15 de dezembro dos anos 2016, 2017 e 2018. Em contrapartida, a reserva de reavaliação será deduzida aos lucros fiscais dos exercícios de 2018 a 2025.

Pagamento do imposto

O montante de imposto apurado a pagar ou a receber nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018	2017
Imposto corrente estimado	790.590	1.831.400
Menos: Pagamentos por conta	(1.566.925)	(1.240.787)
Menos: Retenções na fonte	(5.114)	(21.904)
Saldo corrente a pagar / (a receber)	(781.449)	568.709

Os montantes de imposto pago ou recebidos ou pagos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram os seguintes:

	2018	2017
Reembolso de IRC de exercícios anteriores		(1.998.895)
Pagamento de IRC 2017	569.7342	-
Tributação autónoma especial - Reavaliação fiscal DL 66/2016	1.821.033	1.821.033
Pagamentos antecipados	1.566.925	1.240.787
Retenções na fonte	5.113	21.904
Pagamento/ (recebimento) de imposto	3.962.805	1.084.829

33.3. Imposto diferido

As taxas de imposto sobre o rendimento são estimadas anualmente com base nos planos de atividades e orçamento e de acordo com as leis fiscais em vigor e regras de apuramento do resultado fiscal na data de aprovação das contas.

Das estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2018, a Empresa apurou as seguintes taxas de impostos sobre o rendimento para os impostos diferidos:

- 25,50% (25,50% em 2017) aplicável ao ativo por imposto diferido da reserva de reavaliação fiscal do Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro, tendo em conta a majoração fiscal prevista no artigo 8.º, §3 do referido diploma.
- 24% (25% em 2017) para todos os outros ativos e passivos por imposto diferido.

As tabelas seguintes resumem os saldos e movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e o impacto no capital e nos resultados pela alteração da base do imposto e da alteração da taxa de imposto.

Ativos por impostos diferidos

Nos exercícios de 2018 e 2017, os movimentos ocorridos nos ativos por impostos diferidos foram como segue:

2018	Imparidade em ativos fixos	Reserva de reavaliação DL 66/2016	Imparidade em contas a receber	Benefícios pós-emprego	Total
	1	2	3	4	
Em 1 de janeiro de 2018	20.266.245	9.950.646	22.222	2.417.565	32.656.678
Movimentos em 2018:					
Reforço / (Reversão) por resultados:					
Por alteração da base	(644.705)	(1.250.599)	(6.532)	(138.182)	(2.040.018)
Por alteração na taxa de imposto	(784.862)	-	(627)	(204.825)	(990.314)
	(1.429.567)	(1.250.599)	(7.159)	(343.007)	(3.030.332)
Reforço / (Reversão) por capitais:					
Por alteração da base	-	-	-	(146.828)	(146.828)
Por alteração na taxa de imposto	-	-	-	119.523	119.523
	-	-	-	(27.305)	(27.305)
Em 31 de dezembro de 2018	18.836.678	8.700.047	15.063	2.047.253	29.599.041

2017	Imparidade em ativos fixos	Reserva de reavaliação DL 66/2016	Imparidade em contas a receber	Benefícios pós-emprego	Total
	1	2	3	4	
Em 1 de janeiro de 2017	21.820.286	10.145.757	42.432	2.716.724	34.725.199
Movimentos em 2017:					
Reforço / (Reversão) por resultados:					
Por alteração da base	(743.391)	-	(19.321)	(160.932)	(923.644)
Por alteração na taxa de imposto	(810.650)	(195.111)	(889)	(210.352)	(1.217.002)
	(1.554.041)	(195.111)	(20.210)	(371.284)	(2.140.646)
Reforço / (Reversão) por capitais:					
Por alteração da base	-	-	-	(41.525)	(41.525)
Por alteração na taxa de imposto	-	-	-	113.650	113.650
	-	-	-	72.125	72.125
Em 31 de dezembro de 2017	20.266.245	9.950.646	22.222	2.417.565	32.656.678

1. Imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis

O ativo por imposto diferido relativo à imparidade em ativos fixos tangíveis e intangíveis refere-se às imparidades registadas pelas unidades geradoras de caixa PVC e VND.

2. Reserva de reavaliação DL 66/2016

Ativo por imposto diferido relativo à reserva de reavaliação fiscal consagrada no Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro, cuja amortização fiscal se iniciou neste exercício de 2018 e terminará no exercício de 2025.

3. Imparidade em contas a receber

De acordo com o disposto no CIRC, as imparidades em contas a receber não são totalmente dedutíveis no exercício em que são reconhecidas em gastos, pelo que se constituiu o correspondente ativo por imposto diferido.

4. Benefícios pós-emprego

Os gastos com benefícios pós-empregos são reconhecidos nas contas com base em estudos atuariais realizados por atuários independentes mas não são dedutíveis fiscalmente. A respetiva dedução fiscal ocorrerá no exercício do seu efetivo pagamento.

O ativo por imposto diferido reflete-se no resultado do exercício pelos movimentos ocorridos exceto os movimentos decorrentes dos ganhos e perdas atuariais que se refletem na rubrica do capital próprio, *Outras variações no capital próprio.* Assim, o ativo por imposto diferido relativo aos benefício pós-emprego é constituído por:

- Imposto diferido pela responsabilidade estimada antes do ajustamento dos ganhos atuariais acumulados, e;
- Imposto diferido reconhecido na rubrica do capital próprio, *Outras variações no capital próprio* pelo montante dos ganhos atuariais acumulados.

Passivos por impostos diferidos

Os movimentos ocorridos na rubrica de passivos por impostos diferidos nos exercícios de 2018 e 2017 são como se segue:

2018	Mais-valias não tributadas	Subsídios ao investimento	Ativos das concessões	Total
	1	2	3	
Em 1 de janeiro de 2018	152.807	409.463	2.934.195	3.496.465
Movimentos em 2018:				
Reforço / (Reversão) por resultados:				
Por alteração da base	(46.155)	-	(85.774)	(131.929)
Por alteração na taxa de imposto	(4.266)	-	(113.937)	(118.203)
	(50.421)	-	(199.711)	(250.132)
Reforço / (Reversão) por capitais:				
Por alteração da base	-	(125.635)	-	(125.635)
Por alteração na taxa de imposto	-	(11.353)	-	(11.353)
	-	(136.988)	-	(136.988)
Em 31 de dezembro de 2018	102.386	272.475	2.734.484	3.109.345

2017	Mais-valias não tributadas	Subsídios ao investimento	Ativos das concessões	Total
	1	2	3	
Em 1 de janeiro de 2017	206.919	556.500	3.053.299	3.816.718
Movimentos em 2017:				
Reforço / (Reversão) por resultados:				
Por alteração da base	(48.000)	-	(1.736)	(49.736)
Por alteração na taxa de imposto	(6.112)	-	(117.368)	(123.480)
	(54.112)	-	(119.104)	(173.216)
Reforço / (Reversão) por capitais:				
Por alteração da base	-	(130.659)	-	(130.659)
Por alteração na taxa de imposto	-	(16.378)	-	(16.378)
	-	(147.037)	-	(147.037)
Em 31 de dezembro de 2017	152.807	409.463	2.934.195	3.496.465

1. Mais-valias não tributadas

De acordo com o regime fiscal em vigor até ao exercício de 2002, as mais-valias obtidas com a alienação de ativos fixos reinvestidas na obtenção de novos ativos fixos, eram tributadas de acordo com a amortização ou depreciação dos itens de investimento em que os valores realizados eram reinvestidos pelo que se reconhece o passivo por imposto diferido. A amortização do passivo terminará no exercício de 2021.

2. Subsídios ao investimento

O imposto diferido passivo relativo a subsídios ao investimento reconhecido nas demonstrações financeiras da Empresa refere-se a subsídios recebidos para a aquisição de terrenos. De acordo com as regras fiscais, estes subsídios são acrescidos à matéria coletável durante 10 anos em frações iguais. A amortização do passivo terminará no exercício de 2023.

3. Ativos das concessões

Procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorrerá na data da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual do resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorrerá no período de tributação em que o direito de reversão for exercido, ou seja, no final do contrato de concessão. De acordo com as condições em vigor dos contratos de concessão, o término dos vários contratos ocorrerá nos anos de 2030 a 2032.

Impacto da alteração da taxa de imposto

Conforme referido (ver Nota 33.2) a Empresa reviu em 31 de dezembro de 2018 a taxa de imposto sobre o rendimento esperada aplicável aos ativos e passivos por imposto diferido. Da redução apurada na taxa de imposto, resultou o seguinte impacto nas contas:

	Resultados	Capital próprio	Total
Ativos por imposto diferido	(990.314)	119.523	(870.791)
Passivos por imposto diferido	118.203	11.353	129.556
Total	(872.111)	130.876	(741.235)

Sensibilidade à variação da taxa de imposto

A tabela seguinte apresenta o impacto nas contas pela eventual alteração de ±1% na taxa de imposto dos ativos e passivos por imposto diferido:

Bases de imposto	Resultados	Capital
Ativos	133.149.262	(11.952.294)
Passivos	(11.820.293)	(1.135.313)
Total da base	121.328.969	(13.087.607)
Variação de +1% na taxa de imposto	1.213.290	(130.876)
Variação de -1% na taxa de imposto	(1.213.290)	130.876

34. Encargos de caráter ambiental

Política contabilística

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a Empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de caráter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis, desde as referentes à minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de caráter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de caráter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de caráter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

34.1. Movimentos no exercício

Os dispêndios de carácter ambiental, capitalizados ou imputados a resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram como segue:

	2018		2017	
	Gastos do período	Dispêndios capitalizados	Gastos do período	Dispêndios capitalizados
Estrutura autoportante na Doca 2 Sul	-	374.178	-	512.568
Drenagem de terraplenos	-	162.320	-	33.300
Proteção anti-gaivotas	-	7.100		
Cortinas de contentores	-	-	-	30.000
Estação móvel de análise de partículas	-	-	-	50.900
Cortina Arbórea Doca 2Sul	-	-	-	60.705
Materiais e serviços externos	38.983	-	113.482	-
Depreciações de equipamentos	38.131	-	41.465	-
Totais	77.114	543.598	154.947	687.473

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não se encontra registado nas demonstrações financeiras qualquer passivo de caráter ambiental, nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem nessa data obrigações ou contingências, legais ou construtivas, provenientes de acontecimentos passados, de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

35. Eventos subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 24 de maio de 2019, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 1. Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados nesta Nota. Não são conhecidos outros eventos posteriores a 31 de dezembro de 2018 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2018.

O Contabilista Certificado,

Assinado por : **ANTÓNIO JORGE PEREIRA MOREIRA**
Num. de Identificação: BI077186303
Data: 2019.05.31 10:16:34 Hora de Verão de GMT

CARTÃO DE CIDADÃO

GRELHA DE VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
I	**Síntese (Sumário Executivo)**	X		X		4	
II	**Missão, Objetivos e Politicas**						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a entidade.	X		X		4	
2.	Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X		5	
3.	Indicação dos fatores críticos de sucesso de que dependem os resultados da empresa	X		X		6	
4.	Evidenciação da atuação em conformidade com as orientações definidas pelos ministérios setoriais	X		X		7	
III	**Estrutura de Capital**						
1.	Estrutura de capital	X		X		7	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações.	X		X		7	
3.	Acordos parassociais.	X				7	Não existem
IV	**Participações Sociais e Obrigações detidas**						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Entidade) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	X		X		7	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como da participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	X		X		8	
3.	Indicação do número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	X				8	Não aplicável
4.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a entidade.	X				8	Não aplicável
V	**Órgãos Sociais e Comissões**						
A.	**Modelo de Governo**						

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
1.	Identificação do modelo de governo adotado.	X		X		8	
B.	**Mesa da Assembleia Geral**						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	X		X		8	
2.	Identificação das deliberações acionistas.	X				9	Não aplicável
C.	**Administração e Supervisão**						
1.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	X		X		9	
2.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos.	X		X		9	
3.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	X				10	Não aplicável
4.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		10	
5.	Declaração de cada um dos membros do órgão de administração ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à IGF, de quaisquer participações patrimoniais que detenham na entidade.	X				13	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas.	X				13	Não aplicável
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	X		X		13	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	X		X		18	
D.	**Fiscalização**						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato,	X		X		19	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
	número de membros efetivos e suplentes.						
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X		19	
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	X		X		20	
4.	Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para contratação de auditor externo	X		X		23	
5.	Outras funções dos órgãos de fiscalização	X		X		23	
6.	Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes	X		X		23	
7.	Funcionamento da fiscalização.	X		X		23	
E.	**Revisor Oficial de Contas**						
1.	Identificação do ROC, SROC.	X		X		24	
2.	Indicação das limitações, legais e outras.	X		X		24	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da entidade/grupo.	X		X		24	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à entidade.	X		X		25	
F.	**Conselho Consultivo**						
1.	Composição	X				25	Não aplicável
G.	**Auditor Externo**						
1.	Identificação.	X				25	Não aplicável
2.	Política e periodicidade da rotação.	X				25	Não aplicável
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.	X				25	Não aplicável
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.	X				25	Não aplicável
VI.	**Organização Interna**						
A.	**Estatutos e Comunicações**						

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
1.	Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da entidade.	X		X		26	
2.	Meios e Política de comunicação de irregularidades.	X		X		26	
3.	Indicação das políticas antifraude adotadas.	X		X		26	
B.	**Controlo interno e gestão de riscos**						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	X		X		27	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou Sistema de Gestão e Controlo RIsco.	X		X		28	
3.	Principais medidas adotadas na política de risco.	X		X		28	
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	X		X		29	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	X		X		29	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	X		X		30	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	X		X		33	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na entidade.	X		X		34	
C.	**Regulamentos e Códigos**						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	X		X		35	
2.	Existência Código de Ética.	X		X		43	
3.	Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas para prevenir fraudes internas e externas, assim como a identificação das ocorrências e as medidas tomadas para a sua mitigação	X		X		43	
D.	**Deveres Especiais de Informação**						
1.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de informação a que a entidade se encontra sujeita	X		X		44	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
2.	Indicação da plataforma utilizada para cumprimento dos deveres de transparência a que a entidade se encontra sujeita	X		X		45	
E.	**Sítio de Internet**						
1.	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	X		X		45	
F.	**Prestação de Serviço Público ou de Interesse Geral**						
1.	Referência ao contrato celebrado com a entidade pública que tenha confiado à entidade a prestação de um serviço público ou de interesse geral	X		X		46	
2.	Referência às propostas de contratualização da prestação de serviço público apresentadas ao titular da função acionista e ao membro do governo responsável pelo respetivo setor de atividade	X		X		46	
VII	**Remunerações**						
A.	**Competência para a Determinação**						
1.	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	X		X		47	
2.	Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses	X		X		47	
3.	Evidenciação ou menção de que resulte inequívoco o cumprimento por parte dos membros do órgão de administração que estes se abstêm de interferir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses	X		X		47	
B.	**Comissão de Fixação de Remunera.**						
	Composição.	X		X		47	
C.	**Estrutura das Remunerações**						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	X		X		48	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	X				49	Não aplicável
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	X				49	Não aplicável

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	X				49	Não aplicável
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	X				49	Não aplicável
6.	Regimes complementares de pensões.	X				49	Não existe qualquer situação deste tipo na empresa
D.	**Divulgação das Remunerações**						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	X		X		49	
2.	Montantes pagos, por outras entidades em relação de domínio ou de grupo.	X				50	Não aplicável
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	X				51	Não aplicável
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	X				51	Não aplicável
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da entidade	X		X		51	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	X		X		51	
VIII	**Transações com partes Relacionadas e Outras**						
1.	Informação sobre as transações com partes relacionadas	X				52	Não aplicável
2.	Informação sobre outras transações.	X		X		52	
IX	**Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental**						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	X		X		53	
2.	Políticas prosseguidas.	X		X		55	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:	X		X		57	
X	**Avaliação do Governo Societário**						
1.	Cumprimento das Recomendações	X		X		63	

	Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página	Observações
		SIM	Não	SIM	NÃO		
2.	Outras informações	X		X		63	
XI	**Anexos ao RGS**						
1.	Demonstração não financeira referente ao desempenho e evolução da sociedade quanto a questões ambientais, sociais e relativas aos trabalhadores, igualdade de género, não discriminação, respeito pelos direitos humanos, combate à corrupção e tentativas de suborno	X				65	Não aplicável
2.	Ata reunião do CA de aprovação do RGS	X		X		66	
3.	Relatório do CF	X		X		69	
4.	Declarações art.º 52º do RJSPE	X		X		74	
5.	Ata reunião da AG, DUE ou Despacho com a aprovação por parte dos titulares da função acionista dos documentos de prestação de contas	X		X		85	

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

1 – Objetivos de Gestão

O acionista Estado não fixou objetivos de gestão a atingir pelo Conselho de Administração da APDL para o mandato 2017-2019.

Apresenta-se a execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2018 (PAO 2018-2020) que foi submetido ao acionista, conforme o disposto no RJSPE, aprovado pelo DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, quanto aos princípios financeiros de referência, investimento, quadro de pessoal e nível de endividamento.

Indicadores Económicos

Indicadores Económicos	2018	
	Previsão	Real
V.A.B. (em 1 000 €)	41 427	43 171
Cash-Flow (em 1 000 €)	38 021	32 252
Margem EBITDA (em %)	75,83%	66,31%
Margem EBIT (em %)	15,66%	19,73%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (em %)	1,58%	1,92%
ROACE (em %)	1,38%	1,67%

V.A.B. = Produção – (Custo Mat. Primas Consumidas + F.S.E.)
(Produção = Rendimentos Operacionais)
Cash-Flow = Resultados Líquidos + Depreciações
EBITDA= Resultados Operacionais + Depreciações
Margem EBITDA = EBITDA / Prestação de Serviços
EBIT = Resultados Operacionais
Margem EBIT = EBIT / Prestação de Serviços
Rentabilidade dos Capitais Próprios = Resultados Líquidos/Capitais Próprios
ROACE = (EBIT – Imposto sobre o Rendimento)/ (Média do Ativo - Média do Passivo Corrente)

Indicadores Financeiros

Indicadores Financeiros	2018	
	Previsão	Real
Autonomia Financeira (Capital Próprio / Ativo Total)	0,79	0,79
Capacidade de Endividamento (Passivo Corrente / Passivo Total)	0,14	0,17
Solvabilidade (Capital Próprio / Passivo Total)	3,81	3.69
Liquidez (Ativo Corrente / Passivo Corrente)	4,13	3,98

Indicadores de Investimento

Indicadores de Investimento	2018		
	Previsão	Real	Grau de execução
Investimento total (em 1 000 €)	27.845	13.347	47,9%

Indicadores de Recursos Humanos

Quadro de pessoal	2018	
	Previsão	Real
Número total de RH (O.S.+ Dirigentes+ Efetivos)	283	263

O desvio verificado ficou a dever-se à previsão de contratações, que não chegaram a ocorrer.

Nível de Endividamento

Nível de Endividamento	2018	
	Previsão	Real
Endividamento total (em 1 000 €)	16 740	16 740

A APDL encerrou o exercício de 2018 com o Resultado Líquido de 7 milhões de euros. Contudo, a diminuição de alguns indicadores económicos e financeiros face à previsão constante do PAO 2018, resultou de factos de natureza operacional, dos quais destacamos a redução dos Outros ganhos operacionais, nomeadamente ao nível do reconhecimento da Reversão da imparidade dos subsídios aos investimentos associados às unidades de negócio deficitárias. Os indicadores de Rentabilidade melhoram relativamente à previsão devido ao bom resultado operacional registado, 20% acima da previsão, essencialmente pelo desempenho do porto de Leixões.

Não aplicável, atendendo que a APDL não integra o perímetro de consolidação das administrações públicas.

2 - Gestão do Risco Financeiro

A APDL não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão do risco financeiro.

Para os investimentos relevantes, atuais e futuros, a APDL recorre às fontes de financiamento:

- Subsídios comunitários para alavancar os seus investimentos;
- Fundos próprios resultantes da sua atividade de exploração;
- Linha de financiamento Banco Europeu de Investimento no valor de 40 milhões de euros, renegociado em 2017 (empréstimo inicial de 70 milhões de euros), cujo prazo de utilização terminou em maio de 2018, com apenas uma utilização de 20 milhões de euros, com uma taxa de juro fixa a 10 anos (2,54% ao ano).

Anos	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Encargos Financeiros (€)	0	109.953	555.722	565.500	555.500	565.389	535.361	515.336	483.698
Taxa Média de Financiamento	0,00%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%	2,74%

3 – Limite do Acréscimo do Endividamento

Quanto à taxa de variação do endividamento remunerado, identificada no quadro abaixo, foi calculada exclusivamente pela variação do endividamento, dado que não se verificaram quaisquer realizações de capital, pelo que os montantes do Financiamento Remunerado (FR):

Unid: euros

Passivo Remunerado	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Δ €	Δ %
Financiamentos obtidos								
Passivo não corrente	20 000 000	19 560 000	18 660 000	17 720 000	16 740 000	15 720 000	-1 020 000	-6,09%
Passivo corrente	0	440 000	900 000	940 000	980 000	1 020 000	40 000	4,08%
Total Passivo Remunerado	20 000 000	20 000 000	19 560 000	18 660 000	17 720 000	16 740 000	-980 000	-5,53%

Variação do Endividamento = ((16.740.000-17.720.000) + 0 + 0 + 0) / (17.720.000 + 0 + 0 + 0) = -5,53%[2]

4 - Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores

a) Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM nº 34/2008, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 9870/2009, de 13 de abril:

PMP	1ºT 2017	2ºT 2017	3ºT 2017	4ºT 2017	1ºT 2018	2ºT 2018	3ºT 2018	4ºT 2018	Var. 4ºT 2018/ 4ºT 2017 (dias)	Var. 4ºT 2018/ 4ºT 2017 (%)
PMP a Fornecedores (dias)	27	31	28	29	30	29	31	30	1	3,45%

Sublinha-se que em 31 de dezembro de 2018, a APDL apresenta uma dívida a fornecedores excecionalmente elevada, que por razões do cumprimento das obrigações fiscais e contabilísticas foram contabilizadas no exercício de 2018 apesar da sua receção que ocorreu apenas em janeiro de 2019.

Na tabela abaixo, elencam-se as faturas com os montantes mais relevantes que foram rececionadas na APDL em janeiro de 2019 e que foram pagas dentro dos prazos previstos.

Fornecedores	Valor liquido	Data da fatura	Data de receção da fatura na APDL	Data de pagamento da fatura	Pagamento em dias *
FIDELIDADE COMPANHIA SEGUROS, SA	123.481,37 €	25/11/2018	23/01/2019	24/01/2019	1
SOC.CONSTRUÇÕES TEODORO	38.575,01 €	31/12/2018	16/01/2019	14/02/2019	29
MOTA-ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO	134.889,97 €	21/12/2018	07/01/2019	31/01/2019	24
Total	393.261,31 €				

Deste modo, expurgando as faturas com data emissão de 2018 e com receção na APDL em janeiro de 2019, no montante total de 1.389.402,73 €, conclui-se que a APDL apresenta em dezembro de 2018, o Prazo Médio de Pagamento de 30 dias.

b) Mapa da posição a 31/12/2018 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio.

Os valores em mora há mais de 90 dias e há menos de 360 dias, respeitam a faturas que a APDL não aceita por entender que os fornecimentos não foram realizados ou estão incompletos, ou as faturas contem linhas com erros relativas aos preços unitários ou quantidades. Os valores em mora inferiores

---

[2] Fórmula de Variação do Endividamento =
((FR$_{n+1}$-FR$_n$)+(Aumento Capital por CC$_{n+1}$ +Aumento Capital para SD$_{n+1}$ + Aumento para CI$_{n+1}$)) /
(FR$_n$ + ∑$_{(2013\ a\ n)}$ Aumento de Capital por CC + ∑$_{(2013\ a\ n)}$ Aumento de Capital para SD + ∑$_{(2013\ a\ n)}$ Aumento de Capital para CI)
Em que:
FR$_n$ – Financiamento Remunerado no Ano n
FR$_{n+1}$ – Financiamento Remunerado no Ano n+1
∑$_{(2013\ a\ n)}$ Aumento de Capital por CC =somatório dos Aumentos de Capital por Conversão de Créditos desde 2013 até ao ano n
∑$_{(2013\ a\ n)}$ Aumento de Capital para SD = somatório dos Aumentos de Capital para Serviço da Dívida Remunerada (excluindo dívida à DGTF – Direção Geral do Tesouro e Finanças) desde 2013 até ao ano n
∑$_{(2013\ a\ n)}$ Aumento de Capital para CI) = somatório dos Aumentos de Capital para Cobertura de Investimento desde 2013 até ao ano n
n = 2017
n+1 = 2018

a 90 dias apresentam atrasos de pagamento em média inferior a 15 dias. Nos primeiros meses de 2018, as situações foram regularizadas pelo respetivo pagamento.

Dos valores em mora há mais de 360 dias, e que na data de aprovação deste documento se mantêm em aberto, destaca-se o montante de 29.409,69€ da Dourocais (a aguardar encontro de contas pois a entidade à data de 31/12/2018 deve à APDL o montante de 6.082.877,56 €), bem como o montante de 31.459,50 € faturado pela empresa EDILAGES, Lda. relativo a custos relacionados com a realização dos trabalhos solicitados e executados, decorrentes do acidente ocorrido em 12/04/2012, fatura esta que se encontra bloqueada para pagamento até que haja uma definição das responsabilidades do sinistro.

Unid: euros

Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de bens e serviços	690.554,10	0	1.444,47	139,61	77.925,99

5 - Resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

De seguida apresentam-se as recomendações efetuadas pelo Acionista na última Assembleia Geral (AG), de 4 de junho de 2018, e o respetivo ponto de situação quanto ao cumprimento das mesmas:

- "*relativamente ao exercício de 2018 e seguintes, diligencie no sentido do cumprimento da exigência contida no n.º 2, do artigo 45º do DL 133/2013, de 3 de outubro, (diploma que aprova o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial), relativa à apresentação do relatório de auditoria à informação financeira.".*

A APDL não dispõe de auditor externo, dado que tem sido entendimento que a complexidade da empresa não justifica a sua contratação. No seguimento da recomendação do acionista na AG, com data de 18 setembro de 2017, para apresentação do relatório de auditoria externa à informação financeira do ano 2016, a APDL efetuou um pedido de esclarecimento à tutela acionista, tendo por base os pareceres solicitados à CMVM e à OROC, tendo sido informada, já em 2019, que não está obrigada à contratação de um outro auditor externo.

6 - Remunerações

Esta informação consta do Apêndice 1.

Relativamente aos restantes trabalhadores, refere-se, que a Empresa não aplicou as reduções remuneratórias previstas no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, uma vez que através dos Despachos do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, expressam o entendimento da não aplicabilidade das reduções remuneratórias aos trabalhadores das administrações portuárias, nos termos do nº 12 deste mesmo artigo 2.º.

7 - Artigo 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Os membros do Conselho de Administração, ou de qualquer outro órgão social, não dispõem de cartão de crédito da empresa, nem lhes foram reembolsadas quaisquer despesas de representação de natureza pessoal.

Mandato II

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal Definido	Valor Anual	Observações
Prof.ª Guilhermina Maria da Silva Rego	80,00	179,51	
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	80,00	783,42	
Dr.ª Cláudia de Amorim Castro Soutinho	80,00	542,86	
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves da Silva	80,00	717,01	

Mandato I

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal Definido	Valor Anual	Observações
Dr. Amadeu Ferreira da Rocha	80,00	50,56	
Dr. Alberto Fernando da Silva Santos	80,00	0,00	

Mandato II

Membro do CA	Gastos anuais associados a viaturas (€)				Observações
	Plafond mensal Combustível e Portagens	Combustível	Portagens	Total	
Prof.ª Guilhermina Maria da Silva Rego	486,43	2.475,53	1.486,00	3.961,53	
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	389,15	1.673,50	1.202,05	2.875,55	(1)
Dr.ª Cláudia de Amorim Castro Soutinho	389,15	1.596,39	612,95	2.209,34	(1)
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves da Silva	389,15	2.657,18	1.234,30	3.891,48	(1)

(1) - O valor do Eng.º Nuno Araújo, do Eng.º Joaquim Gonçalves e da Dra. Cláudia Soutinho respeitam apenas ao período de março em diante.

Mandato I

Membro do CA	Gastos anuais associados a viaturas (€)				Observações
	Plafond mensal Combustível e Portagens	Combustível	Portagens	Total	
Dr. Amadeu Ferreira da Rocha	389,15	201,17	77,55	278,72	(1)
Dr. Alberto Fernando da Silva Santos	389,15	742,90	385,10	1.128,00	(1)

(1) - O valor do Dr. Amadeu Rocha do Dr. Alberto Santos respeitam apenas ao período de janeiro e fevereiro.

8 - Despesas não documentadas

A APDL cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do RJSPE não tendo ocorrido a realização de quaisquer despesas não documentadas.

9 - Relatório sobre remunerações

A APDL divulga o relatório sobre remunerações, conforme de termina o n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março, em:

http://www.apdl.pt/documents/10180/42566/Rel_dif_salarial_genero.pdf/66320e44-a874-49e4-98c3-9b80d16ad079

do qual apresenta em seguida o resumo.

A política remuneratória da empresa assenta no princípio da igualdade de tratamento independentemente do género, sendo o acesso e progressão nas respetivas carreiras profissionais determinadas, exclusivamente, pelos fatores: tempo de serviço e avaliação do desempenho.

Historicamente, o setor portuário está mais vocacionado para homens, é natural que, ainda hoje, os colaboradores mais antigos, e por isso melhor remunerados nas respetivas carreiras, sejam homens.

Por outro lado, é de referir que sendo os serviços operacionais ligados à atividade marítima tradicionalmente ocupados por homens, designadamente, pilotos, mestres de tráfego local, motoristas marítimos e marinheiros, e sendo estes que têm as suas remunerações valorizadas pelo facto de estarem integrados em regimes especiais, designadamente, de trabalhos por turnos, as remunerações médias anuais dos homens são mais elevados do que das mulheres.

No entanto, não existe qualquer discriminação em função do género entre trabalhadores de igual categoria e antiguidade e, por outro lado, é de referir que 34,3 % das chefias são mulheres.

Remuneração global* média anual por Categoria Profissional	**Mulheres**	**Homens**
Conselho de Administração	74 856,93 €	47 539,42 €
Quadros superiores	48 573,17 €	60 569,81 €
Quadros médios	28 366,40 €	29 443,46 €
Quadros intermédios		39 308,73 €
Profissionais altamente qualificados	27 377,11 €	33 567,07 €
Profissionais semi-qualificados		28 782,50 €

10 - Relatório anual sobre prevenção da corrupção

A revisão ao plano de prevenção de riscos, incluindo os riscos de corrupção e de infrações conexas, é realizada pelo menos numa base anual, mediante a alteração do *status* das medidas de mitigação nele constantes ou inserção de novas medidas, face ao nível de concretização/implementação da respetiva Unidade Orgânica Responsável pela implementação, de forma a controlar os riscos identificados em cada ação. A natureza de algumas das medidas de mitigação/prevenção requer um processo mais demorado de implementação na estrutura interna, por vezes associadas a projetos específicos ou mais amplos, enquanto outras e como alternativa a custos de operacionalização, são substituídas por controlos suplementares.

Essas medidas de mitigação/prevenção comportam nível de priorização, da maior para a de menor relevância em termos de criticidade, sendo anualmente publicado o estado das mesmas, no portal da APDL em: http://www.apdl.pt/gestao-de-risco

11 - Contratação Pública

Esta informação consta do Apêndice 2.

A APDL cumpre com a aplicação do regime jurídico do Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, que estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e ao regime substantivo dos contratos públicos que revistam a natureza de contrato administrativo Retificado pela Declaração de Retificação nº 18-A/2008, de 28 de março, e, alterado pelos seguintes diplomas: Lei nº 59/2008, de 11 de setembro, Decreto-Lei n 223/2009, de 11 de setembro, Decreto-Lei nº278/2009, de 02 de outubro, Lei nº 3/2010, de 27 de abril, Decreto-Lei nº 131/2010, de 14 de dezembro, Lei nº 64- B/2011, de 30 de dezembro, Decreto-Lei nº 149/2012, de 12 de julho e Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto.

Em 2018 foram lançados através da Plataforma Eletrónica (VortalNEXT) e através de e-mail os seguintes procedimentos[1]:

- 5 Concursos Públicos;
- 3 Concursos Limitados por Prévia Qualificação;
- 150 Procedimentos no âmbito do disposto no artigo 13.º CCP – Setor dos Transportes (Contratação excluída do Código dos Contratos Públicos);
- 25 Ajustes Diretos; e
- 13 Consultas Prévias.

Foram ainda publicitados no portal da internet dedicado aos contratos públicos (base.gov.pt) a celebração de 47 contratos na sequência de procedimentos lançados pela APDL.

12 - Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A APDL aderiu como Entidade Voluntária ao SNCP através de contrato de adesão celebrado em 17/02/2012. Desta adesão, como entidade voluntária, em 2018 não concluiu qualquer processo de aquisição com recurso aos Acordos Quadro.

13 - Medidas de Redução de Gastos Operacionais

A evolução dos gastos do Plano de Redução de Custos (PRC) da empresa, pode ser aferida no quadro seguinte, permitindo quantificar o impacto das medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 145.º do Decreto-Lei nº 33/2018 de 15 de maio (DLEO).

[1] Exclui os procedimentos publicados na Plataforma Eletrónica (VortalNEXT), que foram posteriormente cancelados.

Unid: 1000 euros

PRC	2018 Execução	2018 Orçamento	2017 Execução	2016 Execução	2018/2017	
					Δ Absol.	Δ %
(0) EBITDA	35.856	40.604	33.611	30.352	2.245	7%
(1) CMVMC	1.466	1.502	1.411	1.252	55	4%
(2) FSE	12.221	13.224	11.589	12.270	632	5%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos i), ii) e iii)	14.609	15.197	13.866	13.473	743	5%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	0	0	-
(3.ii) Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	0	0	0	0	0	-
(3.iii) Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29 de dezembro	0	0	17	0	-17	-100%
(4) Gastos Operacionais = (1)+(2)+(3)	28.296	29.924	26.866	26.995	1.430	5%
(5) Volume de negócios (VN)[b)]	54.071	53.549	50.391	50.359	3.680	7%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	52,3%	55,9%	53,3%	53,6%	-	-1,0 p. p.
(i) Gastos com Deslocações (FSE)	57	65	86	65	-29	-34%
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	23	29	19	29	5	26%
(iii) Gastos associados à frota automóvel[)]	308	299	286	305	22	8%
Total = (i) + (ii) + (iii)	389	393	391	399	-2	-1%
(7) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	425	755	637	756	-212	-33%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	263	283	259	264	4	2%
N.º Órgãos Sociais (OS)	10	10	10	10	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	14	16	16	16	-2	-13%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	239	257	233	238	6	3%
N.º Trabalhadores/N.º CD	19	18	16	17	3	16%
N.º de viaturas	51	51	51	49	0	0%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMCMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na LOE 2018.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.
c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

O peso dos gastos operacionais (CMVMC, FSE e Pessoal) no volume de negócios foi de 52,3%, reduzindo-se em 1,0 p.p. face ao ano anterior. Se considerada a anualização do gasto com dragagens para um ciclo de 6 anos, este rácio reduz-se para 52,2% em 2018 aumentando o diferencial para 2017 em 2,1 p.p..

A melhoria deste rácio ficou a dever-se ao aumento do volume de negócios, essencialmente associado ao aumento do tráfego no Porto de Leixões e à maior receita relacionada com a Plataforma Logística, já que os fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal, expurgados dos efeitos referidos acima, registaram um aumento face a 2017.

No que diz respeito ao cumprimento das orientações contantes da alínea b) do número 3 do artigo 145º do Decreto-Lei n.º 33/2018, a APDL reduziu em 2018 o conjunto dos gastos com deslocações, com ajudas de custo e frota automóvel, face a 2017. Por outro lado, a APDL reduziu igualmente os gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, conforme fixado na alínea c) do número 3 3 do artigo 145º do Decreto-Lei n.º 33/2018.

No que diz respeito à frota automóvel, a APDL manteve o número de veículos total afeto à Frota Automóvel da APDL em 51 (cinquenta e uma) viaturas.

14 - Princípio da Unidade de Tesouraria

A APDL tem todas as suas aplicações financeiras a prazo junto do Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., em cumprimento das normas legais fixadas. Contudo, no âmbito da sua gestão financeira corrente torna-se necessário manter algumas disponibilidades à ordem na Banca Comercial.

Assim, e nos termos previstos no número 1 do artigo 135.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado 2018, conjugado com o nº 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro, a APDL solicitou a dispensa parcial do Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, no sentido de lhe ser autorizada a manutenção das disponibilidades à ordem na Banca Comercial até ao limite de 10% do valor de recebimentos anuais de clientes. O pedido foi aprovado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. através do Ofício n.º SGC – 2018/12537, de 1 de agosto de 2018.

O quadro abaixo evidencia as disponibilidades na Banca Comercial à data de 31/12/2018:

Unid: Euros

Banca Comercial	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	279.469	272.556	218.724	96.682
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	1.017.535	405.968	377.652	51.848
NOVO BANCO, SA	3.815.600	4.411.320	1.326.687	1.263.460
CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL	42.127	59.678	76.284	26.676
BANCO BPI, SA	239.132	466.409	62.412	104.294
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	238.995	301.021	261.302	111.425
TOTAL	**5.632.857**	**5.916.953**	**2.323.061**	**1.654.384**
Juros Auferidos*	**0**	**0**	**0**	**0**

*Todas as aplicações financeiras encontram-se junto do IGCP

15 - Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

Nos últimos 3 anos não existiram auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.

16 - Informação divulgada no site do SEE

Anexo 2

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S	Dezembro 2018	
Caraterização da Empresa	S		
Função de tutela e acionista	S		
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais			
Identificação dos órgãos sociais	S		
Estatuto remuneratório fixado	S		
Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		
Apresentação das sínteses curriculares e dos membros dos Órgãos Sociais	S		
Esforço Financeiro Público	S		
Ficha Síntese	S		
Informação Financeira histórica e atual	S		
Princípios de Bom Governo			
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S		
Transações Relevantes com entidades relacionadas	S		
Outras transações	S		
Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios			
Económico	S		
Social	S		
Ambiental	S		
Avaliação do cumprimento dos PBG	S		
Código de Ética	S		

Apêndice 1

Mesa da Assembleia-geral

Mandato (inicio-fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Valor Bruto Auferido (€)
2014/2016	Presidente da Mesa	Associação Empresarial de Portugal*	575	575
2014/2016	Secretário	Dr.ª Ana Paula Fernandes dos Santos Tita	375	356

Nota: Por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7 de junho de 2013, não foram aplicadas as medidas de redução remuneratória, pelo que a reversão prevista no art.º 4º da Lei 75/2014, 12 de setembro, e na Lei 159-A/2015, de 30 de novembro, não é aplicável. Aos valores previstos foram aplicadas as reduções de 5%, nos termos do art.º 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho. *Valor objeto de regularização em 2019.

Conselho Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPLRO			Nº de Mandatos
(inicio-fim)			Forma	Data	Sim/ Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
2017/2019	PRESIDENTE	Prof.ª Guilhermina Maria da Silva Rego	DUE	08/09/2017	Não		D	1
2017/2019	VOGAL	Dr.ª Cláudia de Amorim Castro Soutinho	DUE	28/02/2018	Não		D	1
2017/2019	VOGAL	Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	DUE	28/02/2018	Não		D	1
2017/2019	VOGAL	Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves da Silva	DUE	28/02/2018	Não		D	1
2014/2016	VOGAL	Dr. Amadeu Ferreira da Rocha	Deliberação A.G.	16/06/2014	Sim	APDL, S.A.	D	1
2014/2016	VOGAL	Dr. Alberto Fernando da Silva Santos	DUE	09/03/2015	Não		D	1

Membro do CA	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
Prof.ª Guilhermina Maria da Silva Rego	Faculdade de Medicina da Universidade do Porto	Professora da Faculdade de Medicina do Porto Coordenadora da unidade de ética e gestão na saúde Coordenadora da pós-graduação em Administração Hospitalar	Público

Mandato II

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	S/N	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas representação
Prof.ª Guilhermina Maria da Silva Rego	S	B	4.864,34	1.945,74
Dr.ª Cláudia de Amorim Castro Soutinho	S	B	3.891,47	1.556,59
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	S	B	3.891,47	1.556,59
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves da Silva	S	B	3.891,47	1.556,59

Mandato I

Membro do CA	EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	S/N	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas representação
Dr. Amadeu Ferreira da Rocha	S	B	3.891,47	1.556,59
Dr. Alberto Fernando da Silva Santos	S	B	3.891,47	1.556,59

Mandato II

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa * (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3) - (4)
Prof.ª Guilhermina Maria da Silva Rego	91.449,64	0,00	91.449,64	4.572,48	86.877,16
Dr.ª Cláudia de Amorim Castro Soutinho (i)	73.159,66	0,00	61.615,00	3.080,75	58.534,25
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo (i)	73.159,66	0,00	61.615,00	3.080,75	58.534,25
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves da Silva (i)	73.159,66	0,00	61.615,00	3.080,75	58.534,25

(i) Iniciaram funções a 1 de março de 2018

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Mandato I

Membro do CA	Remuneração Anual (€)				
	Fixa * (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3) = (1) + (2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3) - (4)
Dr. Amadeu Ferreira da Rocha (i)	10.896,12	0,00	13.475,47	673,77	12.801,70
Dr. Alberto Fernando da Silva Santos (ii)	10.896,12	0,00	23.431,40	1.171,57	22.259,83

(i) Optou pelo vencimento auferido no lugar de origem e deixou as funções a 1 de março de 2018.

(ii) Deixou as funções a 1 de março de 2018, tendo sido processados e pagos os direitos vencidos.

(1) O valor da remuneração Fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Mandato II

Membro do CA Nome	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Anual	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Prof.ª Guilhermina Maria da Silva Rego	4,77	1.054,17	CGA	20.688,11	0,00	0,00	Apoios Sociais (1)	140,00
Dr.ª Cláudia de Amorim Castro Soutinho	4,77	939,69	CGA	15.701,82	0,00	0,00	Apoios Sociais (1)	725,00
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	4,77	868,14	Seg. Social	13.901,89	754,81	0,00		0,00
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves da Silva	4,77	877,68	Seg. Social	13.901,89	902,76	0,00	Apoios Sociais (1)	425,00

(1) Apoios Sociais: Subsídios de Estudos, Prémios Escolares, Apoio para creches e infantários, apoio à infância

Mandato I

Membro do CA Nome	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor/Dia	Montante pago Anual	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Dr. Amadeu Ferreira da Rocha	9,00	270,55	CGA	3.044,56	0,00	0,00	n/a	0,00
Dr. Alberto Fernando da Silva Santos	4,77	200,34	Seg. Social	5.286,71	182,41	0,00	n/a	0,00

(1) Apoios Sociais: Subsídios de Estudos, Prémios Escolares, Apoio para creches e infantários, apoio à infância

Membro do CA	Encargos com viaturas								
	Viatura Atribuída	Celebração de Contrato	Valor de Referência da Viatura	Modalidade (1)	Ano Inicio	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes
	S/N	S/N	(€)	Identificar					
Prof.ª Guilhermina Maria da Silva Rego	S	N	47 285,12	AOV	2018	2022	1.018,71	12.224,53	12
Eng.º Nuno Araújo	S	N	36 069,03	AOV	2018	2022	749,34	8.992,09	12
Dr.ª Cláudia Soutinho	S	N	38 382,83	AOV	2018	2022	791,76	9.501,16	12
Eng.º Joaquim Gonçalves	S	N	37 053,76	AOV	2018	2022	811,14	9.733,63	12

Mandato II

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gastos total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
	[€]	[€]	[€]	[€]	[€]	[€]
Prof.ª Guilhermina Maria da Silva Rego	4.914,43	1.125,81	1.114,89			7.155,13
Dr.ª Cláudia de Amorim Castro Soutinho	220,79	630,00	328,65			1.179,44
Eng.º Nuno Miguel da Costa Araújo	245,30	197,51	276,79			719,60
Eng.º Joaquim Pereira Gonçalves da Silva	569,00	1.313,00	641,98			2.523,98

Mandato I

Membro do CA	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço					
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		Gastos total com viagens (Σ)
				Identificar	Valor	
	[€]	[€]	[€]	[€]	[€]	[€]
Dr. Amadeu Ferreira da Rocha	17,30	0,00	13,50			30,80
Dr. Alberto Fernando da Silva Santos	0,00	0,00	0,00			0,00

Fiscalização

Mandato (inicio-fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	Nº de Mandatos
			Forma (1)	Data		
2017/2019	PRESIDENTE C.F.	Dr.ª Luísa Maria Rosário Roque	DUE	04/06/2018	1.362,01	3
2017/2019	VOGAL C.F.	Prof. Rui Manuel Pinto Couto Viana	DUE	04/06/2018	1.021,51	1
2017/2019	VOGAL C.F.	Dr. João Pedro Alegre da Cunha Mesquita	DUE	04/06/2018	1.021,51	1
2017/2019	VOGAL SUPLENTE	Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares	DUE	04/06/2018	Não Remunerado	2
2014/2016	VOGAL C.F.	Dr.ª Luísa Maria Teixeira Pisco	DUE	09/03/2015	1.021,51	1
2014/2016	VOGAL C.F.	Dr. Eduardo José Santos Clemente	DUE	09/03/2015	1.021,51	1

Mandato II

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)
Dr.ª Luísa Maria Rosário Roque	12.258,09	612,90	11.645,19
Prof. Rui Manuel Pinto Couto Viana	8.192,95	409,65	7.783,30
Dr. João Pedro Alegre da Cunha Mesquita	8.192,95	409,65	7.783,30
Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares	Não Remunerado	0,00	0,00

Mandato I

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1) - (2)
Dr.ª Luísa Maria Rosário Roque	6.810,05	340,50	6.469,55
Dr.ª Luísa Maria Teixeira Pisco	6.231,18	311,56	5.919,62
Dr. Eduardo José Santos Clemente	6.231,18	311,56	5.919,62
Dr.ª Ana Luísa Louro da Graça Peixito Soares	Não Remunerado	0,00	0,00

ROC/FU

Mandato (inicio-fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação		Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Nº Inscrição OROC	Nº Registo CMVM	Forma (1)	Data Contrato		
2017-2019	ROC	BDO & ASSOCIADOS - SROC, LDA.	29	20161384	DUE	17/01/2018	1	0

Nota: Não existe ROC Suplente.
Legenda: (1) indicar AG/DUE/Despacho (D)

Nome	Valor anual contrato prestação serviços 2018 (€)			Valor anual serviços adicionais (€)			
	Valor	Reduções	Valor Final	Identificação do serviço	Valor	Reduções	Valor Final
	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)		(1)	(2)	(3) = (1) - (2)
BDO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.	15 600,00	0,00	15 600,00	n.a.	0,00	0,00	0,00

Apêndice 2

Cumprimento das Orientações legais – 2018	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão			X		Nos mandatos 2014-2016 e 2017-2019, não foram fixados pelo acionista Estado, objetivos de gestão e respetivas metas quantificadas a atingir pelo Conselho de Administração da APDL. No entanto, apesar de não terem sido fixados objetivos de gestão, a empresa aprovou um Plano de Atividades e Orçamento (PAO), que foi submetido ao acionista, conforme o disposto no DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, que apresentava um conjunto de indicadores económicos e financeiros, cuja execução se apresenta no ponto 1 - Objetivos de Gestão do Capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais
Metas a Atingir constantes do PAO 2018 Princípios financeiros de referência					
Investimento		X		66,3%	O grau de execução do investimento previsto para 2018 foi de 66,3%, o que se deveu à menor realização dos investimentos previstos para a Plataforma Logística do Porto de Leixões, para os acessos rodoviários ao Porto de Viana do Castelo e para alguns investimentos na Via Navegável do Douro
Gastos com pessoal	X			-3,8%	Os gastos com pessoal ficaram 3,8% abaixo do valor previsto no PAO 2018 o que ficou a dever-se principalmente aos menores gastos com remunerações e encargos face ao estimado, em virtude de não terem sido obtidas as correspondentes autorizações, mas que foram consideradas como gasto estimado.
Etc.					
Grau de cumprimento do orçamento carregado no SIGO/SOE			X	% de cumprimento	

Cumprimento das Orientações legais – 2018	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Gestão do Risco Financeiro	X			Não aplicável	A APDL não tem contratualizado nenhum instrumento de gestão do risco financeiro. Até ao final de 2018 não se concretizou nenhum desembolso adicional. Para os fortes investimentos atuais e futuros, a APDL conta com mais uma fonte de financiamento (para além da otimização da obtenção de subsídios comunitários para financiamento dos seus investimentos e a capacidade que demonstra na geração de fundos próprios com a sua atividade de exploração) assegurada pelo empréstimo do Banco Europeu de Investimento no valor de 70 milhões de euros. Em outubro de 2011, a APDL procedeu ao primeiro desembolso no montante de 20 milhões de euros, tendo-se optado pelo regime de taxa fixa a 10 anos, a 2,54% ao ano. Antes da concretização do pedido, a APDL ainda avaliou a hipótese de contratação de um instrumento de gestão do risco financeiro (IGRF) para cobertura da taxa de juro de financiamento do BEI, mas como o regime de taxa que veio a ser estabelecido foi o de taxa fixa, optou-se por não negociar nenhum instrumento de gestão de risco.
Limites de Crescimento do Endividamento			X	Não aplicável	Em 2011 a APDL contraiu um empréstimo junto do BEI até EUR 70 milhões para financiar investimentos estruturantes para desenvolvimento da atividade do Porto de Leixões, abrangendo a Construção da Plataforma Logística e do novo Terminal de Cruzeiros e ainda a aquisição de 2 Rebocadores de 60 tons. de tração. O empréstimo foi autorizado pelo Estado Português, enquanto acionista único da APDL, SA. Tendo apenas efetuado um desembolso de 20 milhões de euros em outubro de 2011, regista-se a 31/12/2018 um saldo do Passivo de Financiamento de 16.740.000 euros.
Evolução do PMP a fornecedores	X			Em 2018, o PMP por trimestres foi o seguinte: 1º trimestre - 30 dias 2º trimestre - 29 dias 3º trimestre - 31 dias 4º trimestre - 30 dias	A APDL reporta trimestralmente à DGTF o indicador do PMP, dando cumprimento às orientações emanadas pela RCM nº 34/2008. A evolução do indicador está retratada no Capitulo IV, mantendo-se o prazo abaixo dos 40 dias.
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X			Total de "Arrears" em 31 de dezembro 2018: 770.064,17€	Total de "Arrears" em 31 de dezembro 2018: 770.064,17€ A APDL reporta mensalmente à DGTF, através do SIRIEF, as dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º DL n.º 65-A/2011. Os atrasos nos pagamentos estão divulgados no portal da empresa e refletidos no Capitulo IV - Mapa da posição a 31/12/2018 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 maio, sendo que, todos os valores desse mapa estão reclamados pela APDL, que os considera indevidamente debitados.
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:	X				Foram emitidas Recomendações pelo Acionista, sobre as quais foi dado cumprimento conforme referido no ponto 5 - Resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista do Capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais.

Cumprimento das Orientações legais – 2018	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão			X	Não aplicável	
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	X			Total da Redução remuneratória 2018: 15 260,31€	
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)	X			Total da Redução remuneratória 2018: 2 395,82€	
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2018 (se aplicável)	X			Total da Redução remuneratória 2018: N/A	
Artigo 32º e 33º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito			X	Não aplicável	Não dispõe de cartões de crédito
Não reembolso de despesas de representação pessoal			X	Não aplicável	Não existiu
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	X				
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X				
Despesas não documentadas - nº 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11º do EGP Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X				A APDL cumpriu com o disposto no n.º 2 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, não tendo ocorrido a realização de quaisquer despesas não documentadas.
Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº18/2014 Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	X			O Relatório de Diferenciação Salarial por Género foi elaborado em 2018 e está disponível em: http://www.apdl.pt/governo-sociedade	- -
Elaboração e divulgação do Relatório anual sobre Prevenção da Corrupção Elaboração e divulgação do relatório anual	X			http://www.apdl.pt/gestao-de-risco	
Contratação Pública Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	X				
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			X		A APDL cumpre com a aplicação do regime jurídico do Código da Contratação Pública (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X		Durante o ano de 2018 não foram celebrados quaisquer contratos de valor igual ou superior ao limiar de 5M€.

Cumprimento das Orientações legais – 2018	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação/Referência ao ponto do relatório
	S	N	N.A.		
Auditorias do Tribunal de Contas Recomendação 1	X				Nos 3 anos anteriores não existiram auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas
Parque Automóvel Nº de viaturas	X			+0	O número de viaturas total afeto à Frota Automóvel da APDL manteve-se em 51 (cinquenta e uma) viaturas. Durante este ano procedeu-se aos ajustes tidos como necessários na Frota de modo a salvaguardar a plena operacionalidade dos serviços distribuídos pelas três Unidades de Negócio da empresa, com principal nota de destaque para a inclusão de 5 (cinco) viaturas 100% elétricas em serviço, as quais substituíram viaturas já sinalizadas para abate e viaturas cujos contratos AOV alcançaram o seu término.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	X			ver quadro 13 - Medidas de Redução de Gastos Operacionais no Capítulo IV - Cumprimento das Orientações Legais	Face a 2018 a APDL apresenta o cumprimento da redução deste rácio, o que ficou a dever-se ao aumento do volume de negócios, essencialmente associado ao aumento do tráfego no Porto de Leixões e à maior receita relacionada com a Plataforma Logística, já que os fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal registaram um aumento face a 2017.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL nº 133/2013) Disponibilidades centralizadas no IGCP Disponibilidades centralizadas na Banca Comercial Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X		 X X	97,04% de disponibilidades depositadas no IGCP em 31/12/2018	A APDL ainda detém disponibilidades na banca comercial privada para fazer face às operações diárias para as quais o sistema de *homebanking* do IGCP não permite satisfazer. Foi solicitado em 2018 a dispensa parcial, tendo a APDL obtido deferimento do pedido através do Oficio n.º SGC – 2018/12537, de 1 de agosto de 2018 da Agencia de Gestão da Tesouraria e da Divida Pública – IGCP, E.P.E.

ANEXOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

APDL
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DO DOURO, LEIXÕES E VIANA DO CASTELO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
sobre
O Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2018

1. Introdução

Nos termos conferido por deliberação de 9 de março de 2015, em cumprimento do disposto na alínea c) do artigo 16.º dos Estatutos da APDL – Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S.A., (adiante designada por "Empresa" ou "APDL"), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, conjugado com o artigo 420.º, 451.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e ainda por força das competências do disposto no n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, cumpre-nos elaborar o Relatório Anual e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2018, bem como sobre a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração da APDL, S.A.

A APDL dispõe de **três áreas de negócio**, o **Porto de Leixões**, o **Porto de Viana do Castelo**, a partir de 2015, através do processo de fusão por incorporação, e a **Via Navegável do Rio Douro** por integração, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 83/2015, de 21 de maio, na jurisdição portuária direta nas zonas marítimas, flúvio-marítimas e terrestres da respetiva exploração.

2. Procedimentos de fiscalização

O Conselho Fiscal teve em conta, na sua análise, as normas constantes da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro (Lei OE/2018), as disposições estabelecidas à execução do orçamento, determinadas pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, e as orientações emitidas através do ofício circular DGTF n.º 1116, de 12 de março de 2019.

No decurso do seu exercício, o Conselho Fiscal reuniu com a Presidente do Conselho de Administração (CA) da APDL, a Direção Financeira e várias outras áreas, e sempre que se justificou manteve contactos com os vários responsáveis da empresa para a prestação dos esclarecimentos que considerou essenciais.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal efetuou reuniões de trabalho com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável – BDO & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (BDO), tendo acompanhado o trabalho de auditoria efetuado por essa entidade e analisados os respetivos reportes apresentados.

Na realização do seu trabalho, durante o ano de 2018, o Conselho Fiscal obteve toda a cooperação necessária, quer por parte do Conselho de Administração e demais colaboradores da APDL, quer por parte dos responsáveis pela revisão legal das contas.

Durante o ano de 2018, no decurso da sua atividade, o Conselho Fiscal:

- Aprovou o Regulamento do Conselho Fiscal;
- Procedeu à elaboração de três relatórios trimestrais para o acompanhamento da Sociedade, suportados nos trabalhos desenvolvidos pela Administração e pelo Revisor Oficial de Contas, tendo sido dado conhecimento dos mesmos ao Conselho de

Administração e ao Revisor Oficial de Contas da Sociedade, os quais foram enviados ao acionista;

- Acompanhou o processo de preparação e divulgação da informação financeira prospetiva;
- Acompanhou a revisão legal das contas anuais, tendo neste âmbito realizado 4 reuniões com os representantes da Sociedade BDO & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (BDO), para entendimento do planeamento e evolução dos trabalhos, assim como as principais conclusões e recomendações formuladas no âmbito das suas atribuições. Neste contexto, nos termos do artigo 420.º do CSC, o Conselho Fiscal examinou o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras, com referência ao exercício de 2018, e a respetiva certificação legal das contas emitida pela BDO, sem reservas e sem ênfases, que mereceu a concordância do Conselho Fiscal;
- Verificou e acompanhou a independência da SROC nos termos legais, incluindo o previsto no n.º 2 do artigo 6.º do Regulamento (EU) n.º 537/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, não tendo a sociedade realizado quaisquer outros serviços, para além da auditoria às contas;
- Apreciou o relatório adicional da SROC, elaborado em cumprimento do estabelecido nos n.ºs 1 a 3 do artigo 24.º do RJSA, tendo debatido com os representantes da BDO o seu conteúdo, do qual constam todos os requisitos legalmente exigidos, decorrente da auditoria referente às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o qual mereceu a concordância do Conselho Fiscal.

No âmbito do processo de encerramento das contas do exercício de 2018, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Gestão e Contas apresentado pelo Conselho de Administração, tendo procedido às verificações e obtido os esclarecimentos às diversas questões suscitadas.

Analisou, também, o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário, elaborado em cumprimento do n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE, sobre o qual emitiu parecer autónomo.

3. Modelo de Governo Societário

O atual Conselho de Administração da APDL é composto por um presidente e três vogais, de acordo com o artigo 9.º dos Estatutos, eleitos por Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) de 8 de setembro de 2017, com produção de efeitos a 5 de setembro, e de 28 de fevereiro de 2018, com produção de efeitos a 1 de março, respetivamente a Presidente e os Vogais.

Este órgão social intervém em toda a atividade estratégica, operacional e de controlo dos negócios da empresa, em linha com as orientações emitidas pelo membro do Governo responsável pela área das finanças, em articulação com o membro do Governo responsável pelo setor de atividade.

Aos Administradores encontram-se atribuídos pelouros, cabendo na responsabilidade de cada um apresentar propostas da sua esfera de competências, sendo as decisões tomadas em reunião de Conselho de Administração.

As deliberações são tomadas por maioria absoluta dos votos expressos, gozando a Presidente, ou quem a substituir, de voto de qualidade, em sede de reunião de Conselho de Administração, encontrando-se as mesmas registadas em atas.

À Presidente Professora Guilhermina Rego foram atribuídas, através da DUE de 8 de setembro de 2017, com produção de efeitos a 5 de setembro de 2017, as competências previstas n.º 4 do

artigo 31.º do RJSPE, que se consubstanciam na aprovação expressa de qualquer matéria cujo impacto financeiro na empresa seja superior a 1 % do ativo líquido, determinando a sua falta de anuência a submissão do assunto a deliberação da assembleia geral.

4. Apreciação do Relatório de Gestão e das Demonstrações Financeiras

O ano de 2018 da APDL ficou marcado pela baixa execução de investimentos, em virtude da ausência de autorização dos grandes investimentos.

Do Relatório de Gestão e Contas de 2018, evidenciam-se os seguintes aspetos, ao nível da atividade desenvolvida:

- Ao nível do movimento de mercadorias, houve uma redução global de 2,3% face ao ano anterior, sobretudo explicada pela diminuição ocorrida no tráfego dos graneis líquidos, devido à manutenção da refinaria de Matosinhos e do Terminal Oceânico de Leixões.

Mov. Mercadorias	Unid.	2018	2017	Var. Absol.	Var.%
Porto Leixões	M. Ton	19.156	19.516	-360	-1,8%
Porto Viana	M. Ton	326	415	-89	-21,4%
Portos Douro	M. Ton	34	53	-19	-35,8%
TOTAL	**M. Ton**	**19.516**	**19.984**	**-468**	**-2,3%**

- No tráfego de navios que escalaram o Porto de Leixões, registou-se uma diminuição na sua frequência de 3,8%, posicionando-se nas 2.551 escalas de navios, tendo contudo a arqueação bruta assinalado um acréscimo de 2,8%, representando 34,3 milhões de GT[1], impulsionado pela entrada de navios de maior dimensão, ao nível de navios de contentores, de passageiros e de roll-on/roll-off.

- O segmento de cruzeiros é um segmento de negócio ainda em desenvolvimento no Porto de Leixões e, com valor acrescentado diminuto, tendo registado em 2018 um crescimento de 22,5% atingindo os 117 mil passageiros. Relativamente à VND, cujo principal potencial de exploração é a navegação marítimo-turística, movimentou 1.296.031 passageiros fluviais, o que representa um crescimento de 1,1%, caracterizado pelo seu melhor ano de sempre, tendo esta área de negócio um impacto indireto bastante positivo na economia local:

Tráfego Cruzeiros	Portos	2018	2017	Var. Absol.	Var.%
Passageiros (n.º)	Leixões	117.096	95.562	21.534	22,5%
Navios (n.º)	Leixões	101	100	1	1,0%
Passageiros (n.º)	VND	1.296.031	1.282.241	13.790	1,1%

Legenda: VND - Via Navegável do Douro
Nota: para VND não foi apurado o n.º de navios dada a diversidade de tipologia

- O valor dos investimentos da APDL realizado em 2018 foi superior a 13,3 M€ representando uma redução de 45,8% em relação ao ano anterior, tendo o Porto de Leixões absorvido cerca de 55,1% desse valor, destacando-se aqui os projetos associados ao aumento da capacidade de navegabilidade do porto e da segurança marítima. Do montante total investido, cerca de

[1] "gross tonnage" ou AB – arqueação bruta – calculada com base no volume moldado de todos os espaços fechados do navio.

65,2% foi financiado por recursos próprios, 9,5% com recurso a verbas do orçamento de Estado e os restantes 25,3% com fundos comunitários.

- Do ponto de vista económico, verificou-se um aumento no Volume de Negócios de cerca de 7,3%, impulsionado pelo crescimento das receitas provenientes dos vários serviços prestados, donde se destaca o crescimento da Plataforma Logística, que mais do que duplica o seu rendimento, posicionando-se nos 1,8 M€.

Unid:€

Volume de Negócios	2018	2017	Var. Abso.	Var.%
71+72 Vendas e Prestações de Serviços	54.070.518	50.390.845	3.679.673	7,3%

- O EBITDA apresenta, igualmente, uma variação positiva de 6,7% (+2,2 M€), justificado essencialmente pelo crescimento das receitas das vendas e prestações de serviços (+3,7 M€).

- Ao nível da situação patrimonial da APDL, o ativo apresenta uma redução de 2,2 M€ face a 2017, o que significa um decréscimo de 0,5%, em consequência da diminuição do ativo não corrente. O reforço do capital próprio em 2,8 M€ é o resultado dos ganhos obtidos da atividade, revelado pelo desempenho económico e financeiro elevado, caraterizado por uma autonomia financeira de 79%, assim como uma capacidade para honrar os seus compromissos traduzida numa solvabilidade 3,7.

5. Avaliação do cumprimento das instruções emanadas pelo acionista

No âmbito do artigo 420.º do CSC, tanto quanto é do nosso conhecimento e tendo por base os controlos efetuados pelo ROC e as reuniões efetuadas com a administração, a APDL deu cumprimento às obrigações legais vigentes para o SEE previstas na Lei OE/2018 e nas disposições estabelecidas pelo Decreto-Lei de Execução Orçamental, aprovado pelo DL n.º 33/2018, de 15 de maio.

Não foram contratualizados objetivos de gestão com os atuais membros do Conselho de Administração da APDL, eleitos para o triénio 2017-2019, pese embora o estabelecido no artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado por Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua versão atualizada. Não obstante tal facto, a empresa fixou para o ano de 2018, no seu Plano de Atividades e Orçamento 2018-2020, objetivos em linha com o seu Plano Estratégico, sobre os quais aferiu o seu grau de cumprimento.

A APDL dispõe de um único empréstimo BEI, com garantia do Estado Português, no valor de 70 M€, do qual apenas foi utilizada a verba de 20 M€, em outubro de 2011, único desembolso até à data, em regime de taxa de juro fixa a 10 anos (2,54% ano), com o objetivo de financiar os grandes projetos de investimento. Em 2017, foi renegociada a linha de financiamento para 40 M€, com um limite máximo de utilização a maio de 2018. Em 2018, realizou-se uma amortização de 980 m€, o que possibilitou à empresa a obtenção de uma diminuição do passivo remunerado em 5,53%, cumprindo com o princípio dos limites máximos de acréscimo de endividamento definidos para 2018 (+3%) estabelecidos na LOE/2018.

Ao nível da gestão do risco financeiro, salienta-se que a APDL não tem contratualizado nenhum instrumento de gestão do risco financeiro. A par do financiamento acima referido, a empresa adota uma política de otimização na obtenção de comparticipação comunitária e da utilização de capital próprio decorrente da atividade de exploração, diversificando assim as fontes de financiamento.

De acordo com o estabelecido na RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, e do despacho n.º 9870/2009, de 23 de abril, o prazo médio de pagamentos apresentado pela APDL, em 31 de dezembro de 2018, era de 30 dias, o que representa um aumento de 1 dia quando comparado com os 29 dias registados no exercício de 2017.

Em relação aos atrasos nos pagamentos a mais de 90 dias, a APDL apresenta o valor de aproximadamente de 79,5 m€, sendo que, 77,9 m€ reportam a mais de 360 dias, correspondendo este montante, essencialmente à Dourocais (29,4 m€) que será descontado em sede de encontro de contas, e à Edilages, Lda. (31,5 m€), aguardando-se o apuramento da responsabilidade de um sinistro para o seu pagamento.

A APDL cumpriu com todas as suas obrigações de divulgação e de prestação de informação, designadamente o envio dos relatórios trimestrais de execução orçamental acompanhados dos pareceres do órgão de fiscalização. Ao nível da recomendação do acionista na assembleia-geral de aprovação do Relatório e Contas 2017, sobre aplicação do artigo 45.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, relativa à apresentação do relatório de auditoria à informação financeira, tendo por base os pareceres da CMVM e da OROC, e na sequência do ofício DGTF n.º 1244, de 21 de março, a APDL cumpre na íntegra o disposto no referido artigo.

Sobre a política remuneratória, ao nível dos plafonds atribuídos para comunicações, despesas com combustível e portagens aos órgãos sociais é prática da APDL efetuar o seu apuramento anual, e sempre que o valor gasto por algum dos administradores exceder o limite máximo fixado, o valor em excesso é reembolsado pelo administrador em causa.

Quanto ao Relatório sobre remunerações, em cumprimento do determinado pelo n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 7 de março, foi elaborado o Relatório correspondente a 2018, já no decurso de 2019, sendo os valores das remunerações aí reportadas de 2018, o qual já foi objeto de publicação.

Ao nível da contratação pública a empresa cumpre as orientações definidas, tendo em 2018, lançado através da Plataforma Eletrónica, 5 concursos públicos, 3 concursos limitados com prévia qualificação, 25 ajustes diretos e 150 Procedimentos, no âmbito do disposto no artigo 13.º do Código dos Contratos Públicos. Salienta-se que, em 2018 houve uma alteração de paradigma, tendo por base a nona alteração ao Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovada pelo DL n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, tendo para o efeito sido alterado o Manual de Procedimentos e aprovado em 24 de maio de 2018, cuja sua aplicação respeita a janeiro desse mesmo ano. De acordo com o parecer jurídico interno, é entendimento da empresa que a generalidade da contratação pública da APDL se insere no Setor Especial dos Transportes.

Embora a APDL se considere abrangida pelo Setor Especial dos Transportes, optou por adotar as regras do CCP, definindo os procedimentos *ad hoc* por analogia aos diversos tipos de procedimentos aí previstos[2]. Considerando a alteração significativa ocorrida de 2017 para 2018,

[2] **Bens móveis ou serviços:**
- artº 20º - c) consulta prévia a pelo menos 3 entidades para valor inferior a 75.000 euros;
- artº 20º - d) ajuste direto a uma única empresa para valor inferior a 20.000 euros;
- artº 26º - escolha de ajuste direto para formação de contratos de locação ou de aquisição de bens móveis (função de critérios materiais);
- artº 27º - escolha de ajuste direto para formação de contratos de aquisição de serviços (função de critérios materiais).

Empreitada de obras públicas:
- artº 19º - c) consulta prévia a pelo menos 3 entidades para valor inferior a 150.000 euros;
- artº 19º - d) ajuste direto a uma única empresa para valor inferior a 30.000 euros;
- artº 25º - escolha de ajuste direto para formação de contratos de empreitada de obras públicas (função de critérios materiais).

foi entendimento consensual que se deverá solicitar um parecer externo a uma entidade independente, sem qualquer vínculo à empresa, para que possa ser avaliada esta alteração.

A APDL aderiu como entidade voluntária, em fevereiro de 2012, ao Sistema Nacional de Compras Públicas, não tendo em 2018, formalizado qualquer contrato de aquisição, com recurso aos Acordos Quadro.

Quanto às medidas de redução de gastos operacionais, em cumprimentos do artigo 145.º da LOE/2018, realçam-se os seguintes aspetos:

- O peso dos gastos operacionais no volume de negócios foi de 52,3%, reduzindo-se em 1,0 p.p. face ao ano anterior, melhoria que ficou associada ao crescimento do volume de negócios, essencialmente explicado pelo aumento das receitas provenientes do tráfego no Porto de Leixões e ao impulso da receita relacionada com a Plataforma Logística, em maior escala que o crescimento dos gastos operacionais;
- Os gastos com o pessoal, tiveram um incremento de 726 m€, explicado pelo aumento do subsídio de refeição nos termos da negociação do Acordo Coletivo de Trabalho, bem como da progressão nas carreiras de integração, conforme o previsto no Anexo IV à Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, e pelo acréscimo do valor do subsídio de isenção de horário de trabalho, que incrementa em mais 127,5 m€;
- O crescimento dos fornecimentos e serviços externos na ordem dos 632 m€, é explicado sobretudo pelo aumento ao nível dos serviços especializados, dos quais 643 m€ correspondem a um aumento com o valor gasto em dragagens;
- O conjunto dos gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, conforme fixado, teve uma redução em 2018 face ao ano transato, tendo aqui um contributo significativo a redução de consultorias, que estavam associadas a projetos com investimentos que só tiveram autorização em 2019 e como tal não se realizaram.

Houve um aumento de 3 colaboradores, onde se inclui o total do número de trabalhadores a 31 de dezembro de 2018, e as pessoas em cargos de Direção a essa data, tendo um efeito conjugado explicado pelo regresso de 2 trabalhadores que estavam ausentes, um deles ao serviço num outro porto e o outro em licença sem vencimento, pela admissão de 2 comissões de serviço, 1 contrato de cedência de interesse público, 1 transferência de outra Autoridade Portuária, 1 transferência interna do conselho de administração para cargo de Direção e 4 saídas para aposentação. A par desta situação e pelo facto de a empresa não ter obtido as necessárias autorizações aos pedidos efetuados[3], em 2018 existiram 8 contratações de prestações de serviços[4], que foram integradas já em 2019, no âmbito do PREVAP. Em simultâneo, foram contratualizadas 6 prestações de serviços, 3 marinheiros, 1 técnico para a área das compras, 1 técnico superior na área de gestão de projetos e 1 técnico para área dos cruzeiros. Para além do crescimento do número de trabalhadores em 2018, também o número de chefias aumentou, passando de 35 para 40, fruto das duas reorganizações ocorridas em 2018, pelo atual Conselho de Administração, que se traduziu na diminuição do número de cargos de Direção, passando de 16 para 14[5].

Relativamente ao quadro remuneratório dos trabalhadores, a empresa não aplicou as reduções remuneratórias previstas no artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, uma vez que através dos Despachos do Secretário de Estado da Administração Pública, n.º 1695/2013-SEAP, de 5 de junho de 2013, e do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transporte e Comunicações, de 7

[3] Of. 1163/2017, de 12 de julho; Of. 2542/2018, de 7 de novembro, pedido reforçado em 2019 pelo Of.278/19 e 279/19, de 25 de fevereiro.
[4] 1 enfermeiro, 3 informáticos, 1 jurídico, 1motorista marítimo, e 3 outros em áreas diversas.
[5] Este valor inclui as Direções de nível I e os equiparados a Diretores

de junho de 2013, expressam o entendimento da não aplicabilidade das reduções remuneratórias aos trabalhadores das administrações portuárias.

Sobre o Princípio da Unidade de Tesouraria, a APDL solicitou o pedido de dispensa parcial, no sentido de lhe ser autorizada a manutenção das disponibilidades à ordem na Banca Comercial até ao limite de 10% do valor de recebimentos anuais de clientes, o qual foi aprovado pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, EPE, através do ofício SGC – 2018/12537, de 1 de agosto de 2018, representando em 31 de dezembro de 2018, os valores depositados cerca de 97% das disponibilidades totais.

6. Parecer

Os documentos de prestação de contas foram auditados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nomeada pela DUE de 18 de janeiro de 2018, a qual emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas, cujo teor este órgão expressa a sua concordância, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Relatório de Gestão e Contas do exercício de 2018 reflete claramente a atividade da empresa ao longo do ano e a sua evolução económica e financeira face ao período homólogo, evidenciando os factos mais relevantes.

A política de aplicação resultados é justificada pela necessidade de manutenção do equilíbrio económico-financeiro, atentas às avultadas verbas que serão necessárias para assegurar os investimentos programados, em cumprimento da RCM n.º 175/2017, de 24 de novembro, num horizonte até 2026. Só para o triénio 2019-2021, encontram-se programados 175,6 M€.

Face ao exposto, somos de parecer que:

a) Seja aprovado o Relatório de Gestão, bem como os demais documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2018, apresentado pelo Conselho de Administração;

b) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido do resultado líquido no montante de 7.062.138,50 €, ser transferido para reserva de investimento, dado que ela se encontra em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

c) Se proceda à apreciação geral da administração e da fiscalização, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Em, 31 de maio de 2019

O Conselho Fiscal,

Luísa Maria do Rosário Roque (Presidente)

Rui Couto Viana (Vogal)

José Pedro Mesquita (Vogal)

Certificação Legal de Contas

Tel: +351 226 166 140
Fax: +351 226 166 149
www.bdo.pt

Rua S. João de Brito, 605 E, 3.2
4100-455 Porto

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da APDL- Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 467 567 398 euros e um total de capital próprio de 367 863 481 euros, incluindo um resultado líquido de 7 062 138 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da APDL- Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, SA em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis	
Em 31 de dezembro de 2018, encontram-se contabilizadas imparidades de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis de 93 403 953 euros, conforme mencionado na nota 8 das notas às demonstrações financeiras. O cálculo de imparidades está sujeito a juízos de valor, pressupostos e variáveis que podem variar em função de diversos fatores, pelo que esta análise reveste-se da maior importância. Estes ativos representam cerca de 78% do ativo total, razão pela qual a validação destas imparidades constitui uma área significativa de auditoria.	Os procedimentos de auditoria envolveram fundamentalmente: - Análise das avaliações e validação dos cálculos realizados; - Confirmação de que estas avaliações assentam em pressupostos fidedignos e aceitáveis; - Confirmação que os responsáveis pela gestão validam a razoabilidade destes pressupostos e procedem à sua análise critica, e - Conferência das divulgações efetuadas e sua concordância com a informação financeira e o normativo contabilístico aplicável.
Provisões para processos judiciais em curso	
A mensuração das provisões para processos judiciais em curso, afigura-se complexa, envolvendo um grau de incerteza significativo e um elevado nível de julgamento por parte do órgão de gestão, conforme mencionado na nota 18 das notas às demonstrações financeiras. Assim, a validação dos pressupostos e cálculos subjacentes às provisões constituídas é uma área significativa de auditoria.	Os procedimentos de auditoria envolveram fundamentalmente: - Solicitação de informações aos serviços jurídicos da Entidade e dos advogados contratados para representar a Entidade em litígios que envolvam a mesma, e discussão dos mesmos apurando eventuais responsabilidades presentes que devessem ser refletidas nas Demonstrações Financeiras e outras situações, das quais resultem passivos contingentes, que requeiram adequada divulgação.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

(i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
(ii) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
(iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
(iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
(v) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

(i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

(ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

(iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

(iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

(v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

(vi) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

(vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

(viii) Declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

(i) Fomos nomeados auditores da Entidade por deliberação unânime por escrito do acionista Estado Português, de 17 de janeiro de 2018, entretanto retificada na Assembleia Geral da Entidade de 4 de junho de 2018, para os exercícios de 2017, 2018 e 2019.
(ii) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
(iii) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 28 de maio de 2019.
(iv) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 28 de maio de 2019

Paulo Jorge de Sousa Ferreira, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.

Abreviaturas

Abreviatura	Designação
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
APDL	Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.
APLOG	Associação Portuguesa de Logística
APP	Associação dos portos de Portugal
BEI	Banco Europeu de Investimento
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
CEF	*Connecting Europe Facility*
CEF – T	*Connecting Europe Facility- Transport*
CGA	Caixa geral de aposentações
CIIMAR	Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental
CIRC	Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
CLPQ	Concurso Limitado Prévia Qualificação
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNC	Comissão de Normalização Contabilística
CPC	Conselho de Prevenção da Corrupção
CPLP	Comunidade de países de língua portuguesa
DIW 2020	Douro inland waterway 2020
EBIT	*Earnings Before Interest and Taxes* - Resultados Antes de Juros e Impostos
EBITDA	*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization* – Resultado antes de juros, impostos, amortizações e depreciações
e-Impact	*e-Freight Implementation Action*
GT	Arqueação Bruta (*Gross Tonnage*)
IAPMEI	Instituto De Apoio Às Pequenas E Médias Empresas E À Inovação
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública
IHT	Isenção do Horário de Trabalho
INPP	Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos
IP	Infraestruturas de Portugal, S. A.
JUL	Janela Única logística
JUP	Janela Única Portuária
LSW	*Logistic Single Window*
MAR	Modelo de Avaliação de Riscos
MIE	Mecanismo Interligar Europa
MIE-T	Mecanismo Interligar Europa - Transportes
OROC	Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
PAO	Plano de Atividades e Orçamento
PLPL	Plataforma Logística do Porto de Leixões
PVC	Porto de Viana do Castelo
RIS	River Information Services
RJTFP	Regime Jurídico dos Trabalhadores da Função Pública
SDL	Silos de Leixões
SGQ	Sistema de Gestão da Qualidade
SNCP	Sistema Nacional de Compras Públicas
SST	Saúde e segurança no trabalho
TCGL	Terminal de Carga Geral e Granéis de Leixões, SA

Abreviatura	Designação
TCL	Terminal de Contentores de Leixões, SA
TCN	Terminal de Contentores Norte
TCS	Terminal de Contentores Sul
TEU	*Twenty-Foot Equivalent Unit*
VCP	Via de Cintura Portuária
VND	Via Navegável do Douro
VTS	*Vessel Traffic Services*

Índice de tabelas – Relatório de Gestão

Principais Indicadores 4
Navios Entrados e Arqueação Bruta 8
Porto de Leixões: Evolução dos Navios Entrados e Arqueação Bruta 9
Porto de Viana do Castelo: Evolução dos Navios Entrados e Arqueação Bruta 9
Movimento total 10
Porto de Leixões: Evolução do Movimento de carga 10
Porto de Leixões: Movimento Geral 11
Porto de Leixões: Origem e Destino da Carga 11
Porto de Viana do Castelo: Evolução do Movimento de carga 12
Porto de Viana do Castelo: Movimento Geral 12
Porto de Viana do Castelo: Origem e Destino da Carga 13
Movimento por Tipo de Carga 13
Repartição por Tipo de Carga em 2018 14
Porto de Leixões: movimento de mercadorias por setores operacionais 14
Porto de Leixões: Tipos de Movimento 15
Carga Geral Fracionada no Porto de Leixões 16
Carga Contentorizada no Porto de Leixões 16
Evolução do Tráfego Roll-On/Roll-Off 17
Tráfego Roll-On/ Roll-Off no Porto de Leixões 17
Granéis Sólidos no Porto de Leixões 18
Granéis Líquidos no Porto de Leixões 18
Movimento de Contentores no Porto de Leixões 19
Movimento de Contentores no Porto de Leixões Por Dimensão 19
Movimento de contentores por cais/terminal 19
Porto de Viana do Castelo: movimento de mercadorias 20
Movimento de Passageiros no Porto de Leixões 21
Movimento de Passageiros no Porto de Leixões 21
Movimento de Passageiros no Porto de Viana do Castelo 21
Movimento de Pescado 22
Navios Comerciais 22
Movimento de Mercadorias nos Portos do Douro 22
Quadro de Pessoal por unidade de negócio – 31 de dezembro 30
Quadro de Pessoal – 31 de dezembro 31

Níveis de habilitações 31
Ativos por áreas Operacionais 32
Regime de Trabalho 32
Taxa de Absentismo 33
Estrutura dos Gastos com o pessoal 33
Massa Salarial 34
Exames médicos 34
Sinistralidade 34
Índice de Frequência 34
Índice de Gravidade 35
Formação 35
Formação a terceiros 36
Matriz de Materialidade 37
Investimento 42
Investimento no Porto de Leixões 42
Investimento no Porto de Viana do Castelo 44
Investimento na Via Navegável do Douro 44
Fontes de Financiamento 45
Demonstração de Resultados 46
Vendas e Prestações de Serviços 47
Vendas e Prestações de Serviços – Porto de Leixões 48
Vendas e Prestações de Serviços – Porto de Viana do Castelo 49
Vendas e Prestações de Serviços – Via Navegável do Douro 50
FSE, CMV e Gastos com o Pessoal 51
FSE, CMV e Gastos com o Pessoal – Porto de Leixões 52
FSE, CMV e Gastos com o Pessoal – Porto de Viana do Castelo 53
FSE, CMV e Gastos com o Pessoal – Via Navegável do Douro 54
Situação patrimonial 55
Indicadores Financeiros 56
Perspetivas futuras de Movimento 59